



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
CAMPUS CHARQUEADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

PEDRO SÉRGIO MENDES LEITE

ORÇAMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRS
CAMPUS RESTINGA

CHARQUEADAS
2025

PEDRO SÉRGIO MENDES LEITE

**ORÇAMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRS
CAMPUS RESTINGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *campus* Charqueadas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Neves Loponte

CHARQUEADAS

2025

L533o Leite, Pedro Sérgio Mendes

Orçamento público na Educação Profissional e Tecnológica: conhecimento e participação na gestão orçamentária do IFRS *Campus Restinga*. / Pedro Sérgio Mendes Leite. – Charqueadas, RS, – 2025.

162 f.

Dissertação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

“Orientadora: Profa Dra Luciana Neves Loponte”

1. Gestão democrática. 2. Orçamento. 3. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.

CDU 377

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909

RESUMO

O presente estudo delimitou-se como a administração do IFRS, *campus* Restinga, sob a ótica da gestão democrática, envolve a comunidade escolar na gestão orçamentária. Compreendendo a gestão democrática também como um processo educativo aliado ao projeto de Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo garantir uma formação humana e completa, permitindo a leitura crítica do mundo e a atuação como um cidadão dignamente integrado à sua sociedade, buscamos avaliar a acessibilidade e clareza das informações orçamentárias e determinar se estas possibilitam a participação, bem como se suscitam interesse por parte da comunidade escolar em participar de maneira efetiva na gestão orçamentária do *campus*, possibilitando uma formação integrada que vai além da mera preparação para o trabalho operacional e simplificado, desprovida de conhecimentos. No desenvolvimento metodológico, as técnicas de análise documental, observação sistemática, investigação bibliográfica, e questionários conduziram o estudo. Para atingirmos esses objetivos, começamos contextualizando o ambiente no qual esta pesquisa está inserida. Para isso, fornecemos um breve histórico sobre os Institutos Federais de Ensino Profissional e Tecnológico e do IFRS *campus* Restinga. Em seguida, exploramos o conceito de gestão democrática. Finalmente, concluímos demonstrando o processo orçamentário público tanto no Brasil quanto no âmbito específico do *campus* Restinga. O estudo apontou dificuldades de acesso às informações, pouca participação e desinteresse pelo tema, majoritariamente pelos discentes. Parte dos apontamentos se justificam em virtude de identificarmos informações orçamentárias desorganizadas e abordadas de forma superficial. Como resultado da pesquisa foi desenvolvido um produto educacional composto de duas etapas, a primeira consiste em vídeos para chamamento da comunidade escolar com informações básicas sobre os processos orçamentários, a segunda composta de alterações no site de *campus* com informações acessíveis, organizadas e com maior conteúdo.

Palavras-chave – Gestão democrática, Orçamento, Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This study outlines how the management of IFRS, Restinga *campus*, from the perspective of democratic management, involves the school community in budget management. Understanding democratic management also as an educational process aligned with the Professional and Technological Education project, which aims to ensure a humane and comprehensive formation—allowing for a critical reading of the world and acting as a citizen duly integrated into society—we sought to evaluate the accessibility and clarity of budget information and determine whether these enable participation, as well as whether they generate interest among the school community to actively participate in the *campus's* budget management. This aims to foster an integrated education that goes beyond mere preparation for operational and simplified work, lacking knowledge.

In the methodological development, techniques such as document analysis, systematic observation, bibliographic research, and questionnaires guided the study. To achieve these objectives, we began by contextualizing the environment in which this research is inserted. For this, we provided a brief history of the Federal Institutes of Professional and Technological Education and of IFRS *campus* Restinga. Next, we explored the concept of democratic management. Finally, we demonstrated the public budget process both in Brazil and specifically within the scope of Restinga *campus*.

The study identified difficulties in accessing information, low participation, and disinterest in the topic, mainly among students. Some of these issues are justified by the fact that budget information was found to be disorganized and addressed superficially. As a result of the research, an educational product was developed, consisting of two stages: the first involves videos to engage the school community with basic information about budget processes; the second includes modifications to the *campus* website, providing accessible, organized information with more content.

Keywords – Democratic management, Budget, Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Essência para a elaboração do PPA.....	46
Figura 2 - Fluxograma de acesso as informações site campus Restinga	58
Figura 3 - Dados aba de desenvolvimento institucional site campus Restinga	59
Figura 4 - Dados aba de acesso desenvolvimento institucional períodos PDI	61
Figura 5 - Dados de acesso aba PDI 2014-2018	61
Figura 6 - Dados de acesso aba PDI 2019-2023	62
Figura 7 - Tela de acesso site reitoria para elaboração PDI 2019-2023	62
Figura 8 - Dados acesso aba PDI 2024-2028	63
Figura 9 - Tela de acesso site reitoria para elaboração PDI 2024-2028	64
Figura 10 - Tela de acesso planos de ação campus restinga	65
Figura 11 - Relacionamento entre as comissões de elaboração PDI 2014-201018..	68
Figura 12 - Estrutura das comissões PDI 2019-2023.....	72
Figura 13 - Estrutura das comissões PDI 2024-2028.....	74
Figura 14 - Centralização informações.....	129
Figura 15 - Informações aba Planejamento Estratégico.....	130
Figura 16 - Texto introdutório padrão telas de acesso ex: Plano de Ação	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação por segmento	91
Gráfico 2 - Participação conselheiros por segmento	92
Gráfico 3 - Conhecimento comunidade escolar sobre PDI, PA e PPI	93
Gráfico 4 - Conhecimento segmento discente sobre PDI, PA e PPI	94
Gráfico 5 - Conhecimento segmento docente sobre PDI, PA e PPI.....	94
Gráfico 6 - Conhecimento segmento técnico administrativo sobre PDI, PA e PPI	95
Gráfico 7 - Conhecimento conselheiros de campus sobre PDI, PA e PPI.....	96
Gráfico 8 – Participação e interesse da Comunidade escolar no PDI, PA e PPI.....	97
Gráfico 9 - Participação e interesse do segmento discente no PDI, PA e PPI	98
Gráfico 10 – Participação e interesse do segmento docente no PDI, PA e PPI.....	99
Gráfico 11 - Participação e interesse do segmento técnico administrativo no PDI, PA e PPI	100
Gráfico 12 - Participação e interesse dos conselheiros de campos no PDI, PA e PPI	101
Gráfico 13 - Formato de divulgação do PDI, PA e PPI.....	103
Gráfico 14 - Formato de participação no PDI, PA e PPI.....	104
Gráfico 15 - Compreensão da comunidade escolar em relação ao PDI, PA e PPI .	108
Gráfico 16 - Acessibilidade ao PDI, PA e PPI - comunidade escolar	109
Gráfico 17 - Qualidade das informações sobre PDI, PA e PPI - comunidade escolar	110
Gráfico 18 - Compreensão do segmento discente em relação ao PDI, PA e PPI ...	111
Gráfico 19 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI - segmento discente	112
Gráfico 20 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento discente ..	113
Gráfico 21 - Compreensão segmento docente em relação ao PDI, PA e PPI.....	114
Gráfico 22 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento docente ...	115
Gráfico 23 - Compreensão segmento técnico administrativo em relação ao do PDI, PA e PPI	116
Gráfico 24 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI - segmento técnico administrativo	117
Gráfico 25 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento técnico administrativo	117
Gráfico 26 - Compreensão conselheiros de campus em relação ao PDI, PA e PPI	118

Gráfico 27 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI conselheiros de campus.....	119
Gráfico 28 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - conselheiros de campus	120
Gráfico 29 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - comunidade escolar .	122
Gráfico 30 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - segmento discente ...	123
Gráfico 31 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - técnico administrativo	125
Gráfico 32 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - conselheiros de campus	126
Gráfico 33 - Participação Questionário Produto Educacional.....	132
Gráfico 34 – Interesse em participar do processo orçamentário- após aplicação PE	132
Gráfico 35 - Compreensão da comunidade escolar sobre PDI, PA e PPI após aplicação PE	133
Gráfico 36 - Acessibilidade ao PDI, PA e PPI - comunidade escolar, após aplicação PE	134
Gráfico 37 - - Qualidade das informações PDI, PA e PPI - comunidade escolar após aplicação PE	135
Gráfico 38 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI – após aplicação PE...	136

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Foto abertura acesso ao campus	23
Imagem 2 - Reforma sede provisória campus.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos vinculados ao objeto de pesquisa	28
Quadro 2 - Formas de participação	42
Quadro 3 - Processo orçamentário	49
Quadro 4 - Comparativo entre matrizes de distribuição orçamentária	51
Quadro 5 - Comparativo entre processos orçamentários	55
Quadro 6 - Etapas processo de elaboração PDI 2019-2023	70
Quadro 7- Comparativo dados pesquisa após aplicação Produto Educacional	137

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet – Centros Federais de Educação Tecnológica
Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação
EaD – Ensino a Distância
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
e-SIC – Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão
Feres – Foro de Educação Restinga e Extremo Sul
Forplan – Fórum de Planejamento e Administração
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC – Ministério da Educação
PA – Plano de Ação
PAC – Plano Anual de Contratações
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PGC – Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PLP – Promotoras legais populares
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
ProfEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RIP – Regime de internato pleno
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNED – Unidades de Ensino Descentralizadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO AUTOR COM A TEMÁTICA DA PESQUISA	10
1.2 A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA: UM PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
2. ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO/TECNOLÓGICO	15
2.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	15
2.2 INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: CAMPUS RESTINGA	19
3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO	25
3.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	33
3.3 O ORÇAMENTO PÚBLICO.....	43
3.4 O CONCEITO DE PLANEJAMENTO E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO IFRS: CAMPUS RESTINGA.....	50
3.5 O EFETIVO PLANEJAMENTO E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO IFRS: CAMPUS RESTINGA	57
3.5.1 O Acesso as informações.....	57
3.5.2 Estrutura base das informações disponibilizadas	58
3.5.3 A construção dos Documentos:	67
3.5.4 Avaliação dos acessos as informações no <i>campus</i> Restinga	75
3.5.5 Avaliação da estrutura e das informações do site do <i>campus</i>	76
3.5.6 Observação sobre o processo democrático no IFRS	78
4. METODOLOGIA	82
4.1. DELINEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	82
4.2. ELABORAÇÃO DO EMBASAMENTO TEÓRICO DA PESQUISA.....	83
4.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA POPULACIONAL INVESTIGADA.....	84
4.5 MÉTODO DE ANÁLISE DADOS COLETADOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO	88

4.5.1 Pesquisa de Campo	88
4.5.2 Apresentação do Instrumento de Pesquisa	88
5 ANÁLISE DE DADOS, DISCUSSÕES E RESULTADOS	90
5.1 IDENTIFICAÇÃO	91
5.2 ENVOLVIMENTO	92
5.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	102
5.4 OUVIDORIA	105
5.4 COMUNICAÇÃO	107
5.5 CAPACITAÇÃO	121
6 PRODUTO EDUCACIONAL	127
6.2 APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	131
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO DO IFRS, <i>CAMPUS</i> RESTINGA.....	146
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	151
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA	152
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL DO IFRS, <i>CAMPUS</i> RESTINGA	153
APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL JUNTO AO IFRS, <i>CAMPUS</i> RESTINGA	156

1 INTRODUÇÃO

1.1 RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO AUTOR COM A TEMÁTICA DA PESQUISA

A temática escolhida para a pesquisa origina-se da experiência profissional do pesquisador com o ramo financeiro e contábil, atuando no universo das finanças públicas e privadas. Desde o primeiro trabalho, como escriturário no Banco Real S.A., até a atualidade, como contador no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), *campus* Restinga, foram diversos os desafios relacionados à compreensão e gestão das informações contábeis e orçamentárias.

A carreira profissional começou junto ao setor privado, no qual já se percebia a dificuldade das pessoas em compreender as informações financeiras e contábeis. Essa dificuldade tornou-se ainda mais evidente ao ingressar no serviço público, em que a complexidade das informações financeiras, contábeis e orçamentárias alcança níveis mais elevados.

O desafio profissional de atuar no setor de controle interno, realizando a fiscalização de atos administrativos da Prefeitura Municipal de Palmares do Sul, e, posteriormente, como contador no IFRS, *campus* Restinga, deu-se principalmente no confronto com a complexa teia legislativa que normatiza as finanças públicas.

Neste contexto sempre desafiador, surge a questão central da pesquisa: como a administração do IFRS, *campus* Restinga, envolve a comunidade escolar no processo orçamentário de modo a possibilitar à comunidade compreender e participar ativamente da gestão orçamentária do *campus*? Esse questionamento não apenas reflete a realidade enfrentada na prática profissional, mas também evidencia o compromisso em encontrar soluções que fortaleçam a governança e a transparência na gestão pública.

A partir da experiência prévia e atual, ao ingressar no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o pesquisador encontra-se posicionado de forma favorável para explorar essa temática em sua dissertação. Sua trajetória profissional não apenas auxilia a esclarecer sua pesquisa, mas também a enriquece com *insights*¹ práticos e uma importante compreensão das nuances envolvidas na

¹ O termo é frequentemente associado a uma compreensão repentina e reveladora que pode ocorrer em várias áreas, como ciência, psicologia, negócios e criatividade. Um *insight* geralmente ocorre quando somos expostos a informações ou experiências que desafiam nossa visão convencional.

gestão financeira, contábil e orçamentária no contexto público. Ao compartilhar sua experiência e conhecimento, o autor busca não apenas contribuir para o avanço acadêmico, mas também para a melhoria da gestão pública e o fortalecimento da participação da comunidade na tomada de decisões orçamentárias.

1.2 A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA: UM PROBLEMA DE PESQUISA

O orçamento público brasileiro tem sido pauta de debate constante no cenário nacional, seja como crítica da iniciativa privada aos gastos da administração pública, seja na luta dos servidores e das comunidades pelo aumento e melhor distribuição do orçamento público.

É inegável que ambas as perspectivas possuem méritos e falhas ao analisar a situação do país. É crucial que haja uma aplicação eficaz e transparente dos recursos repassados pelos cidadãos brasileiros ao governo por meio de impostos diversos. No entanto, é igualmente essencial discutir a distribuição apropriada desse orçamento.

Um ponto que merece aprofundamento nesse debate é o montante destinado ao pagamento de juros e rolagem² da dívida brasileira, que, em 2023, consumiu 43,23% do nosso orçamento, de acordo com informações da Auditoria Cidadã da Dívida (Fattorelli, 2024). Essa fatia representa a maior parte do orçamento público brasileiro e ainda carece de uma análise mais detalhada sobre sua composição e impacto.

A sociedade precisa rever como o orçamento público deve ser alocado, enquanto a parte da execução, que cabe aos gestores públicos, tem passado por constantes atualizações legais. Isso inclui desde a elaboração orçamentária, conforme o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), até a criação de maior transparência nos processos e responsabilização dos administradores dos recursos públicos por meio de regulamentações, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças para melhor gestão fiscal e leis de licitações que criam normas para aquisição de produtos e serviços pela administração pública (Lei nº 10.520/02,

² Em economia, rolagem de dívida é um termo relacionado com o ato de "rolar" uma dívida, adiando o seu pagamento. Consiste na troca de títulos vencidos de uma dívida velha por títulos a vencer no futuro, que passam a constituir uma dívida nova. A rolagem é relacionada com o termo novação de dívida, que é a conversão de uma dívida em outra, com a possível mudança de credor ou devedor.

Decreto nº 7.581/11, Decreto nº 10.024/19, Lei nº 14.133/21, etc.) ou através de sistemas de gerenciamento, como o ComprasNet³ – portal do governo federal para divulgação de editais e processos de compras) – o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), etc.

É perceptível uma evolução no controle e na gestão do orçamento, porém a participação fundamental da sociedade na elaboração desse orçamento não acompanhou esse avanço. Embora haja um engajamento significativo durante as eleições, esse envolvimento não se mantém após esse período, havendo, de modo geral, uma total delegação de poder aos representantes escolhidos. Como resultado, a sociedade deixa de opinar e agir ativamente para garantir que seus representantes ou segmentos políticos cumpram com os projetos apresentados durante as eleições.

Essa falta de participação tem permitido que grupos políticos se apropriem do orçamento público com o objetivo de se manterem no poder, uma situação amplamente discutida pela imprensa, especialmente no que diz respeito às emendas parlamentares, que têm aumentado significativamente. Isso dificulta a atuação do executivo e resulta na criação de políticas que favorecem uma região ou segmento específico da sociedade, o que vai contra os princípios estabelecidos em nossa Constituição.

Conforme o artigo 5.º da Constituição Federal, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" (Brasil, 1988).

Historicamente, a ideia de transparência e gestão democrática na administração pública é relativamente recente, tendo sido marcada pela Constituição Federal de 1988, que foi um marco na reforma do Estado e na democratização do acesso aos serviços públicos.

Nesse contexto de melhoria do acesso aos serviços públicos, o governo federal publica, em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892/2008, que visa reestruturar o Ensino Profissional e Tecnológico através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais têm como princípio uma educação emancipadora com ideais de participação democrática e transparência na gestão de seu orçamento.

³ Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Apesar dos avanços na publicidade das informações sobre o orçamento público, ainda há uma lacuna em sua transparência. É importante distinguir entre publicidade e transparência: enquanto muitas informações podem estar disponíveis (publicidade), estas podem não ser oportunas, claras, precisas ou de fácil compreensão (transparência).

Para uma gestão orçamentária verdadeiramente democrática, é crucial que a comunidade escolar tenha acesso facilitado a informações claras, qualificadas e oportunas, permitindo amplo domínio e participação no processo orçamentário do IFRS, *campus* Restinga.

Essa necessidade é ainda mais iminente considerando-se as características específicas da área da educação, como eleição dos diretores dos *campi*, os quais nomeiam seu grupo de gestão e juntos cumprem mandato por período determinado. A significativa rotatividade gerada pela possibilidade de transferências internas ou remoções de servidores, somada à baixa remuneração da área de educação – que causa significativa evasão de servidores (muitos servidores trabalham na área da educação de forma provisória até a aprovação em carreiras mais bem remuneradas) –, torna indispensável uma sólida e acessível base de informações sobre orçamento.

Essa clareza e acessibilidade visam subsidiar não só esses servidores, que necessitam atuar nas questões imediatas e agir como multiplicadores dessas informações, mas toda a comunidade escolar, a fim de possibilitar uma efetiva participação no processo orçamentário.

É essencial que as informações relacionadas ao processo orçamentário sejam apresentadas com clareza, organização, compreensibilidade e oportunidade. No entanto, em meio à era da informação e do conhecimento, na qual somos inundados por um volume massivo de dados, é crucial ir além de simplesmente compartilhar informações. Devemos buscar cativar e incentivar a participação, especialmente em um tema frequentemente considerado complexo e de difícil entendimento.

Diante dessas considerações, reforçamos a questão que guia este estudo é: o modo como a administração do IFRS, *campus* Restinga, envolve a comunidade escolar no processo orçamentário, possibilita à comunidade compreender e participar ativamente da gestão orçamentária do *campus*?

Dentro de uma abordagem que busca ir além do processo de simples publicação de dados orçamentários, busca-se estabelecer uma comunicação que não apenas informe, mas também instigue a curiosidade, incentive a participação e

evidencie a relevância do engajamento de cada indivíduo em um processo que deve ser coletivo, permitindo seu desenvolvimento dentro de uma perspectiva omnilateral⁴ e trabalhando com princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir da práxis como sua linha mestra.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Com base no exposto, o objetivo principal deste estudo consiste em delinear como a administração do IFRS, *campus* Restinga, sob a ótica da gestão democrática, envolve a comunidade escolar na gestão orçamentária. Buscaremos avaliar a acessibilidade e clareza dessas informações e determinar se estas possibilitam a participação, bem como, suscitam interesse por parte da comunidade escolar em participar de maneira efetiva na gestão orçamentária do *campus*.

1.3.2 Objetivos específicos

A fim de cumprir o propósito geral desta pesquisa, projetam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a partir de uma gestão democrática como o IFRS, *campus* Restinga envolve a comunidade escolar em relação a sua gestão orçamentária;
- b) Avaliar se essas informações permitem que a comunidade escolar compreenda e participe efetivamente do processo orçamentário do *campus*;
- c) Investigar se essas informações incentivam e atraem a participação da comunidade escolar; e
- d) Elaborar um guia sobre o processo de elaboração e de execução orçamentária do IFRS, *campus* Restinga.

Para atingirmos esses objetivos, começaremos contextualizando o ambiente no qual esta pesquisa está inserida. Para isso, forneceremos um breve histórico sobre

⁴ Refere-se a uma formação humana na qual busca-se o desenvolvimento do ser social, portanto, com expressões nos campos da moral, ética, fazer prático, criação intelectual e artística, afetividade, sensibilidade, emoção, etc.

os Institutos Federais de Ensino Profissional e Tecnológico. Em seguida, exploraremos o conceito de gestão democrática. Finalmente, concluiremos demonstrando o processo orçamentário público tanto no Brasil quanto no âmbito específico do campus Restinga.

2. ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO/TECNOLÓGICO

2.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Apesar da atual estrutura ser recente, a configuração como rede federal de educação profissional inicia sua história com a publicação do Decreto nº 7.566/1909 (Brasil, 1999), quando Nilo Peçanha⁵ cria as escolas de aprendizes artífices em cada capital dos estados.

Desde sua criação, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia passou por diversas alterações na sua gestão administrativa e escolar. Nesse universo, destacamos a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, na qual passam a ser identificadas como escolas técnicas federais e a ter a configuração atual, como autarquias (Brasil, 1959).

A mudança para autarquias foi um marco importante, pois a rede passou a ter patrimônio e receita próprios, mas, principalmente, autonomia administrativa e financeira, ficando sob controle do Ministério da Educação (MEC) quanto a sua finalidade e supervisão de atuação, de acordo com a legislação vigente.

Por meio da Lei nº 8.948/1994 (Brasil, 1994), a rede federal foi ampliada através da unificação das escolas técnicas e agrotécnicas, criando os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), sendo essa a última alteração efetuada antes da atual estrutura.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia surgiu com a publicação da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008b) e foi estruturada através da união dos Cefets, escolas técnicas federais e algumas escolas vinculadas às universidades federais.

⁵ Nilo Procópio Peçanha foi um político brasileiro. Assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910. É patrono da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Para Pacheco (2015), a Rede Federal pode protagonizar um projeto político e pedagógico inovador, pois, em sua opinião:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (Pacheco, 2015, p. 12).

Nesse inovador projeto apontado por Pacheco (2015), algumas características fundamentais são ressaltadas:

- a) Verticalidade: o projeto abrange todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Essa abordagem holística facilita uma integração mais ampla e eficaz dos diversos níveis educacionais;
- b) Certificação de saberes não formais: permite a certificação de saberes adquiridos fora do ambiente formal de ensino, representando uma quebra da hierarquia formal de saberes e academicismo e, assim, reconhecendo e valorizando conhecimentos e habilidades adquiridos em experiências práticas e informais;
- c) Formação de professores em instituição técnica e tecnológica: busca a formação de professores em uma instituição de ensino técnico e tecnológico, favorecendo uma abordagem pedagógica voltada para a prática, inovação e aplicação dos conhecimentos em contextos reais;
- d) Capilaridade: refere-se à capacidade do projeto de se estender e alcançar uma ampla gama de comunidades e regiões, o que implica uma presença disseminada e acessível em diferentes localidades, garantindo maior abrangência e impacto;
- e) Adequação aos arranjos produtivos: o projeto é adaptado e alinhado aos arranjos produtivos locais e regionais, significando que está sintonizado com as necessidades e demandas específicas de cada contexto econômico, promovendo, assim, uma educação mais relevante e conectada com o mercado de trabalho;
- f) Compromisso com as políticas públicas: o projeto demonstra um compromisso sólido com as políticas públicas educacionais, buscando contribuir para a sua implementação e efetivação. Inclui o alinhamento com

objetivos e diretrizes estabelecidos pelos governos, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, e a sua verticalidade, pois atua em todos os níveis de ensino. A certificação de saberes não formais, dessa forma, rompe com a hierarquia de saberes e com o academicismo, contribuindo para a formação de professores em uma instituição técnica e tecnológica, a sua capilaridade, a adequação aos arranjos produtivos e o compromisso com as políticas públicas.

Conforme a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008b) e o documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), *Instituto Federal: concepções e diretrizes* (Brasil, 2008a), tratam-se de instituições pluricurriculares e *multicampi* reitoria, *campus*, *campus* avançado, polos de inovação e polos de ensino a distância (EaD) – especializadas na oferta de EPT em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da educação nacional, oferecendo, portanto, os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduações ⁶*stricto sensu*.

Essa abrangência dos Institutos Federais permite uma particularidade em sua estrutura curricular: a versatilidade para implementar caminhos de formação que permitam uma troca rica e diversa em seu interior e a articulação dos diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, assim como da educação profissional e tecnológica, permitindo ao seu estudante uma educação continuada desde o ensino médio até a pós-graduação *stricto sensu*.

A oferta de cursos deve contemplar no mínimo 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, e devem, ainda, garantir o mínimo de 20% das vagas para atender os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional.

Mas o que seria essa forma integrada? Para Ramos (2012), é a busca pela superação do ser humano, historicamente fruto da divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar ou dirigir. Tem como objetivo garantir, ao aluno,

⁶ *Stricto sensu*" (latim para "sentido estrito") refere-se a uma modalidade de pós-graduação que abrange mestrado, doutorado e pós-doutorado, caracterizada pelo foco na pesquisa e no desenvolvimento acadêmico.

uma formação humana e completa que permita a leitura crítica do mundo e a atuação como um cidadão dignamente integrado à sua sociedade. Para isso, essa formação requer o desenvolvimento de habilidades de compreensão das relações sociais que estão por trás de todos os fenômenos sociais, superando a educação reduzida à preparação para o trabalho operacional e simplificado e desprovida dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Trata-se de um ensino emancipatório que não busca apenas preparar para o mercado de trabalho, mas desenvolver as habilidades plenas do indivíduo como ser humano, a fim de atingir uma formação omnilateral.

Os Institutos Federais também foram pensados como uma política pública social, dessa forma destacam-se entre suas atribuições o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional.

Nesse sentido, Pacheco (2015) aponta a necessidade do diálogo dos Institutos Federais com as realidades locais e regionais a fim de compreender seus aspectos essenciais (o que existe de universal nessa realidade) e fortalecer o sentimento de pertencimento territorial, de modo a possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a sua realidade.

Ao trabalhar em sua própria realidade, será possível questionar e problematizar o contexto no qual está inserido, investigar com o intuito de compreender e, desse modo, influenciar na trajetória da realidade da comunidade local.

Para atingir esse objetivo é fundamental que cada Instituto Federal realize um trabalho articulado ao contexto em que está inserido, que crie espaços de referência do estar juntos, do coletivo, da troca de saberes, que se expanda para além do espaço institucional e constitua o centro de uma vivência democrática. Ao tornar-se um local de diálogo, cada instituto expande seu campo de atuação para o espaço do território geográfico no qual se insere e passa a ser o campo de intermediação entre o local e o global.

É com foco nessa perspectiva que surge este projeto de pesquisa: a verificação de como se dá a abordagem das informações sobre o orçamento do *campus* Restinga, com a finalidade de propiciar, através de um processo efetivamente democrático, a participação da sua comunidade na gestão orçamentária, de maneira a possibilitar a

troca de saberes e, dessa maneira, superar o academicismo e abranger efetivamente a sua comunidade.

2.2 INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: *CAMPUS* RESTINGA

O *campus* Restinga é uma das 17 unidades do IFRS e está localizado no extremo sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga.

Com sua Reitoria em Bento Gonçalves, o IFRS está organizado em uma estrutura *multicampi* com proposta orçamentária anual identificada para cada uma das suas unidades. Atualmente, possui unidades em Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão. Encontram-se em processo de implantação mais cinco *campi*, sediados nos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

A estrutura física do *campus* Restinga é composta de seis blocos: no primeiro situa-se a área administrativa, no segundo, a área de convivência (biblioteca, cantina, sala de estudos etc.), no terceiro, as salas de aula, no quarto, os laboratórios, no quinto, as salas temáticas (núcleos, sala de artes, auditório etc.) e no sexto, o almoxarifado e a garagem dos veículos. O *campus* também possui uma quadra poliesportiva e uma quadra de areia. Encontra-se em fase de construção um novo bloco para instalação de novos laboratórios voltados principalmente para a área de agroecologia.

A atual estrutura possibilita ao *campus* oferecer cinco cursos superiores, três cursos técnicos integrados ao ensino médio, um curso técnico subsequente ao ensino médio, um curso técnico concomitante ao ensino médio, dois cursos na modalidade de ensino do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de Jovens e Adultos (Proeja) e duas pós-graduações ⁷*lato sensu* (sendo uma no formato EaD).

A criação do *campus* Restinga torna-se uma possibilidade em novembro de 2005, quando o então presidente Lula, através da Lei nº 11.195/2005 (Brasil, 2005), revoga a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais

⁷ *Lato sensu* é uma expressão em latim que significa "em sentido amplo". No contexto da educação superior, refere-se a uma modalidade de pós-graduação focada na atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos para a atuação profissional. Os cursos *lato sensu* incluem especializações e MBAs, e são reconhecidos pelo MEC.

prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948 de dezembro de 1994 (Brasil, 1994). Nesse momento, o MEC lança, por meio da Setec, a fase I do Plano de Expansão da Rede Federal, com o objetivo de ampliar a presença das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional.

O projeto tinha como objetivo melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à EPT no país, com prioridade para a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições. A fase I do Plano de Expansão da Rede Federal previu a criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas (UNED), contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

Em 2007, tem início a fase II do Plano de Expansão da Rede Federal, na qual a Setec estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica. É nesse momento que a criação do *campus* Restinga deixa de ser uma possibilidade e torna-se um projeto através da Chamada Pública Setec-MEC 01/2007, que contemplou o bairro Restinga com uma unidade de educação profissional e tecnológica.

Essa é a cronologia e o histórico que constam nos documentos oficiais da Rede Federal de Educação Tecnológica. Entretanto, diferente de muitas outras unidades, o *campus* Restinga foi idealizado e buscado muito antes do projeto de expansão. Este surge como uma demanda de uma comunidade que, desde o surgimento do bairro, luta pelo seu espaço e por condições básicas de infraestrutura e qualidade de vida.

O bairro Restinga surge em 1967, fruto de um processo de expurgo durante a ditadura militar. Gamalho (2009) observa que, sob a justificativa de segurança e do desenvolvimento urbano, diversas ⁸malocas que, então, existiam próximas ao centro de Porto Alegre são realocadas no extremo sul da cidade, sem nenhuma estrutura básica, conforme destaca uma reportagem da época:

Um dia surgiu a avenida. Já existia, mas agora tornara-se a AVENIDA...
Iluminação a mercúrio. Uma beleza. Mas iluminada demais, ressaltava a

⁸ Maloca é uma cabana de uso coletivo que caracteriza o modo de vida de alguns povos indígenas no Brasil. No Rio Grande do Sul, o termo passou a ser usado, popularmente, para designar habitações citadinas improvisadas com sobras de madeira, papelão e lona, sendo seus moradores chamados de maloqueiros.

feição das malocas. Era preciso removê-las e rapidamente. Os caminhões surgiram. Ninguém sabia o que era a tal Restinga, para onde iriam todos compulsoriamente.... Um passarinho informara que seria uma espécie de Vila Mapa... Um pouco aborrecidos, um pouco esperançosos, lá se foram eles... Quilômetros e quilômetros de estrada e ao final o deserto... (Faillace, 1967⁹, p. 12-13 *apud* Gamalho, 2009, p. 128).

Essa situação exigiu que a comunidade se organizasse de forma coletiva a fim de poder buscar um mínimo de dignidade. Dessa forma, o bairro Restinga desenvolveu como relevante característica várias associações de bairro e forte presença de lideranças comunitárias, conforme pode-se observar:

Na Restinga, entre as associações de moradores, salientam-se aquelas que lutaram pelo *campus* e que uniram forças com muitas outras associações, representadas por pessoas destacadas para esse fim. Algumas delas não estiveram diretamente envolvidas na busca do *campus*, mas foram igualmente importantes, envolvendo-se na demanda pela primeira creche, há 50 anos, pela água encanada, pelo transporte coletivo ou pelo posto de saúde/Unidade Básica de Saúde. A luta pelo *campus*, em 2006, nada mais é do que o reflexo de uma contínua luta pelos direitos dos moradores daquele lugar. Possivelmente, essas pessoas tenham suas construções simbólicas e culturais na busca pelos seus direitos (Rech, 2021, p.16).

Diferente do surgimento de muitas unidades implantadas resultantes de articulações políticas, o *campus* Restinga é fruto da articulação de pessoas da própria comunidade. Rech (2021) traz os nomes e as conquistas de várias pessoas da comunidade responsáveis pela busca de creches, água encanada, posto de saúde e que se articulavam desde 1989 em busca de ensino médio profissional e ensino superior dentro da comunidade.

Nunes (2018) também observa essa característica no surgimento da unidade quando destaca que o *campus* restinga é:

Resultado de mais de 40 anos de negociação e articulação entre a comunidade local e o poder público. Demanda antiga, a ideia da “Escola Técnica da Restinga” acompanhou a vida dos moradores do bairro como um sonho a ser concretizado desde a década de 70 (Nunes,2018, p. 80).

Através de consulta aos arquivos e memórias do IFRS, *campus* Restinga, Rech (2021) identificou um documento de extrema relevância gerado pela comunidade em

⁹ FAILLACE, Tânia Jamardo. [Sem título]. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 4, n. 920, p. 12-13, 18 maio 1967.

resposta ao projeto de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Esse registro é fruto de uma articulação ágil e proativa da comunidade local, que se mobilizou rapidamente após tomar conhecimento do projeto proposto pelo governo federal.

A articulação culminou na realização de uma audiência pública, organizada pelo Foro de Educação Restinga e Extremo Sul (Feres), promotoras legais populares (PLP/Themis) e a organização não governamental Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação, contando com a participação da deputada federal Maria do Rosário, então vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, e do então secretário da Setec Eliezer Pacheco. Podemos observar a relevância desse momento conforme destacado por Rech (2021):

Nessa ocasião foi entregue a ambos um documento explicando as carências educacionais da Restinga, “e solicitando a instalação de uma Escola de Educação Técnica Profissional para atender a demanda de cursos profissionalizantes para nossos jovens, homens e mulheres desta comunidade Restinga” (Rech, 2021, p. 92).

Após esse evento, diversas lideranças e associações se engajaram fortemente, resultando na criação da comissão pró-instalação em 8 de maio de 2006. Essa comissão desempenhou um papel crucial na concretização do *campus* Restinga.

Oliveira (2014) compartilha da compreensão de que a experiência da comunidade do bairro Restinga, marcada pela sua organização e luta por melhorias, foi fundamental para a implantação do *campus* Restinga, como destacamos a seguir:

Sabendo se valer de mobilização e articulação política junto a lideranças políticas no Rio Grande do Sul e em Brasília, da participação em audiências públicas no Rio Grande do Sul e de reuniões no Ministério da Educação, dentre outras ações, a Comissão consegue incluir Porto Alegre (e especificamente o bairro da Restinga) na Chamada Pública MEC/Setec nº001/2007, que acolheria “propostas de apoio à implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II”. Este edital, proposto para cidades-polo que pudessem atender a uma macrorregião, **tinha no futuro Câmpus Restinga seu único caso de benefício a uma cidade que já contava com uma unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** (Oliveira, 2014, p.63, grifo nosso)

Diferentemente de outras prefeituras, a Administração do município não demonstrou um interesse substancial nessa nova unidade, uma tendência que persiste até os dias de hoje, de forma não tão clara é mantida estigmatização que

gerou o bairro Restinga aliada ao fato da presença já estabelecida de uma unidade do IFRS no centro de Porto Alegre. Um exemplo claro disso é a ausência de uma linha de ônibus regular que sirva ao *campus*, mesmo após a construção do Hospital da Restinga ao lado da unidade.

Ciente do histórico de descaso da Administração Pública com o bairro, a comunidade da Restinga não permaneceu de braços cruzados diante da demora da prefeitura em disponibilizar o terreno para a construção. A doação só foi oficializada depois de constante pressão em 16 de julho de 2008, por meio da Lei Ordinária Municipal nº 10.495/08, que destinou a área localizada no Distrito Industrial da Restinga. Apesar da denominação, o local não possuía qualquer infraestrutura, como podemos observar na imagem abaixo:

Imagem 1 - Foto abertura acesso ao *campus*



Fonte: núcleo de memória do IFRS Disponível em <https://memoria.ifrs.edu.br/acervo-fotografico/abertura-de-rua-para-o-futuro-campus-restinga-2>

Nunes (2018) mostra um trecho que retrata as dificuldades e obstáculos que a comunidade da Restinga precisou superar, como aponta uma reportagem da época:

Na terça-feira, dia 12 de julho, **as relações entre a comunidade da Restinga e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ficaram estremeçadas**. A **lentidão** na aprovação dos projetos **por parte da SMOV** (Secretaria municipal de Obras e Viação) e **SMAM** (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) **levou a comunidade a ocupar o prédio do CAR Restinga Extremo Sul** (Centro Administrativo da Restinga e Extremo Sul) . . . Na noite de quarta-feira (13), **uma nova manifestação ocorreu** depois que as **lideranças comunitárias e da resistência popular** foram informados que o

Secretário Clóvis não viria e que estava em uma reunião na prefeitura. . . . Depois de uma **semana tumultuada, obteve-se toda a documentação** necessária para dar início ao processo de licitação das obras e a garantia de que os recursos não serão perdidos ou desviados para outros projetos do governo federal... **Mais uma vez a Restinga mostra a força de uma comunidade organizada e mobilizada**, quebrando barreiras burocráticas e **acelerando órgãos públicos**. Embora tenha ocupado o CAR Restinga por algumas horas, o fez de forma ordeira, sem nenhum tipo de depredação ou desrespeito aos servidores públicos. Mostrou ainda uma maneira irreverente de manifestação, com uma peça de teatro sobre o Hospital Geral da Restinga, apresentada pelo movimento da resistência popular. **Foi mais uma batalha vencida por este povo guerreiro, mas a luta só termina mesmo depois da escola estar em pleno funcionamento.** (Jornal Vitrine, 2009, 6 ed., p. 8)

A total ausência de infraestrutura, somada à demora da prefeitura em realizar as benfeitorias necessárias e à falência da empresa contratada para a construção do *campus*, levou a comunidade da Restinga, mais uma vez, a se mobilizar em busca de soluções para alcançar seus objetivos.

Como resultado dessa articulação, em 2009, a comunidade conseguiu, junto ao Governo Federal, a locação de um espaço provisório para o início das aulas, conforme imagem abaixo:

Imagem 2 - Reforma sede provisória *campus*



Fonte: núcleo de memória do IFRS Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/acervo-fotografico/predio-provisorio-campus-restinga>

Ao discorrer sobre o processo de criação dos Institutos Federais Pacheco (2015) destaca a inclusão da comunidade escolar na criação dos novos polos:

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade (Pacheco, 2015, p.13).

Cumprindo com essa política ainda em de 2009 durante a reforma das instalações provisórias, a comunidade participou de forma ativa dos diversos seminários e audiências públicas realizadas para definir as áreas de atuação do *campus* Restinga. Através deste espaço de construção coletiva, foram identificados os arranjos produtivos locais, aprovando os seguintes eixos tecnológicos para o *campus* Restinga: Controle e Processos Industriais; Tecnologia da Informação e Comunicação; Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócios; Edificações. Em 2012, foi finalmente entregue o primeiro bloco das futuras instalações do *campus* Restinga.

Fica evidente que a concretização do *campus* foi fruto do esforço e da mobilização de sua própria comunidade.

O *campus* Restinga tem se afirmado como um espaço estratégico para a formação profissional e inserção no mercado de trabalho da população local. Sua constituição resulta de uma trajetória coletiva com a comunidade, marcada por uma história de lutas e por um forte senso de pertencimento, evidenciando o protagonismo e o engajamento político da região. Ao contrário de muitos institutos federais que operam distantes das demandas locais, o *campus* Restinga mantém uma atuação territorial efetiva, integrando as necessidades da comunidade às suas diretrizes educacionais. Essa articulação se concretiza por meio de projetos de extensão e da participação ativa da comunidade nas atividades institucionais, assegurando a presença e valorização das pautas das minorias no ambiente escolar.

Diante deste histórico é fundamental que a gestão orçamentária ocorra de forma a valorizar e se alinhar com essa comunidade, promovendo uma administração verdadeiramente democrática. Tal postura possibilita o desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas potencialidades, incentivando um crescimento em sintonia com a realidade social e local

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Ao iniciar um projeto de pesquisa, é crucial que o pesquisador busque situar seu objeto de estudo no meio acadêmico, a fim de entender o estado atual do conhecimento sobre o tema e obter subsídios para organizar e planejar sua pesquisa de forma mais eficaz. De acordo com Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento envolve a identificação, registro e categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica em uma determinada área e em um determinado período. A construção desse conhecimento científico não é apenas atribuída ao pesquisador, mas também é influenciada pelas instituições às quais este está vinculado.

A pesquisa definida a partir do estado do conhecimento tem como objetivo buscar produções científicas relacionadas ao tema deste projeto: as informações sobre o processo orçamentário do IFRS, *campus* Restinga. Assim, o estudo teve início com a pesquisa de trabalhos publicados, entre 2017 e 2023, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, de forma complementar, no Observatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica).

Optou-se por uma abordagem que partisse de um sentido mais amplo até chegar à especificidade deste estudo. Portanto, foram aplicados filtros com os descritores "orçamento", "orçamento público", "orçamento público federal" e "orçamento Instituto Federal".

Ao se aplicar os filtros, foi possível identificar que a temática envolvendo o orçamento tem relevância com grande número de estudos sobre o assunto. No entanto, ao se analisar os textos resultantes dos filtros aplicados, percebeu-se que grande parcela deles apresentava uma abordagem gerencialista e tecnicista, que não se trata do foco deste estudo.

Diante desse resultado, foram realizados novos filtros com a mesma sistemática, utilizando-se os descritores "orçamento e gestão democrática", "orçamento e gestão democrática federal" e "orçamento e gestão democrática instituto federal". Essa nova abordagem causou significativa queda no número de trabalhos que abordam o assunto.

É possível observar que os estudos apresentam uma alta concentração na abordagem dos aspectos legais do orçamento público no Brasil, avaliando os

conceitos de eficiência e eficácia decorrentes das diversas reformas administrativas pelas quais passaram os serviços públicos. Além disso, há trabalhos que abordam a dimensão política do orçamento.

Identifica-se, portanto, que o orçamento público, sob a perspectiva da administração democrática, é um tema abordado em poucos trabalhos, sendo a maioria deles focada na implantação do orçamento participativo. Há uma lacuna na avaliação da sistemática atual e na busca por soluções para o sistema vigente, confirmando, assim, a importância do estudo proposto.

É possível perceber a variação nos estudos quando se conecta a questão do orçamento com a gestão democrática, conforme demonstrado comparativamente na Tabela 1:

Tabela 1 - Descritores de estado do conhecimento

Filtro	Orçamento público		Orçamento e gestão democrática	
Tipo	BDTD	Capes	BDTD	Capes
Dissertações	1050	1860	49	19
Teses	274	438	11	2
Total	1324	2298	60	21

Filtro	Orçamento público federal		Orçamento, gestão democrática e federal	
Tipo	BDTD	Capes	BDTD	Capes
Dissertações	813	1244	42	13
Teses	198	293	8	2
Total	1011	1537	50	15

Filtro	Orçamento público Instituto Federal		Orçamento, gestão democrática e Instituto Federal	
Tipo	BDTD	Capes	BDTD	Capes
Dissertações	201	82	21	5
Teses	42	5	1	1
Total	243	87	22	6

Fonte: elaborada pelo autor.

Através da leitura dos resumos, optou-se por trabalhar apenas com artigos que abordam os tópicos orçamento e gestão democrática junto a instituições de ensino

federal. Desse modo, foram selecionados oito estudos, relacionados, a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1 - Estudos vinculados ao objeto de pesquisa

Ano	Título	Autor	Fonte
2023	O planejamento orçamentário como instrumento da gestão democrática: uma proposta para o IFSul <i>campus</i> Sapucaia do Sul.	Schirlei Gaelzer	Capes
2022	A apropriação do orçamento dos Institutos Federais numa perspectiva de gestão democrática.	Daiane Bender	Capes
2022	Gestão democrática, transparente e estratégica: a qualificação do investimento educacional passa pela comunicação efetiva dos processos orçamentários.	Ana Paula Alves Rodrigues	Capes
2022	Gestão orçamentária participativa na educação superior: um diagnóstico na Universidade Federal da Paraíba.	Leonardo Bruno Ramos dos Santos	BDTD
2021	Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática: um estudo no Instituto Federal da Paraíba.	Emilene Maria Santana Benjamin Gonçalves	Capes
2021	Orçamento participativo e ensino médio integrado: uma proposta para o IFNMG <i>campus</i> Montes Claros – MG.	Marcus Vinícius Guedes da Mota	Capes
2018	Planejamento e gestão orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande/PB: proposição de um modelo participativo.	Márcia Danielle Rodrigues Marques	Capes
2017	Orçamento participativo, da elaboração à avaliação: uma proposta para o <i>campus</i> Picuí do Instituto Federal da Paraíba.	Fábio do Egito Pedrosa	BDTD

Fonte: elaborado pelo autor.

Diante da proposta de trabalho deste projeto, alguns estudos se destacam pela proximidade do tema orçamento público federal, observados pela ótica da gestão democrática e do acesso às informações por parte da comunidade escolar.

Gaelzer (2023), na pesquisa intitulada *O planejamento orçamentário como instrumento da gestão democrática: uma proposta para o IFSul campus Sapucaia do Sul*, analisou a formação do orçamento em um Instituto Federal de Educação e a gestão democrática e buscou demonstrar a viabilidade de implantação da ferramenta orçamento participativo no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) a fim de possibilitar uma maior participação da comunidade na gestão orçamentária.

Seu estudo apontou a centralização das decisões orçamentárias pelas coordenações e direções da unidade, bem como o baixo conhecimento e participação por parte da comunidade escolar (Gaelzer, 2023). O produto dessa pesquisa foi um *site* com orientações sobre orçamento e uma proposta de implantação do orçamento participativo, no *campus* Sapucaia do Sul, que envolva toda a comunidade escolar.

Bender (2022), no trabalho denominado *A apropriação do orçamento dos Institutos Federais numa perspectiva de gestão democrática*, discute as informações necessárias para tornar acessível e compreensível o fluxo orçamentário, baseando-se nos aportes teóricos de acesso à informação e gestão democrática relacionando-os ao contexto escolar e sua comunidade. A pesquisadora focou seu trabalho em dois pilares: a gestão democrática e as informações sobre orçamento disponíveis à comunidade. Esse trabalho resultou na criação do produto educacional chamado *Guia Orçamentário do IF Sul Sapiranga*, que contém as principais nomenclaturas e conceitos contábeis e orçamentários, bem como informações sobre a lei orçamentária, fornecendo importantes informações aos alunos que foram o foco de seu estudo.

Seu estudo encontrou dificuldades devido a pouca transparência e dificuldade de acesso aos dados. Também apontou um preocupante desconhecimento e desinteresse dos alunos quando o assunto é orçamento, embora reconheçam a sua importância (Bender, 2022).

O trabalho de Rodrigues (2022), intitulado como *Gestão democrática, transparente e estratégica: a qualificação do investimento educacional passa pela comunicação efetiva dos processos orçamentários*, buscou identificar os mecanismos de gestão participativa do orçamento que possibilitem atingir os objetivos institucionais e, com isso, qualificar o investimento educacional. Para atingir seu objetivo o estudo abordou a educação profissional e tecnológica, gestão educacional democrática e gestão de orçamento educacional.

Seu trabalho se destaca por fazer uma abordagem mais pedagógica do processo orçamentário, através de um aprofundamento na questão de gestão educacional. Utilizando um enfoque mais consistente sobre as ações administrativo-pedagógicas, trata de assuntos de características orçamentárias, mas fazendo ligações com qualidade de ensino e cidadania.

Através de questionários e entrevistas, sua pesquisa identificou que, apesar da publicidade dos atos, há pouca participação e entendimento dos processos

orçamentários. Seu produto educacional foi o *Guia digital interativo: um caminho para a comunicabilidade e democratização dos processos de gestão orçamentária*.

Santos (2022), em seu estudo denominado *Gestão orçamentária participativa na educação superior: um diagnóstico na Universidade Federal da Paraíba*, buscou analisar os mecanismos de operacionalização do modelo de gestão orçamentária participativa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para esse fim, abordou o histórico da administração pública no Brasil, a gestão democrática dos recursos financeiros da educação superior, o orçamento e o financiamento da educação pública superior.

Através de pesquisa documental e consultas à Plataforma e-SIC e à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), o estudo identificou que, apesar da previsão, não há efetivamente um orçamento participativo, pois não existe a participação direta, de forma pública e aberta, em encontros específicos da comunidade nas decisões orçamentárias, quer por ausência de normas internas, quer por ausência de instâncias de deliberação coletiva na forma de comitês e/ou conselhos deliberativos de gestão orçamentária participativa (Santos, 2022). De posse desses dados, o estudo apontou como sugestão 10 passos essenciais para a implantação do processo de gestão orçamentária participativa.

O trabalho de Gonçalves (2021), intitulado *Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática: um estudo no Instituto Federal da Paraíba*, foi voltado para a identificação do orçamento participativo junto ao *campus* João Pessoa. Para atingir esse objetivo, abordou conceitos sobre orçamento público, ciclo orçamentário, orçamento participativo, fontes de financiamento e processo orçamentário do IFPB.

Seu trabalho apresenta uma aprofundada revisão bibliográfica sobre os aspectos orçamentários, assim como também efetua uma análise detalhada de documentos institucionais do IFPB, plano de desenvolvimento institucional, relatório de autoavaliação institucional, relatório de gestão, estatuto e regimento. A dissertação comparou aspectos do orçamento participativo, apurando que, apesar de a instituição considerar como uma excelente política, não houve a implantação (Gonçalves, 2021).

Mota (2021), em seu estudo chamado *Orçamento participativo e ensino médio integrado: uma proposta para o IFNMG campus Montes Claros-MG*, abordou os conceitos e histórico da democracia, do Estado (democrático), da educação socialista, do orçamento público e do orçamento participativo.

Seu trabalho diferenciou-se dos demais ao se aprofundar mais na abordagem do processo democrático e do ensino de cunho marxista e humanista como peças fundamentais para que haja uma efetiva participação da comunidade na implantação de um orçamento participativo. Para Mota (2021), além da implantação, é fundamental a preparação da comunidade a fim de que esta possa efetivamente participar, e não ficar passivamente recebendo informações para a tomada de decisões pré-moldadas.

Seu levantamento de dados não somente perguntou o que a comunidade deseja, mas também questionou o que a comunidade entendia sobre certos conceitos e assuntos que fundamentam o objeto do estudo. Dessa forma, pode-se perceber que, além do interesse na participação, a comunidade necessita e deseja mais conhecimento sobre o assunto. Como produto educacional, foi criado um guia com o passo a passo para a implantação do orçamento participativo na escola.

Em seu trabalho intitulado *Planejamento e gestão orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande/PB: proposição de um modelo participativo*, Marques (2018) abordou os conceitos e a evolução da administração pública brasileira, o orçamento público brasileiro e o orçamento participativo, bem como o planejamento e a gestão orçamentária no ensino superior.

O levantamento de dados ocorreu através de revisão bibliográfica e questionários junto aos gestores e conselheiros da universidade. Entre os diversos apontamentos identificados por Marques (2018), alguns despertaram atenção para a busca desta pesquisa, como: a maioria expressiva não reconhecer o planejamento e a gestão orçamentária da UFCG como democráticos, baixa participação da comunidade na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pouco conhecimento sobre o PDI, quase inexistência de publicização sobre o PDI e as informações sobre orçamento aprovado e relatório de gestão de difícil compreensão para a comunidade.

Tais apontamentos não estão de acordo com o que se encontrava no então PDI vigente, que, entre outros pontos, afirmava “[...] que suas políticas institucionais, dentre outras, são voltadas para o fortalecimento das práticas democráticas nos processos de planejamento e de gestão administrativa” (Marques, 2018, p. 60). Como resultado da pesquisa, foi apresentado um plano de ação para a implementação de um orçamento participativo.

Pedrosa (2017), na pesquisa denominada *Orçamento participativo, da elaboração à avaliação: uma proposta para o campus Picuí do Instituto Federal da*

Paraíba, abordou o orçamento, sua origem, evolução, ciclos e princípios orçamentários, bem como a organização administrativa e o perfil da comunidade acadêmica do *campus* Picuí do Instituto Federal da Paraíba.

Seu projeto diferencia-se, em primeiro lugar, pela utilização de formulários e entrevistas, buscando identificar a percepção da comunidade sobre a sua própria participação no processo de elaboração e controle da execução orçamentária e verificar a transparência e a qualidade das informações (Pedrosa, 2017). Outro aspecto diferenciado foi o profundo detalhamento das etapas e instâncias para a criação do orçamento participativo, o qual também partiu dos formulários e entrevistas realizadas. Seu estudo resultou na apresentação de diretrizes para implantação de um orçamento participativo, bem como o formato e a sua dinâmica de funcionamento.

Dentre as oito dissertações lidas, apenas as de Bender (2022) e Rodrigues (2022) realizaram trabalhos que, assim como este projeto de pesquisa, tem como objetivo a participação da comunidade no atual processo de gestão orçamentária democrática, não tendo como foco a proposta ou a viabilidade de implantação do orçamento participativo. Seus estudos apontaram para falhas no processo de gestão orçamentária democrática, identificando insuficiência nos sistemas de comunicação, de forma que a comunidade escolar tem pouco conhecimento sobre o processo orçamentário, principalmente da sua execução, bem como baixa participação na sua elaboração.

Os trabalhos de Gaelzer (2023), Santos (2022), Gonçalves (2021), Mota (2021), Marques (2018) e Pedrosa (2017), embora centrados na implantação de um orçamento participativo nas instituições de ensino público federal, também identificaram que, apesar de a gestão democrática do orçamento estar prevista na Constituição Federal e demais normativas das instituições de educação, não há participação efetiva da comunidade, seja por falta de informações, seja por estas não serem compreensíveis para a maior parte do público.

Após a leitura das pesquisas selecionadas com a finalidade de compreender melhor o estado atual do conhecimento sobre a gestão orçamentária democrática, confirmou-se a percepção inicial obtida pelos resultados das pesquisas com os descritores selecionados anteriormente. Esses resultados apontaram para a necessidade de um aprofundamento no assunto.

Torna-se evidente a escassez de estudos sobre o objeto deste trabalho ao constatarmos que, das oito dissertações selecionadas, apenas duas abordam

medidas a serem implementadas na estrutura atual da gestão orçamentária democrática. Além disso, todos os trabalhos identificaram falhas no processo de comunicação e, inclusive, na gestão, o que resulta em baixos índices de conhecimento e participação por parte da comunidade escolar quando o assunto é o orçamento.

Essas constatações reforçam a importância deste estudo, que busca proporcionar uma base teórica e prática mais sólida dentro da atual estrutura de funcionamento. Isso visa subsidiar processos de melhoria ou continuidade na gestão orçamentária democrática nas instituições de ensino público.

3.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para começarmos nossa discussão, vamos analisar a etimologia dessas duas palavras. De acordo com o dicionário palavra "gestão" tem origem no latim "*gestio*", que possui o sentido de ação de gerir ou administrar. Por outro lado, "democracia" vem do grego "*dēmokratía*", essa palavra é composta por duas partes: "Demos", que significa "povo" ou "distrito", e "Kratos", que se traduz como "domínio" ou "poder", resultando na expressão "poder do povo" ou "governo do povo". Apesar de ser um conceito complexo e sujeito a diversas interpretações e realidades, a ideia de gestão democrática implica, em seus discursos e teorias, uma abordagem de gestão voltada para o coletivo.

Ao perseguir a centralidade desse conceito, a gestão democrática no ensino público surge no Brasil de forma mais sólida a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como uma proposta de ensino de qualidade, por meio da participação da comunidade escolar nos processos decisórios da escola (administrativo, pedagógico e financeiro) Lück (2013) reforça esse princípio de gestão escolar ao apontar que:

Construir conhecimentos a partir das práticas escolares coletivas constitui-se, portanto, em um processo fundamental a ser promovido na escola, e que sustenta e faz avançar a gestão da escola e a qualidade do trabalho educacional (Lück, 2013, p. 60).

Percebe-se que a proposta de democratização da escola busca estabelecer um sistema de relações e tomada de decisões no qual todos tenham a possibilidade de participar e contribuir com seu conhecimento — conhecimento que se amplia por meio da participação, gerando empoderamento do coletivo e fortalecendo tanto os indivíduos quanto a própria instituição.

Para atingir essa democratização na escola é necessário desenvolver um fazer coletivo envolvendo todos os membros da comunidade escolar, buscando integrar os diferentes espaços internos que compõem o ambiente escolar e as pessoas envolvidas com a instituição. Buscando contemplar os interesses e às necessidades de toda a comunidade, de forma a cumprir sua função social e institucional.

Silva (2012) pontua que a gestão democrática, através do trabalho coletivo, esforço e participação, torna o processo de gestão mais humanizado, ao levar em conta as necessidades individuais, tais como a autoestima, o autoconhecimento, a valorização pessoal, a segurança e a sociabilidade.

Importante destacar que este trabalho está focado na gestão democrática enquanto participação na gestão orçamentária, entretanto essa é apenas uma etapa que compõe a gestão democrática, a qual é um processo contínuo composto por:

- a) a democratização como ampliação do acesso e sucesso do aluno na escola;
- b) democratização dos processos pedagógicos;
- c) democratização dos processos de gestão escolar (Hora, 1994, apud Lück, 2013, p. 61).

Libâneo (2013) observa que as escolas, enquanto instituições sociais, definem objetivos que atribuem propósitos às práticas educativas alinhadas com as necessidades da comunidade. Assim, pondera:

Os objetivos determinam o tipo de sujeito a ser educado, os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, os valores a serem formados, as práticas de organização da escola, o perfil profissional dos professores [...] (Libâneo, 2013, p. 21).

Os Institutos Federais estão em linha com essa premissa, pois conforme Pacheco (2015) a sua concepção prevê:

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (Pacheco, 2015, p. 14).

Libâneo (2013) compreende que a definição desses objetivos sempre foi resultante de pressões de forças sociais presentes na sociedade, envolvendo os mais variados interesses econômicos, financeiros e políticos, tanto no âmbito global, quanto no nacional ou local, os quais muitas vezes não representam ou atendem aos

interesses da comunidade escolar.

Esse contexto torna fundamental a participação da comunidade escolar nos processos de gestão do *campus* Restinga, pois somente dessa forma é possível para a instituição identificar as reais prioridades e interesses da comunidade, possibilitando uma real inclusão social.

De acordo com Libâneo (2013), vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade e injustiça. Porém, a escola possui potencial para reequilibrar essa realidade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental eliminar a submissão das escolas à lógica econômica e mercadológica e buscar um modelo que promova o desenvolvimento intelectual, afetivo e moral, cuja finalidade seja proporcionar uma inclusão crítica no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

Uma das ferramentas para se atingir essa mudança de cenário é a execução de uma gestão verdadeiramente democrática. Somente por meio dela será possível elaborar objetivos com a participação da comunidade escolar, de forma a compreender e atender às suas necessidades. Ao mesmo tempo, essa abordagem permitirá aprimorar as atividades socioculturais em seu cotidiano e no ambiente escolar.

Considerando-se a diversidade de correntes dentro do conceito de gestão, muitas das quais estão orientadas para atender às demandas do mercado capitalista, esta pesquisa adotará a proposta elaborada por Lück:

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. O entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos [...] (Lück, 2013, p. 21).

O conceito destaca a importância da gestão democrática na administração escolar, ressaltando que esse modelo se baseia em princípios democráticos nos quais a participação coletiva é fundamental para tomar decisões e implementar processos. Essa abordagem reconhece a importância da participação de toda a comunidade escolar na definição de objetivos e na mobilização dos mais diversos saberes para

alcançá-los.

Nessa linha conceitual, Paro (2017) enfatiza que a administração escolar tem uma especificidade em relação à sua finalidade pedagógica, ou seja, a gestão escolar deve ser orientada não apenas para a eficiência na utilização de recursos, mas também para o desenvolvimento humano, o qual está intrinsecamente ligado ao ato educativo.

Seguindo essa linha de raciocínio, Libâneo (2013) destaca que administrar uma escola supera as questões meramente administrativas e burocráticas. Se consideramos a escola, assim como a sala de aula, como um espaço de aprendizado, podemos entender que os métodos de operação, normas, procedimentos administrativos, valores e diversas outras práticas que ocorrem dentro da estrutura escolar influenciam diretamente na aquisição de conhecimento, desenvolvimento de habilidades, internalização de valores e formação de atitudes, tanto dos alunos quanto dos servidores.

Nesse sentido, Libâneo (2013) observa a escola como um espaço de aprendizagem e formação profissional, no qual a participação deve ocorrer como um processo de aprendizagem. Assim sendo, as decisões, as práticas de gestão e o próprio significado da atuação profissional são negociados e renegociados. Esse processo resulta em uma qualidade superior nas relações pessoais e profissionais, o que leva ao engajamento na transformação do ambiente de trabalho e da vida coletiva.

Desse modo, esta pesquisa baseia-se em dois princípios fundamentais:

- a) Gestão como processo democrático: implica que a tomada de decisões e a implementação de políticas na escola devem envolver e considerar a participação de toda a comunidade escolar, incluindo diretores, professores, alunos, funcionários e pais. A democracia, na gestão escolar, garante que as decisões sejam tomadas de forma transparente, inclusiva e participativa, levando em conta diferentes perspectivas e necessidades;
- b) Gestão como ferramenta de desenvolvimento humano: a administração escolar não se limita apenas à gestão de recursos e infraestrutura, mas também à promoção do desenvolvimento integral do ser humano, o que significa que as políticas e práticas de gestão devem ser orientadas para o crescimento pessoal, acadêmico, social e emocional dos alunos, bem como para o desenvolvimento profissional e bem-estar dos professores e demais membros da comunidade escolar. A gestão eficaz da escola deve criar um

ambiente que apoie e promova o aprendizado contínuo e o desenvolvimento pessoal de todos os envolvidos.

Portanto, esta pesquisa busca explorar como esses dois princípios fundamentais podem ser aplicados na prática da gestão escolar, visando melhorar a qualidade da educação e promover o desenvolvimento integral dos alunos e de toda a comunidade escolar.

É importante identificar a diferença entre uma gestão democrática genuína e a mera concessão de liberdade por parte dos gestores escolares. Paro (2017) observa que, após décadas de autoritarismo e sob a influência de um discurso liberal, é comum que alguns diretores se autointitulem democratas por adotarem uma postura "liberal" em relação aos servidores, alunos e pais, permitindo-lhes participar de algumas decisões. Diferenciar esses dois tipos de gestão é fundamental para compreender o verdadeiro formato de uma gestão democrática. Destacam-se alguns pontos dessa diferenciação:

- a) Gestão realmente democrática: os gestores não apenas concedem liberdade de participação e expressão, mas também buscam constantemente envolver todos os membros da comunidade escolar nas tomadas de decisão. Isso significa que eles criam espaços e oportunidades para que funcionários, professores, alunos contribuam com suas ideias e apontem preocupações. Além disso, de forma séria, levam em conta essas contribuições no processo de tomada de decisão e implementação de políticas e procedimentos, garantindo efetiva participação da comunidade escolar nos rumos da escola;
- b) Gestão que “concede liberdade”: os gestores utilizam uma abordagem mais superficial, em que concedem uma certa liberdade aos membros da comunidade escolar, permitindo que emitam suas opiniões e participem de algumas decisões sem efetiva importância ou que estejam em acordo com a ideias da gestão. Entretanto, essas contribuições podem não ser levadas a sério ou consideradas e, nem mesmo, efetivadas, sob os mais diversos argumentos, tornando-as insignificantes no processo decisório. Logo, a gestão pode ser caracterizada como mais autoritária, mesmo que se autodenomine democrática devido à suposta permissão de participação.

Portanto, a verdadeira gestão democrática na educação não se limita a dar voz aos membros da comunidade escolar, mas também os envolve ativamente no processo de tomada de decisões e garante que suas contribuições sejam valorizadas

e implantadas. Portanto, não apenas promove um ambiente escolar mais inclusivo e participativo, como também pode levar a melhores resultados educacionais e ao fortalecimento das relações da comunidade escolar como um todo.

Nesse sentido é importante destacar que a gestão democrática na educação não é uma questão de escolha de uma forma de atuação do gestor, trata-se de uma obrigação determinada em lei, a qual tem a sua normatização inicialmente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 206, inciso VI: “[...] gestão democrática do ensino público na forma da lei [...]” (Brasil, 1988), posteriormente mais bem regulamentada pela Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação determina:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III – estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

IV – pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

V – membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023) (BRASIL, 1996).

A Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, em seu art. 2º estipula as suas diretrizes, entre elas “[...] promoção do princípio da gestão democrática da educação pública [...]” (Brasil, 2014). O PNE contém 20 metas a serem cumpridas nesse decênio, das quais, dentro dos aspectos da gestão democrática, destacamos:

[...] 2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias; [...] 7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática; [...]

7.28) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais; [...] Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2014).

Como podemos observar, a legislação é clara quanto à determinação da gestão democrática, não se tratando de uma questão gerencial passível de ser aplicada ou não pelo gestor.

Paro (2017) observa que não há como se falar em gestão democrática na escola sem ter a participação da comunidade nos processos de decisão. Nesse sentido, ele percebe pouca participação, afirmando que seria mais apropriado se referir à escola pública como escola estatal, dada a falta de participação da comunidade na sua gestão. Entende que essa nomenclatura só será apropriada quando a população tiver acesso geral e indiferenciado a uma educação de qualidade, o que só é possível com o controle democrático da escola.

O pensar sobre a importância da gestão democrática vai além da melhora no processo administrativo, embora não se separe a sua importância, mas sim que seja um processo educativo e emancipatório, pois trata-se de uma movimentação política, administrativa e educacional.

Libâneo (2013) faz um apontamento importante: embora reconheça como fundamental a gestão participativa, admite que ela por si só não é a resposta para todos os problemas, tampouco é suficiente para o processo de democratização. Para que a real democratização ocorra, é necessário que seja assegurado ao aluno o pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais por meio dos conteúdos.

Entender a escola como um local para aprendizado, compartilhamento de significados e conhecimentos, assim como de interações entre indivíduos reforça a importância das dimensões cultural e educativa na organização e gestão escolar. Isso implica valorizar ainda mais a responsabilidade atribuída à gestão da escola.

Nesse sentido, Libâneo destaca:

Gerir uma escola deixa de ser algo apenas ligado a questões administrativas e burocráticas. Se o conjunto da escola é, tanto quanto a sala de aula, espaço de aprendizagem, pode-se deduzir que formas de funcionamento, normas, procedimentos administrativos, valores e outras tantas práticas que ocorrem no âmbito da organização escolar, exercem efeitos diretos na aprendizagem

de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes de alunos e professores (Libâneo, 2013, p. 25).

Dessa forma, torna-se fundamental que a gestão alinhe práticas que trabalhem nos motivos de aprendizagem de alunos e servidores e, ao mesmo tempo, compreenda que aprendemos com nossas práticas, ou seja, aprendemos não apenas na sala de aula, mas também com as práticas no ambiente escolar.

Paro (2017) destaca que toda atividade administrativa se inicia após um processo político no qual se discute o que se pretende fazer. Após esse debate, a prática administrativa irá equacionar a racionalidade na busca de obter o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a realização do projeto político.

Pacheco (2015) pontua a importância da busca de uma educação vinculada a um projeto democrático que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles criados pela sociedade organizada. Mais que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que assume um papel importante na superação da exclusão social.

Através dessa retroalimentação, é possível demonstrar, à comunidade, a importância de sua participação na escola, de gerar um sentimento de pertencimento e de despertar a necessidade da busca de um ensino de qualidade. Conseqüentemente, ao mesmo tempo a escola incorpora novas aprendizagens, percebe a realidade de sua comunidade, abandona seu *status* de centralidade de poder e passa a funcionar calcada no intercâmbio de conhecimentos.

Essa unificação de escola e comunidade é fundamental para que se possa vencer essa visão mercantilista da educação de atender apenas aos interesses da classe dominante – que busca a manutenção desse *status*. Ao se incluir a comunidade na gestão da escola, será possível, de forma participativa, trazer clareza para as mazelas da educação e tornar a luta pelo ensino de qualidade não mais o objetivo de uma categoria profissional (educadores), mas, sim, o objetivo da classe trabalhadora.

Convém destacar que a busca por uma gestão democrática é extremamente complexa. Paro (2017) destaca que é até uma ingenuidade pensar na escola como uma grande família para a qual basta boa vontade e sacrifício. Na realidade, ela é composta por uma comunidade heterogênea com pais, alunos, professores, profissionais técnicos e políticos, todos com as mais variadas realidades e interesses, que, por vezes, podem ser até antagônicos, mas que, em um processo democrático legítimo, devem trabalhar fortemente as confluências e articular de melhor forma

possível as divergências.

De forma complementar, Lück (2014) observa que, à medida que os gestores evitam as tensões, conflitos e dificuldades geradas pela efetiva participação e interação social, eles descartam a realidade, que é condição básica para a construção de conhecimento sobre seus processos sociais e educacionais, os quais geram possibilidades de superação de suas limitações e a construção de processos de melhoria.

Ao evitar possíveis tensões, o gestor não permite a avaliação da realidade pelos diferentes olhares, baseados nas mais variadas experiências, que podem contribuir ao gerar uma visão mais abrangente das possibilidades de intervenção, além de diminuir o comprometimento do coletivo com a implantação do planejado.

Embora a gestão democrática goze de obrigatoriedade legal, o termo possui uma amplitude muito vasta, o que leva à implantação dos mais variados sistemas de gestão democrática. Lück (2014) observa que é muito comum que gestões se julguem democráticas pelo fato de trabalharem de forma supostamente participativa, normalmente caracterizada pela consulta à comunidade ou conselho, os quais recebem uma questão ou problema acompanhado de possíveis soluções apresentadas pela gestão.

Essa sistemática faz com que os participantes sejam apenas consultados para as escolhas de soluções pré-concebidas, não havendo uma interação e não sendo considerados os variados pontos de vista da questão, assim como tampouco são aproveitadas as experiências individuais, que, com certeza, enriquecem o debate.

Lück (2014) aponta que essa sistemática gera sérios problemas em médio e longo prazo, pois não permite a colaboração benéfica, desqualifica as ações de gestão democrática, gera desconforto nos envolvidos e destrói as sementes e motivações de participação efetiva que acompanham as pessoas. Consequentemente, por se sentirem desvalorizadas, passam a negar o processo e, inclusive, a sua legitimidade.

Em uma gestão efetivamente democrática, há de se atentar para a forma como a participação ocorre. Lück (2013) classifica as diversas formas de participação existentes como: a) participação como presença; b) participação como expressão verbal e discussão; c) participação como representação política; d) participação como tomada de decisão; e) participação como engajamento. No Quadro 2, Gaelzer (2023) explica cada tipo, baseando-se em Lück (2013):

Quadro 2 - Formas de participação

Participação como presença	O indivíduo pertence a um grupo ou organização, independentemente de sua atuação nele. Pode ocorrer por obrigação. Exemplo: um aluno que atua de forma passiva, marcado apenas pela presença física. Não há interação.
Participação como expressão verbal e discussão de ideias	O indivíduo participa do processo de forma ativa, porém apenas na forma de apresentação de ideias e discussões que não promovem avanço. Não há um aprofundamento de forma a possibilitar real entendimento sobre a questão ou da decisão tomada (via de regra vem pré-concebida). Portanto, não há uma sistematização de ideias, pois o foco é a resolução de um problema. A participação só é efetiva quando há a interação de pontos de vista, ideias e concepções. Isso permite a compreensão abrangente da realidade e das pessoas envolvidas na sua construção.
Participação como representação	O indivíduo elege ou escolhe um representante para participar do processo (grêmio, conselho de <i>campus</i> , etc.), há uma percepção equivocada de que a participação se encerra ao se eleger o representante, quando, na verdade, esta representação ocorre apenas por questões operacionais (para grandes grupos nos quais a participação direta de todos é inviável). O representante deve seguir o posicionamento do grupo a que está ligado e isso só pode ocorrer se aqueles que lhe confiaram a representação apresentem ideias e concepções debatidas pelo grupo como um todo.
Participação como tomada de decisão	Nesse caso, o poder é compartilhado com os indivíduos, ou seja, a responsabilidade da tomada de decisão é compartilhada, o coletivo toma as decisões. Esse processo tem sido mal compreendido e muitas situações meramente operacionais, de prática diária de algumas funções, têm sido encaminhadas para a decisão do coletivo. Consequentemente, tem gerado perda de tempo, debates desnecessários e, inclusive, perda de interesse em participar do processo.
Participação como engajamento	O engajamento é o nível mais pleno de participação, envolve estar presente, expressar opiniões, analisar as situações, tomar decisões sobre os encaminhamentos com base nas análises compartilhadas e envolver-se para a efetivação das decisões tomadas. Não há separação entre a tomada de decisão e a ação, entre o pensar e o fazer, fragmentação que produz resultados negativos na participação.

Fonte: Gaelzer (2023).

Ao se analisar os tipos de participações que ocorrem em processos pensados como uma gestão democrática, é possível perceber que a participação como engajamento ocorre com menor incidência, dada a sua complexidade e grau de comprometimento exigidos.

Uma gestão efetivamente democrática deve ir além de disponibilizar o direito de participação. São necessários processos de conscientização e compreensão dessa participação, buscar a criação de espaços apropriados, bem como facilitar seu acesso.

Além desses processos, Paro (2017) e Pacheco (2015) destacam a importância da interação da escola com a sua comunidade: não basta abrir espaços na instituição para a participação; é fundamental que a instituição busque integrar-se às questões

da comunidade. É preciso compreender seus anseios e necessidades, não trazer soluções pré-concebidas, mas ouvir e compreender, de modo a desenvolver, em conjunto novas premissas, a partir da visão da comunidade. Dessa forma, cria-se um vínculo em que a comunidade se torna parte da escola, assim como a escola torna-se parte da comunidade.

Lück (2013) observa que, para a construção de uma sociedade democrática com a promoção de maior participação das pessoas nas organizações sociais, é necessário desenvolver atividades que atinjam três objetivos: a) o de promover a construção coletiva das organizações; b) o de possibilitar a aprendizagem de habilidades de participação efetiva e concomitante; e c) o de desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições. Essas atividades são fundamentais para a evolução de uma disposição legal sobre gestão democrática para um real processo que ocorre através de vivências e aprendizagens democráticas envolvendo todos os atores da instituição, em especial os alunos.

Pelas leituras iniciais, é possível perceber que uma efetiva gestão democrática envolve processos relativamente complexos que exigem maior esclarecimento, estrutura adequada, comprometimento, constante acompanhamento e revisão.

Aparentemente, evoluímos para gestões com maior transparência e participações, que geralmente são consultivas, fato que confirma a necessidade de se aprofundar no entendimento de como funciona a gestão democrática no IFRS, *campus* Restinga, de forma mais específica junto a gestão orçamentária.

3.3 O ORÇAMENTO PÚBLICO

É importante destacar que há uma diferença fundamental entre o orçamento da iniciativa privada e o orçamento público que muitas vezes não é considerada pelos analistas e público em geral.

O orçamento da iniciativa privada tem uma função econômica que visa o lucro, portanto, é obrigatório o equilíbrio entre receita e despesa. Já no orçamento público, a função econômica visa o bem-estar social, logo, o equilíbrio entre receitas e despesas é um meio, e não propriamente um fim. Isso não dá liberdade para os gestores atuarem de forma irresponsável, mas compreende que sua existência ocorre para atender as necessidades do cidadão da sociedade como um todo.

Richard Musgrave *apud* Giacomoni (2007, p. 22) propôs uma classificação das

funções econômicas do Estado que se tornaram clássicas no gênero. Denominadas funções fiscais, o autor as considera também as próprias “funções do orçamento”, principal instrumento de ação estatal na economia. São três essas funções:

- a) Promover ajustamentos na alocação de recursos (função alocativa);
- b) Promover ajustamentos na distribuição de renda (função distributiva);
- c) Manter a estabilidade econômica (função estabilizadora).

Na função alocativa, o Estado atua de forma direta (criação de estatais) ou indireta (incentivos fiscais, financiamento etc.) na produção de bens ou serviços. Isso ocorre nos casos em que a iniciativa privada não atua com eficiência ou não tem interesse no mercado devido ao baixo retorno.

Na função distributiva, o Estado intervém em aspectos sociais e econômicos, buscando o equilíbrio na distribuição da riqueza de uma sociedade, como, por exemplo, tributos progressivos – quem ganha mais paga mais –, subsídio para bens de consumo popular, educação gratuita, capacitação profissional, programas de desenvolvimento comunitário etc.

Por fim, a função de Estado estabilizadora possui objetivos macroeconômicos e busca manter a estabilidade nos preços, a manutenção de elevado nível de emprego, o equilíbrio no balanço de pagamentos e razoável taxa de crescimento econômico.

O orçamento público possui várias conceituações, algumas demasiadamente técnicas. A fim de facilitar a compreensão, utilizaremos o conceito que consta no Portal da Transparência, que o define como “[...] instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros)” (Brasil, 2024).

Percebe-se, por essa definição, que o orçamento público é uma ferramenta de planejamento. Por tratar-se de erário público, sofre regulamentação, principalmente pela Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), que determina normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 165 a 169 (Brasil, 1988). Segundo Bezerra Filho (2013, p. 5), o orçamento público tem como objetivos:

- a) Controle de gastos (evitar abusos);
- b) Gestão de recursos (ações, produtos e metas);

- c) Planejamento (implementação de plano de médio prazo);
- d) Administração macroeconômica (distribuição de renda e crescimento econômico).

Nessa linha de pensamento, Kohama (2010) entende que o orçamento público é a utilização de técnicas de planejamento e programas de ação concentrados no chamado sistema de planejamento integrado, que busca, principalmente, analisar a situação atual para identificar as ações ou modificações a serem implantadas com vistas a atingir a situação desejada.

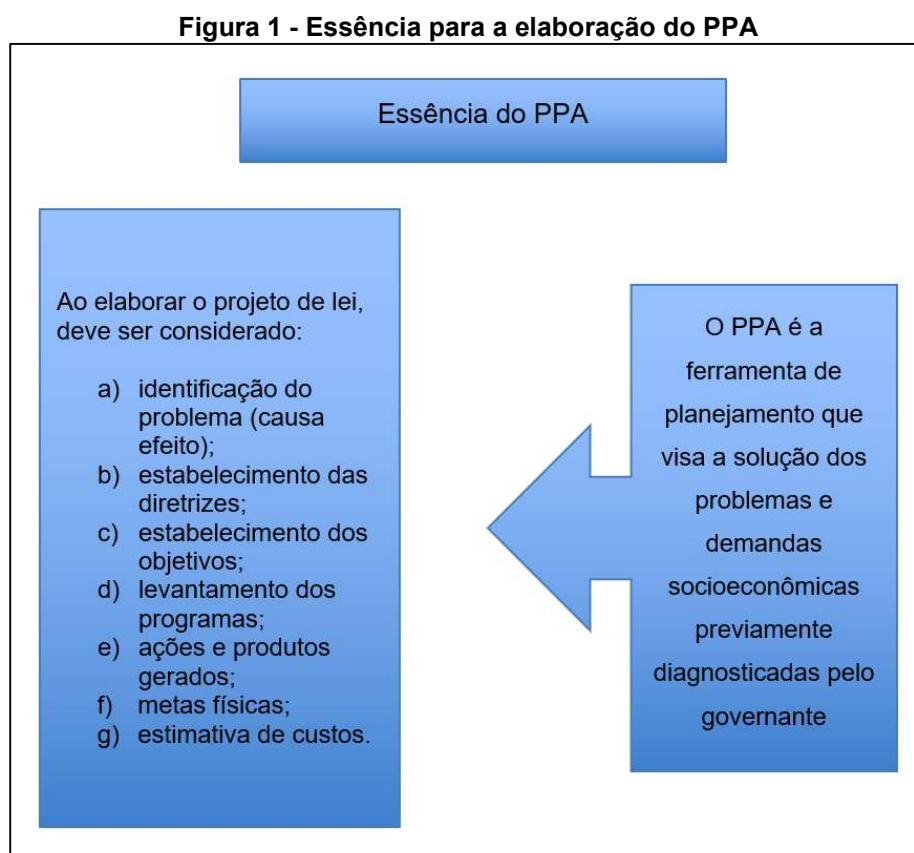
Essas ferramentas de planejamento foram criadas através da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), sendo a sua estrutura composta por Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Para Kohama (2010), o PPA é um plano de médio prazo que busca ordenar as ações do governo a fim de atingir objetivos e metas fixadas para um período de quatro anos.

Bezerra Filho (2013) destaca que, em função do art. 165 da Constituição Federal não ter sido regulamentado através de lei complementar, não existe um padrão mínimo do que deve constar no PPA. Porém, há o entendimento de que a boa

técnica de elaboração deve ter como essência as variáveis descritas, a seguir, na Figura 1:



Fonte: elaborada pelo autor a partir de Bezerra Filho (2013, p. 28).

Após elaborado o PPA, que compreende o processo de gestão no qual constam objetivos, metas e planos de ações de governo a serem implementados para um período de quatro anos, iniciam-se os instrumentos que irão organizar e iniciar o processo orçamentário para cada ano desse período, que são a LDO e a LOA.

O primeiro documento é a LDO, que tem como função nortear a elaboração dos orçamentos anuais com o objetivo de adequá-los ao PPA, conforme o § 2º do art. 165 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Diferentemente do PPA, que tem vigência para os próximos quatro anos, na União a LDO é enviada anualmente pelo executivo até 15 de abril e deve ser devolvida pelo legislativo até 17 de julho para sanção da presidência.

Tendo a função de balizar a elaboração do orçamento anual, a LDO deve conter:

- a) Metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

- b) Orientações sobre a elaboração da LOA;
- c) Alterações ocorridas na legislação tributária;
- d) Estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com a publicação da Lei Complementar nº 101/2000 (conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, houve a inclusão de mais ferramentas para a elaboração do orçamento público. Com isso, a LDO deve:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
 - b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
 - c) (VETADO)
 - d) (VETADO)
 - e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
 - f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- II - (VETADO)
III - (VETADO)
(BRASIL, 2000).

A LRF também estabelece a previsão de dois anexos que devem constar na LDO, o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais. Bezerra Filho (2013) destaca:

Anexo de Metas Fiscais, que tem como principais objetivos: Estabelecimento das metas para as receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida para o exercício a que se refere e para os dois exercícios seguintes (metas trienais); e Avaliação do cumprimento das metas do ano anterior e demonstrativos da estimativa e compensação da renúncia e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. **Anexo de Riscos Fiscais**, onde deverão ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem, sendo base para o cálculo da reserva de Contingência que deverá constar na LOA (Bezerra Filho, 2013, p. 30, grifo nosso).

Elaborado o plano e metas do governo (PPA) e formuladas as diretrizes para a realização do planejado (LDO), finalizamos o ciclo orçamentário com a criação da

LOA, que operacionaliza as demais etapas através da execução de programas e ações visando alcançar os objetivos traçados.

Anualmente, o Executivo deverá encaminhar ao Legislativo, até 31 de agosto, a LOA. É com base na sua aprovação que as despesas do exercício seguinte serão realizadas. De acordo com a Constituição Federal, conterà:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

A Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000) também trouxe melhoramentos à LOA com a inclusão de anexos de acompanhamento, determinando:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos (BRASIL, 2000).

A publicação da LRF foi fundamental para a boa gestão dos recursos públicos, pois, até o ano 2000, era comum os gestores públicos cumprirem com a elaboração do PPA, LDO e LOA, mas não tinham nenhum compromisso com o seu cumprimento, dada a facilidade de a administração pública gerar dívida e o caráter transitório dos gestores que não se preocupavam com os impactos futuros de seus atos.

A LRF, além de gerar a responsabilização legal dos gestores pelo não cumprimento dos orçamentos, criou ferramentas que acompanham a execução e regulamentam o processo de ajuste, a fim de que isto ocorra dentro do ciclo orçamentário vigente, conseguindo evitar o endividamento crônico que havia.

A LRF é composta por princípios que foram fundamentais para organizar o orçamento público. Dentre eles, destacamos: nenhuma despesa será executada se não estiver prevista em lei, toda renúncia de receita deve ser acompanhada de medida compensatória, equilíbrio entre receita e despesa e acompanhamento da realização da receita prevista, bem como ajustes necessários dentro do próprio exercício fiscal, em caso de não atingimento da previsão.

Conforme Bezerra Filho (2013), podemos interpretar o processo e o sistema orçamentário como:

Quadro 3 - Processo orçamentário

Planejamento estratégico quadrienal	Planejamento tático anual	Processo operacional anual
PPA	LDO	LOA
Estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.	Compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da LOA; dispõe sobre as alterações na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.	Norteia a execução do orçamento fiscal, do orçamento da seguridade social e do orçamento de investimentos, de acordo com a previsão de arrecadação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bezerra Filho (2013).

3.4 O CONCEITO DE PLANEJAMENTO E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO IFRS: CAMPUS RESTINGA

Inicialmente, cabe destacar dois pontos importantes sobre os Institutos Federais. O primeiro é a sua configuração como autarquia, conforme determina a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008b), em seu art. 1º. Dessa forma, possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O segundo ponto consta em seu art. 9º, que institui sua organização *multicampi* com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O primeiro ponto mostra-nos que, seguidas as etapas do processo orçamentário através do PPA, LDO e LOA, os Institutos Federais têm total autonomia para a elaboração e execução de seu orçamento.

No segundo ponto, temos a individualização desse orçamento a nível de *campus*, possibilitando maior controle e participação da comunidade que o compõe, um detalhe fundamental, pois são conhecedores da realidade e necessidade local.

Para operacionalizar a proposta orçamentária, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) criou um órgão de assessoramento, o Fórum de Planejamento e Administração (Forplan), que é responsável pela elaboração da matriz orçamentária utilizada para repartir os recursos orçamentários entre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Através da Portaria nº 646/2022, de 25 de agosto, o MEC efetuou uma alteração na forma de elaboração da proposta orçamentária para a EPCT. Com isso, a proposta orçamentária de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que até então era realizada por uma comissão composta por membros do MEC e do Conif, passa a ser definida não mais baseada na matriz Conif, mas com base nas informações publicadas na plataforma Nilo Peçanha¹⁰, a qual será alimentada pelos dados constantes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Segue, no Quadro 4, um comparativo entre as bases da matriz de distribuição

¹⁰ Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYW M1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>

orçamentária:

Quadro 4 - Comparativo entre matrizes de distribuição orçamentária

Base da matriz orçamentária até 2021	Base da matriz orçamentária a partir de 2022
Bloco pré-expansão: composto por <i>campi</i> com cinco anos ou mais de funcionamento. Os valores destinados a esses <i>campi</i> consideram o crescimento de matrículas em relação ao ano anterior e é corrigido pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). É determinado também um piso mínimo de recurso.	Funcionamento: manutenção e desenvolvimento das atividades globais da instituição tendo como base a matrícula total, após deduzido o valor destinado à assistência estudantil (equivale a 80% do orçamento total).
Expansão: grupo dos <i>campi</i> com menos de cinco anos de funcionamento. O valor é determinado por um piso e um complemento por número de matrículas totais. O piso está associado ao tipo de expansão, sendo elas: expansão padrão, expansão agrícola, expansão capital e expansão <i>campus</i> avançado.	Reitoria/Direção-Geral: manutenção e desenvolvimento das atividades da unidade gestora central, tendo a mesma base aplicada no bloco Funcionamento (equivale a 10% do orçamento total).
Reitoria: unidade gestora central das instituições. O valor destinado a cada reitoria é composto por um piso e complementado pelo número de <i>campi</i> existentes.	Qualidade e eficiência: atividades desenvolvidas pelas instituições, aferida a partir de indicadores disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (equivale a 10% do orçamento total).
EaD: o valor é calculado com base no aumento de matrículas EaD mais a atualização por meio do IPCA. Esse recurso foi dividido da seguinte forma: 10% entre todos os <i>campi</i> da instituição e 90% para os <i>campi</i> que possuem a modalidade EaD.	Assistência estudantil: refere-se à assistência fornecida aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, aos alunos em regime de internato pleno (RIP) e aos alunos de cursos de formação inicial e continuada, com foco no acesso, na permanência e no êxito.
Assistência estudantil: a assistência abrange os alunos matriculados em cursos presenciais, alunos em regime de internato pleno (RIP) e alunos em EaD. Para os alunos presenciais, é definido um valor de referência por aluno a ser assistido. Para os alunos de EaD, é utilizado o mesmo critério, porém, cada aluno equivale a quatro vezes menos do que um aluno presencial. Para os alunos RIP, o montante é atualizado em relação ao ano anterior, por meio do IPCA.	
Pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão tecnológica: valor destinado ao incentivo à pesquisa, inovação e extensão. O montante é calculado pelo valor do ano anterior e atualizado pelo IPCA. Esse recurso é dividido da seguinte forma: 50% por instituição e 50% proporcionais ao número de <i>campi</i> de cada instituição.	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Gaelzer (2023, p.46).

De acordo com informação disponibilizada no *site* do CONIF¹¹, a matriz orçamentária é elaborada anualmente pelo Forplan e leva em consideração uma série de informações extraídas da Plataforma Nilo Peçanha, do MEC. Os subsídios são

¹¹ Disponível em: <https://portal.conif.org.br/conselheiros-as-voltam-a-se-reunir-presencialmente-e-orcamento-da-rede-federal-domina-a-pauta-do-encontro>. Acesso em: 1º abr. 2024.

compilados e inseridos em um *software* desenvolvido pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que faz os cálculos necessários para a destinação do montante. Em virtude das alterações trazidas pela Portaria nº 646/2022 do MEC, o Conif tem se debruçado sobre a metodologia para atender da melhor maneira possível as instituições da rede federal, uma vez que abrigará o programa de maneira permanente.

Até o momento, abordamos a relação do processo orçamentário dos Institutos Federais para com o MEC e Governo Federal. No entanto, além desse alinhamento do orçamento com o executivo, ocorre todo um planejamento que deve ser realizado pela comunidade de cada *campus*, o qual, ao ser consolidado pela reitoria, gera o planejamento orçamentário interno do IFRS.

O processo tem início com a elaboração do PDI em cada *campus* do IFRS, conforme estabelecido no artigo 14 da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008b). Esse artigo determina a participação da comunidade acadêmica do *campus* na elaboração do referido documento. Posteriormente, essa participação foi regulamentada pelo artigo 21 do Decreto nº 9.235/2017 (Brasil, 2017).

Dessa forma, o PDI, deve ser fruto de um diálogo contínuo, que surge como uma bússola indispensável para direcionar os passos do IFRS. Com validade de cinco anos, ele não só define as diretrizes e metas, mas também traça um caminho estratégico para a instituição. Funcionando como um alicerce na gestão, o PDI alinha as atividades do IFRS com sua missão e valores, oferecendo um roteiro claro para alcançar os objetivos estabelecidos. Ao fornecer essa orientação sólida, o documento torna-se essencial para embasar decisões e implementar ações que impulsionem o crescimento contínuo da instituição.

Podemos perceber que o PDI não apenas assegura a eficácia das ações do IFRS, mas também necessita promover uma cultura de aprimoramento constante dentro da comunidade acadêmica. Trata-se de uma ferramenta vital para o cumprimento da missão educacional da instituição e o impulsionamento de avanços no ensino, na ciência e na tecnologia, sempre em sintonia com as necessidades da sociedade.

O processo de elaboração do PDI é marcado por etapas que tem de ser participativas e democráticas, garantindo o envolvimento da comunidade e a legitimidade das decisões. A consulta à comunidade acadêmica e à sociedade é

crucial, permitindo a coleta de *feedbacks*¹² e contribuições que reflitam as reais demandas da instituição e da comunidade ao seu redor.

Após essa fase, ocorre a análise do contexto institucional e socioeconômico, levando em consideração tanto fatores internos, quanto externos que possam influenciar a atuação do IFRS. Com base nessa análise, são definidas metas e objetivos estratégicos claros e mensuráveis, essenciais para orientar as ações da instituição ao longo do período de vigência do plano.

Por fim, o documento final do PDI deve reunir todas as informações, análises, metas e estratégias delineadas ao longo do processo, servindo como um guia abrangente para as atividades do IFRS nos próximos anos. Sendo uma manifestação do compromisso da instituição com a excelência educacional, científica e tecnológica, bem como com o atendimento às demandas da sociedade.

Dentre as diversas etapas a ferramentas que compõe o PDI temos a elaboração do PPI (plano pedagógico institucional), trata-se da descrição, em linhas gerais, das diretrizes que embasam a intencionalidade pedagógica do Instituto, bem como as concepções de mundo, homem, sociedade, educação e trabalho, dentre outras. O projeto pedagógico de uma instituição deve ser um processo contínuo, fruto de uma construção coletiva, do cruzamento de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, entendidas como a principal fonte de desenvolvimento humano.

Dessa forma o PPI 2024-2028 do IFRS destaca:

“Nesse sentido, onde o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma instituição de ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completude existente nos três segmentos (docente, discente e técnico- administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo” (PDI 2024-2028 pág. 97).

¹² Feedback, em português, significa "retorno" ou "realimentação". É uma resposta ou informação fornecida sobre um comportamento, ação ou desempenho, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento e aprimoramento da pessoa que o recebe

Dentro desta compreensão o PPI do IFRS deve ser resultado da elaboração das contribuições de todos os agentes que compõe a comunidade escolar, que vivenciam e estão envolvidos no processo educativo da instituição.

Nesse sentido Pacheco (2015) destaca a importância da articulação

Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos. Devem afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível. Por essa via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral. Nesse processo, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal. Assim sendo a construção do PPI contribuiu para reforçar o compromisso coletivo com a concepção de EPT, impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia (Pacheco, 2015, p.8)

Finalizado o PDI, que contém a visão estratégica do IFRS para os próximos cinco anos, tem início a elaboração do Plano de Ação (PA), que tem vigência anual e busca organizar a execução das atividades de forma a atingir as metas estabelecidas.

A elaboração do PA também deve envolver a consulta à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, embora o processo seja menos complexo do que o do PDI. Ele se desenrola em uma situação mais tangível, uma vez que precisa apresentar à comunidade o orçamento disponível para o IFRS *campus* Restinga e seus compromissos pré-estabelecidos (tais como contratos, despesas com energia e água, etc.). No PA a comunidade tem de ser convidada para que possa apontar suas prioridades e alocar recursos de acordo. Contudo, devido a cortes orçamentários consecutivos e à falta de atualização da base orçamentária, os recursos alocados frequentemente não são suficientes para cobrir todas as despesas operacionais, o que limita a capacidade de inovação e de mudança de políticas.

Essa restrição na definição do planejamento e execução do orçamento tem apresentado desafios significativos para a participação efetiva da comunidade escolar. Essa limitação gera um sentimento de exclusão, levando a comunidade a se sentir apenas como endossadora de ideias já estabelecidas pela administração pública. Esse cenário, identificado por Lück (2013), contribui para um sentimento de desengajamento e falta de empoderamento por parte da comunidade escolar.

Enquanto o PDI serve como uma ferramenta de gestão para estabelecer objetivos e metas estratégicas, o PA tem como propósito organizar e implementar ações prioritárias nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão administrativa e infraestrutura. Essas ações visam concretizar as políticas definidas pela comunidade do IFRS. Enfim, o PDI e o PA são instrumentos essenciais na formulação das políticas de gestão administrativa e orçamentária, que, quando bem elaborados, garantem o acesso e a participação de toda a comunidade acadêmica.

De maneira complementar, um instrumento operacional de grande relevância desenvolvido pelo governo federal, com acesso exclusivo para servidores, é o sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). Trata-se de uma ferramenta eletrônica destinada a consolidar todas as contratações planejadas por órgãos ou entidades governamentais para o próximo exercício. O sistema PGC desempenha um papel crucial ao subsidiar a elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), estruturando as informações relevantes para o planejamento das contratações públicas na esfera da administração pública federal.

De acordo com o Portal de Compras do Governo Federal (Brasil, 2024), a elaboração dos PACs representa uma etapa fundamental para os órgãos da administração pública, resultando em melhorias significativas na governança e gestão de suas contratações. Essa prática não só possibilita a maximização dos resultados institucionais, mas também promove o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, os PACs facilitam a integração do planejamento das contratações com a proposta orçamentária, garantindo a coerência entre as ações contratadas e o planejamento estratégico da organização. Adicionalmente, permitem o emprego estratégico das compras públicas, entre outros benefícios.

Ao analisar o processo de elaboração orçamentária no IFRS, é possível observar uma lógica semelhante àquela que ocorre na elaboração orçamentária da administração pública em geral. O Quadro 5 compara os processos:

Quadro 5 - Comparativo entre processos orçamentários

Processo orçamento público	Processo orçamento do IFRS
PPA: estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada para os próximos quatro anos.	PDI: estabelece como a instituição atuará para cumprir sua missão e atingir seus objetivos. Com vigência de cinco anos, busca identificar e orientar os próximos passos do IFRS. Deve estar em linha com sua missão, visão e valores.
LDO: compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;	PGC: ferramenta eletrônica destinada à consolidação de todas as contratações planejadas por órgãos ou entidades

orienta a elaboração da LOA; dispõe sobre as alterações na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.	governamentais para o exercício subsequente. Esse sistema desempenha um papel significativo ao subsidiar a elaboração do PAC. PAC: viabiliza a integração do planejamento das contratações com a proposta orçamentária (LOA), garantindo a coerência entre as ações contratadas e o planejamento estratégico da organização.
LOA: norteia a execução do orçamento fiscal, do orçamento da seguridade social e do orçamento de investimentos, de acordo com a previsão de arrecadação (processo anual).	PA: a comunidade elenca as prioridades e a destinação dos recursos, de acordo com o orçamento disponibilizado ao IFRS (processo anual).

Fonte: elaborado pelo autor.

A gestão orçamentária do IFRS necessita seguir diretrizes que prezam pela transparência, participação e prestação de contas, tão importantes na administração pública. Em uma análise preliminar, é possível perceber que a concepção de seus processos internos está alinhada com as normas de uma gestão democrática e que devido ao formato de sua criação, superam muitos outros setores da administração pública.

Após todas as informações aqui apresentadas e a argumentação desenvolvida, este estudo não pretende ficar somente na superfície. É crucial mergulhar mais fundo a fim de entendermos se o modelo apresentado realmente incentiva a comunidade do IFRS, *campus* Restinga, a envolver-se na gestão orçamentária. Precisamos olhar não só para os aspectos formais do processo, mas também para a eficácia das estratégias de engajamento e participação da comunidade do *campus* Restinga.

Esta pesquisa torna importante levantar questionamentos como:

- a) Acessibilidade às informações orçamentárias: a comunidade do IFRS, *campus* Restinga, tem acesso fácil e compreensível às informações sobre o orçamento da instituição? As informações são transparentes e disponibilizadas de forma a permitir uma compreensão clara dos recursos disponíveis, alocações e prioridades orçamentárias?
- b) Mecanismos de participação: os mecanismos existentes são eficazes para que os membros da comunidade participem ativamente do processo de elaboração e monitoramento do orçamento?
- c) Empoderamento da comunidade: a comunidade do IFRS, *campus* Restinga, sente-se capacitada e incentivada a participar da gestão orçamentária? Existe um ambiente que promova a colaboração, o diálogo e a tomada de decisões compartilhada em relação ao orçamento?

Por meio da análise mais profunda, poderemos verificar se o atual modelo de gestão orçamentária do IFRS, embora alinhado aos princípios democráticos e às práticas da administração pública, é verdadeiramente eficaz em promover a participação da comunidade na gestão orçamentária do *campus* Restinga. Essa avaliação crítica é fundamental para identificar possibilidades de melhoria e implementar medidas que fortaleçam ainda mais a participação e a governança democrática na instituição.

3.5 O EFETIVO PLANEJAMENTO E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO IFRS: *CAMPUS* RESTINGA

3.5.1 O Acesso as informações

Como podemos perceber a concepção dos Institutos Federais tem em sua gênese a participação democrática, neste tópico iremos verificar como se dá disponibilidade de informações sobre planejamento orçamentário.

Ao acessar o site¹³ do IFRS *campus* Restinga identificamos duas formas de encontrar as informações sobre planejamento orçamentário, a primeira é através da aba “Institucional”, (opção documentos norteadores) somos direcionados via link (site da reitoria¹⁴) diretamente ao PDI vigente que neste momento é o período 2024-2028, que contém diversas informações sobre o processo de elaboração e plano aprovado, não há menção aos demais documento que compõe o planejamento do *campus* como Plano de Ação (PA) e o Relatório de Ações e Resultados (RAR), tampouco aborda os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) anteriores.

Na segunda forma via aba “Desenvolvimento Institucional”, temos informações do planejamento orçamentário mais completas, com as opções “Informações”, “Plano de Desenvolvimento Institucional e “Plano de Ação”. Na opção Informações temos uma breve explicação sobre o PDI e o acesso ao RAR período de 2013 a 2022 e aos Indicadores período 2015 a 2017. Na opção Plano de Desenvolvimento Institucional

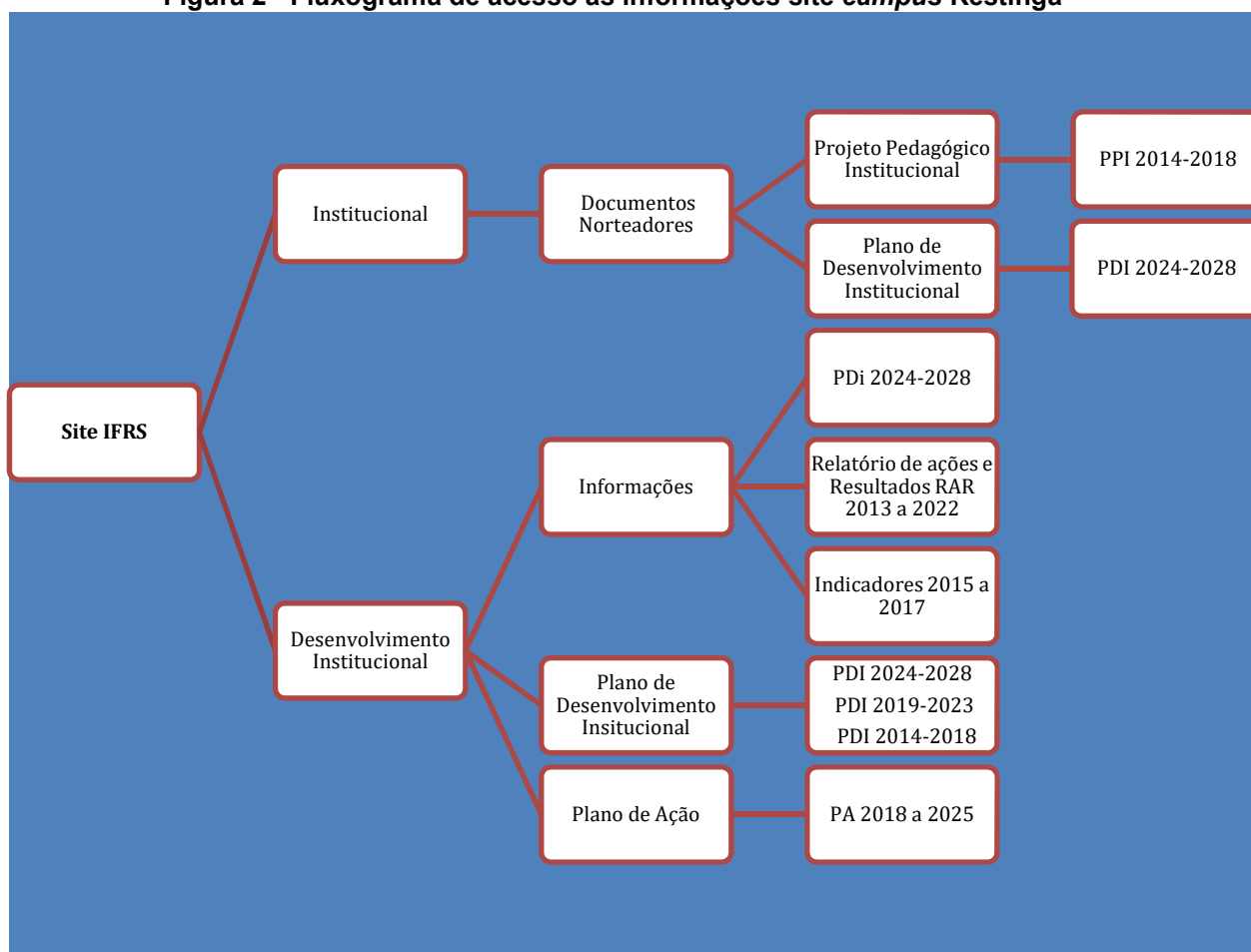
¹³ Disponível em <https://ifrs.edu.br/restinga/>

¹⁴ Disponível em <https://pdi.ifrs.edu.br/>

temos acesso aos PDI's dos últimos três períodos (todos encaminham para o site da reitoria). Na opção Plano de Ação temos acesso aos PA's de 2018 a 2025.

A fim de facilitar a visualização e compreensão da disposição de acesso as informações, segue abaixo figura 2 que demonstra o fluxograma dos dados no site do IFRS *campus* Restinga:

Figura 2 - Fluxograma de acesso as informações site *campus* Restinga



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.5.2 Estrutura base das informações disponibilizadas

Por serem completas iremos nos deter nas informações constante da aba “Desenvolvimento Institucional”, serão avaliados todos os tópicos que a aba contém.

A aba é dividida em três tópicos: Informações, Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Ação, conforme figura 3 apresentada abaixo:

Figura 3 - Dados aba de desenvolvimento institucional site *campus* Restinga



Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/aceso> 05 dez 2024.

Ao acessar o primeiro tópico “**Informações**” encontramos a seguinte estrutura: Apresentação: Informações da Gestão de Desenvolvimento Institucional, como sua subordinação e atribuições.

Equipe: Contém portaria de nomeação, componentes e horário da equipe de trabalho.

Contato: Contém endereço de e-mail e telefone de contato.

Plano de Desenvolvimento Institucional: traz uma breve informação sobre o que é o PDI, informa a resolução que aprova o PDI 2024-2028, bem como o link para acesso a resolução e ao documento final do PDI 2024-2028,

Relatório de Ações e Resultados (RAR) contém RAR do período de 2013 a 2017 e o de 2022, ao clicar em um dos anos abre nova janela com o respectivo relatório, para fins didáticos agregamos períodos com estrutura semelhante conforme abaixo:

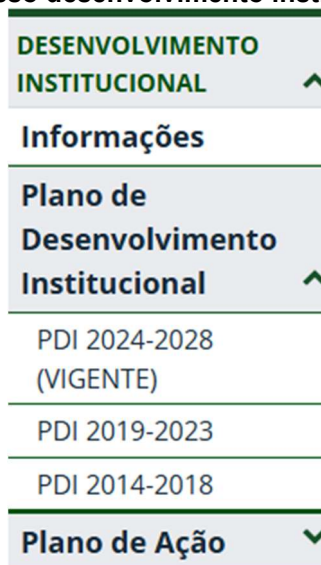
- RAR 2013 e 2014: Link de acesso apresenta erro e não carrega o documento.
- RAR 2015 a 2017: De forma geral, em sua introdução, informa conter os resultados das ações e iniciativas desenvolvidas no *campus* Restinga no ano de exercício, descreve como e onde foram coletados os dados e apresenta tópicos com importantes resultados atingidos. Contém quadro comparativo entre os objetivos traçados e as principais ações realizadas, seguido de um quadro com informações qualitativas e quantitativas das ações realizadas (neste são apresentados valores executados). Apresenta justificativas para as ações que não foram atingidas, alterações no planejamento, aprendizados adquiridos e superações conquistadas. Inclui quadro com quantitativo de execução das ações planejadas e finaliza com uma conclusão sobre as realizações do exercício e uma breve projeção dos desafios para o exercício seguinte.

- RAR 2018: Mantém a estrutura dos anos anteriores, porém, diferentemente dos demais, é disponibilizado junto ao PA de 2018.
- RAR 2019 a 2021: Não constam informações nem justificativas para a não apresentação.
- RAR 2022: O relatório mantém, em sua introdução, a informação de conter os resultados das ações e iniciativas desenvolvidas no *campus* Restinga durante o exercício, além de descrever como e onde foram coletados os dados. Apresenta a Instrução Normativa que determina as diretrizes para a elaboração do RAR 2022 e a responsabilidade pela sua elaboração. Diferentemente dos outros exercícios, não apresenta, neste momento, a informação dos principais resultados atingidos e altera o formato de apresentação dos resultados, adotando estrutura igual à do PA. Apresenta o valor total do orçamento, seguido do quadro com o valor total por dimensão, além de informações sobre a composição e cortes do orçamento de 2022, bem como a evolução do orçamento no período de 2016 a 2022. Em virtude da mudança no formato de apresentação dos dados, foram incluídas informações sobre o processo de elaboração do PA, reforçando que este segue o padrão utilizado no PDI, estruturado em cinco dimensões: quatro estratégicas (Resultados Institucionais, Processos, Pessoas e Conhecimento e Orçamento) e uma dimensão de programação orçamentária. O relatório finaliza com a informação dos valores individualizados gastos em cada uma das dimensões, apresentando sempre uma breve definição, as ações e objetivos da respectiva dimensão.

Finaliza com os Indicadores: Contém os indicadores de 2015 a 2017. Ao clicar em um dos anos, abre-se uma nova janela com a tabela dos indicadores utilizados.

O segundo tópico “**Plano de Desenvolvimento Institucional**” contém a relação de PDIs já elaborados pelo *campus* Restinga, basta selecionar o período de interesse e terá acesso às informações, conforme demonstrado na Figura 4 abaixo:

Figura 4 - Dados aba de acesso desenvolvimento institucional períodos PDI



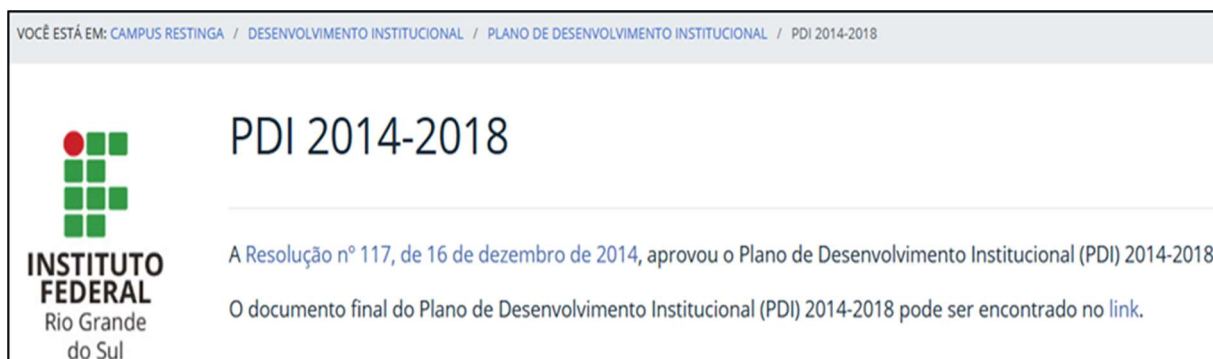
Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/> acesso 05 dez 2024.

Entretanto embora mantenham uma estrutura básica semelhante cada PDI elaborado tem um rol de informações diferente, vejamos:

PDI 2014-2018

Contém apenas a resolução que aprovou o PDI, bem como, Documento Final do Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado pelo Conselho Superior do IFRS (CONSUP), conforme demonstra a Figura 5, ambos acessados via links disponibilizados.

Figura 5 - Dados de acesso aba PDI 2014-2018



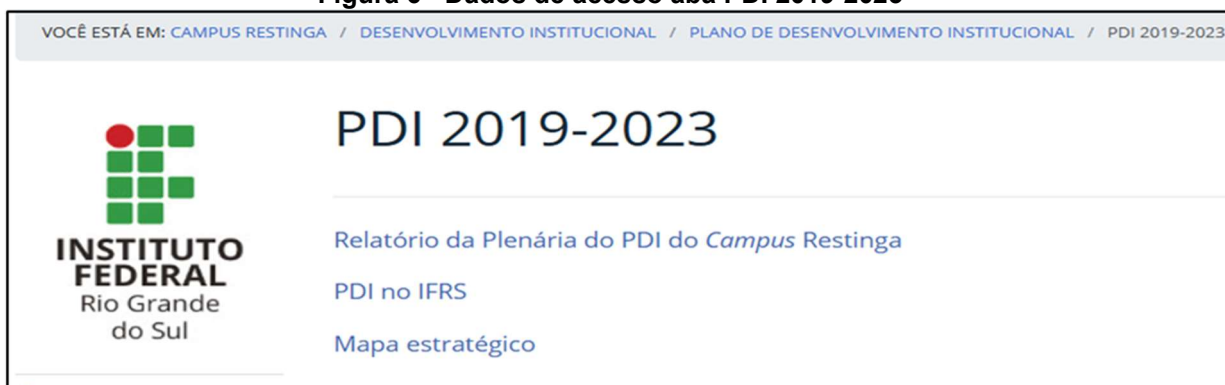
Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2014-2018/> acesso 05 dez 2024.

PDI 2019-2023

Apresenta as opções Relatório da Plenária do PDI 2019-2023 do *campus*,

Restinga, PDI no IFRS e o Mapa Estratégico, conforme demonstra a Figura 6 logo abaixo:

Figura 6 - Dados de acesso aba PDI 2019-2023



Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2019-2023/> acesso 05 dez 2024.

A opção Relatório da Plenária do PDI 2019-2023 do *campus* Restinga, acessa o documento em word que contém as iniciativas e propostas da comunidade escolar do *campus* Restinga para a elaboração do PDI 2019-2023

A opção referente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no site do IFRS direciona o usuário para o portal da Reitoria, que centraliza todo o processo relacionado ao PDI. Ao acessar essa área, a tela inicial apresenta diversas opções de navegação e acesso a informações e documentos importantes, facilitando a consulta e o acompanhamento dos diferentes aspectos do planejamento institucional. Essa interface inicial é ilustrada na Figura 7, apresentada logo abaixo, que exemplifica a organização e os recursos disponíveis para os usuários interessados no PDI.

Figura 7 - Tela de acesso site reitoria para elaboração PDI 2019-2023



Fonte: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/> acesso 05 dez 2024.

Logo abaixo dessas opções a página traz o Plano de Desenvolvimento Institucional com sua definição, disponibiliza o documento final do PDI 2019-2023,

bem como, cada um dos capítulos que compõe o documento.

Abaixo do rol de opções a página disponibiliza mais informações sobre o tópico PDI 2019-2023 composto por:

Arquivo em word e PDF do PDI 2019-2023 com a observação “versão completa”

Arquivo em word e PDF do Relato PDI 2019-2023

Arquivo em word e PDF com título Apresentação

Arquivo em word e PDF do Lista de abreviaturas e siglas

Com o título Capítulos é novamente disponibilizado a acesso individual a cada capítulo do PDI aprovado.

Logo após temos o título Mapa Estratégico que abre um documento com o esquema de funcionamento do mapa estratégico do IFRS.

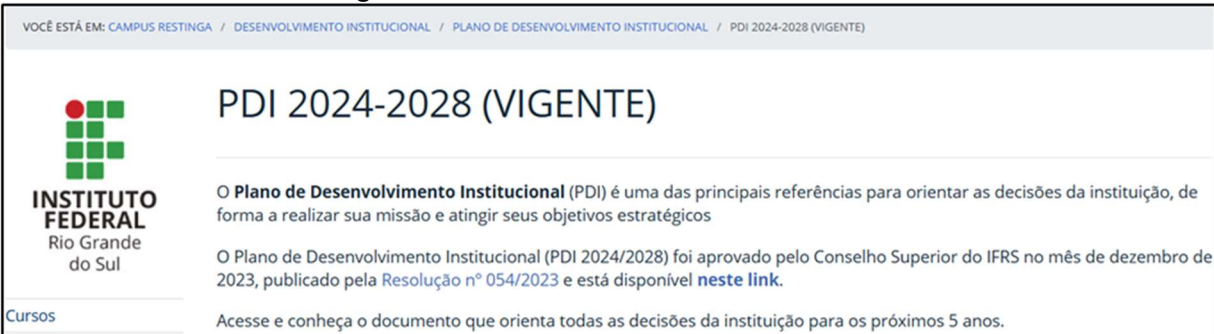
E finaliza com a Opção Saiba Mais, na qual é informado de forma clara o que é o PDI e como interfere no dia a dia de servidores e estudantes, também disponibiliza o link para quatro vídeos de curta duração que trazem informações sobre o PDI 2019-2023.

A terceira e última opção de acesso, o Mapa Estratégico, abre o arquivo em word que contém o desenho da composição do mapa estratégico do IFRS.

PDI 2024-2028

Contém uma informação sucinta sobre o que é o PDI no IFRS. Informa que o PDI foi aprovado pelo conselho superior através de resolução e disponibiliza link para acesso ao respectivo PDI (link para o site da reitoria com a elaboração do PDI 2024-2028), segue abaixo a Figura 8 com a tela de acesso:

Figura 8 - Dados acesso aba PDI 2024-2028



VOCÊ ESTÁ EM: CAMPUS RESTINGA / DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL / PDI 2024-2028 (VIGENTE)

PDI 2024-2028 (VIGENTE)

O **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** é uma das principais referências para orientar as decisões da instituição, de forma a realizar sua missão e atingir seus objetivos estratégicos

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024/2028) foi aprovado pelo Conselho Superior do IFRS no mês de dezembro de 2023, publicado pela **Resolução nº 054/2023** e está disponível **neste link**.

Acesse e conheça o documento que orienta todas as decisões da instituição para os próximos 5 anos.

Cursos

Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2024-2028/> acesso 05 dez 2024.

Ao clicar no link de acesso ao PDI 2024-2028 o usuário é encaminhado para o

site de reitoria que centraliza o processo de elaboração do PDI do IFRS, e apresenta a configuração conforme Figura 9 logo abaixo:

Figura 9 - Tela de acesso site reitoria para elaboração PDI 2024-2028

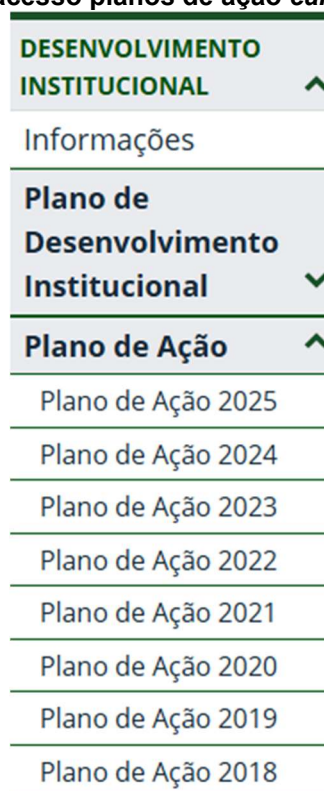


Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2024-2028/> acesso em 05 dez 2024.

A tela abre na opção “início” que contém uma breve introdução sobre o PDI e com acesso direto ao PDI através da opção conheça o PDI IFRS 2024-2028, na parte superior da tela temos diversos acessos ao plano, na opção “como participar” temos informações sobre as comissões, atividades e a consulta pública. A opção “de que forma está sendo construído” apresenta o cronograma, o guia para a elaboração do PDI e comunicados importantes. A última opção “quais as evidências de sua construção” trazem os documentos publicados que materializam os processos, atas, fotos, vídeos e notícias.

O terceiro e último o tópico “Plano de Ação” contém a relação de PA’s de 2018 a 2024, basta selecionar o ano de interesse conforme demonstrado na Figura 10 logo abaixo:

Figura 10 - Tela de acesso planos de ação *campus* restinga



Fonte: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2024-2028/> acesso em 05 dez 2024.

A estrutura de cada PA foi analisada de forma individual, porém para o texto não ficar repetitivo, os PA's foram agrupados nos casos em que apresentam uma estrutura básica igual, conforme segue abaixo:

PA 2018 tópicos:

Prestação de contas 2018: Abre planilha com os valores orçados e efetivamente realizados em 2018.

Relatório de ações e resultados 2018: Contém as principais ações realizadas e os ganhos obtidos, apresenta as justificativas para a não realização de ações previstas, os aprendizados adquiridos e superações realizadas.

Plano de ação 2018: Não carrega o endereço.

Prévia Plano de ação 2018: Encaminha para prévia do relatório, contém a apresentação do PA com um resumo sobre o processo de elaboração e quadro com as ações e orçamento previstos. O relatório também destaca os sucessivos cortes orçamentários que limitam e dificultam a sua elaboração.

Formulário de pedidos de alteração: Encaminha para documento google docs, que não está mais recebendo contribuições

Relatório oficinas plano de ação: Contém apresentação do PA, informação detalhada da metodologia de trabalho para sua elaboração, detalhamento das atividades realizadas, número de participantes, as propostas realizadas e finaliza com um breve relato e avaliação do processo. Informa que também será disponibilizado um formulário online para envio de propostas por aqueles que não puderam participar das oficinas.

Formulário de sugestões PA 2018: Encaminha para documento google docs, que não está mais recebendo contribuições.

PA 2019 e 2020 tópicos:

Relatório oficinas plano de ação: Contém introdução com informação sobre o processo de elaboração do PA, relatório detalhado das atividades realizadas, número de participantes, as propostas realizadas e finaliza com um breve relato e avaliação do processo.

Plano de ação: Encaminha para o relatório final que contém a apresentação do PA com um resumo sobre o processo de elaboração e quadro com as ações e orçamento aprovados.

Formulário para sugestões: Abre formulário para envio de propostas de forma online, conforme proposta elaborada nas oficinas do PA o qual não está mais recebendo contribuições.

PA 2021 tópicos:

Plano de ação 2021: Inicia com a apresentação do que é o PA e de sua vinculação com o PDI. Apresenta o documento PA 2021 aprovado, a portaria de nomeação da comissão de elaboração.

Acompanhamento do plano de ação 2021: informa que registra as ações e resultados obtidos na execução do PA de 2021, os setores devem utilizar o formulário disponibilizado, entretanto o link informa que somente os usuários da organização do proprietário podem visualizar e instrui a entrar em contato com o proprietário do formulário, o qual não é informado. Comunica que em breve será disponibilizado a planilha de acompanhamento para comunidade externa, porém não localizamos o documento ou link.

Diretrizes para elaboração do Plano de Ação 2021: disponibiliza as diretrizes básicas para elaboração do PA via link para a Instrução Normativa nº 01/2020, da Pró-

reitora de Desenvolvimento Institucional e para no manual de orientações para elaboração do PA 2021. Informa a responsabilidade e composição da comissão local sobre a elaboração do PA, bem como a portaria de nomeação.

Etapas e Prazos de Elaboração do Plano de Ação 2021: apresenta o cronograma para elaboração do PA. Ao final destaca a importância da participação da comunidade e por este motivo o calendário tem previsto momentos de discussões com os grupos e disponibiliza o link do formulário para coleta de sugestões com o prazo para participação, entretanto o link informa que somente os usuários da organização do proprietário podem visualizar e instrui a entrar em contato com o proprietário do formulário, o qual não é informado.

PA 2022 ao PA 2024 tópicos:

Plano de ação: Inicia com a apresentação do que é o PA e de sua vinculação com o PDI. Apresenta o documento final do PA aprovado, a portaria de nomeação da comissão de elaboração, as ações sugeridas nas reuniões setoriais, as ações sugeridas nas enquetes públicas e alteração PA.

Diretrizes para elaboração do Plano de Ação: Informa sobre e encaminha para a IN do IFRS que estabelece o método de elaboração do PA. Informa a responsabilidade e composição da comissão local sobre a elaboração do PA, bem como a portaria de nomeação.

Etapas e Prazos de Elaboração do Plano de Ação: Apresenta o calendário de execução das etapas de elaboração. Destaca a importância da participação da comunidade.

Documentos Norteadores: Disponibiliza os documentos IN que normatiza a elaboração do PA, política de gestão de riscos do IFRS, Plano de Gerenciamento de Contratações (Relatório de itens Materiais, Serviços e Obras) Plano de Gerenciamento de Contratações (Relatório de itens Soluções de TIC) e encaminha para o site de elaboração do PDI.

3.5.3 A construção dos Documentos:

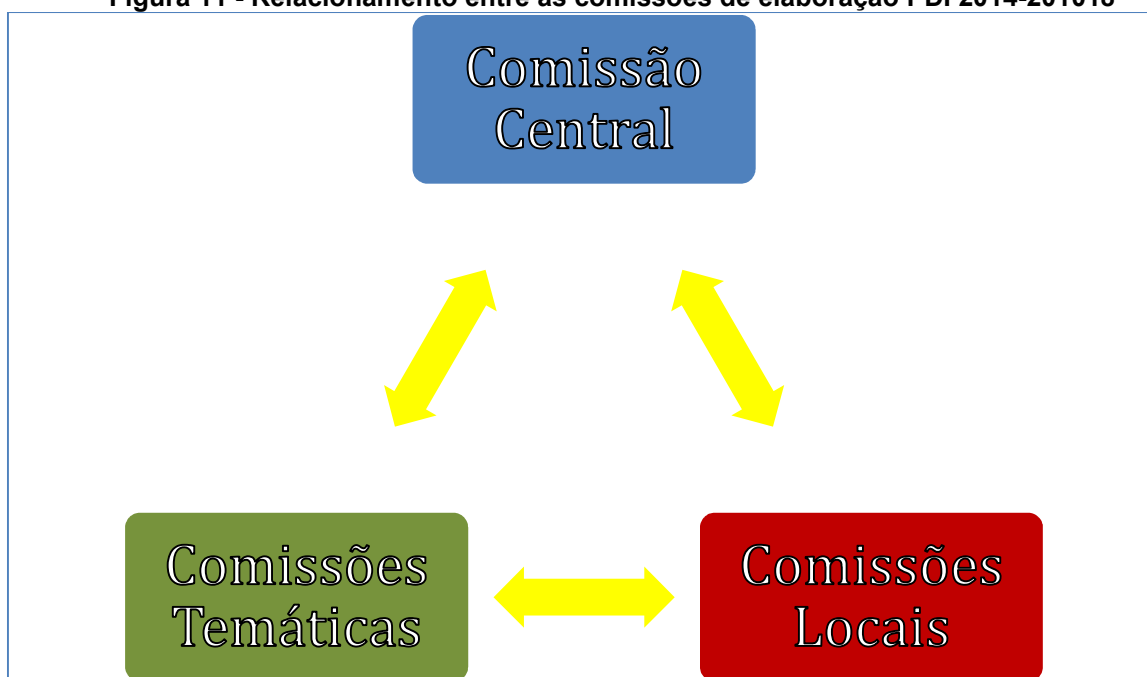
PDI 2014-2018

Com base nas informações disponíveis no site institucional, não é possível realizar uma avaliação aprofundada acerca do grau de participação da comunidade escolar no processo de elaboração do PDI 2014-2018. Identificou-se apenas o arquivo

em formato PDF contendo o documento final aprovado pela instituição, o qual apresenta uma descrição do referido processo de elaboração.

O desenvolvimento e a consulta do plano foram conduzidos por meio da composição de três tipos de comissões que atuaram de forma integrada, sob a coordenação da comissão central, conforme ilustrado na Figura 11, apresentada a seguir.

Figura 11 - Relacionamento entre as comissões de elaboração PDI 2014-201018



Fonte:PRODI – Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional
https://arquivo.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150261522458420150126-pdi_2014_2018_versao_final_-_sem_res.pdf.

Cada uma das comissões possui atribuições próprias, a saber:

- a) Comissão Central: com membros de todos os segmentos é responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela supervisão do desenvolvimento das ações, eventos e etapas. Composta por treze membros, sendo dez da administração e três da comunidade (representantes junto ao CONSUP do segmento discente, docente e TAE).
- b) Comissão Temática: formada por pessoas especialistas das áreas relacionadas aos temas referentes aos capítulos que compõe o documento, são responsáveis por fomentar, respaldar, articular e promover eventos que possibilitem a reflexão e discussão do tema de sua responsabilidade.

Composta por um grupo de três a sete representantes, todos eles servidores.

- c) Comissões locais: com representantes de cada *campus* são responsáveis por divulgar e viabilizar atividades e eventos, dar publicidade às informações e documentos, bem como promover a realização de eventos e construção de propostas nos seus locais de representação.

Para fins organizacionais, o PDI foi estruturado em doze capítulos, cada um deles elaborado e desenvolvido por uma comissão específica. Esses capítulos abrangem: perfil institucional; planejamento estratégico; Projeto Pedagógico Institucional (PPI); organização didático-pedagógica; plano de oferta de cursos e vagas; plano diretor de infraestrutura física; organização da gestão de pessoas; políticas de atendimento aos discentes; organização administrativa; políticas de Educação a Distância (EAD); capacidade e sustentabilidade financeira; e, por fim, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. Após a constituição das comissões, iniciou-se o processo de revisão dos itens classificados como perenes — aqueles definidos no PDI 2009-2013, tais como missão, visão e princípios institucionais. Essa etapa foi realizada em conjunto com as pró-reitorias e diretorias da Reitoria durante o primeiro semestre de 2013. Concluída essa fase, passou-se à análise dos elementos mutáveis, iniciando pela avaliação do ambiente interno e externo do IFRS, considerando fraquezas, fortalezas, oportunidades e ameaças, bem como a definição de objetivos estratégicos e metas para os cinco anos subsequentes.

Essa nova etapa teve início com seminários de planejamento realizados em todos os campi e na Reitoria do IFRS, cujo objetivo foi sensibilizar a comunidade escolar para a participação ativa na elaboração do documento. Nos seminários foram apresentadas a metodologia adotada, as atividades e os papéis das comissões responsáveis pela elaboração, além do levantamento de itens para o diagnóstico do ambiente interno e externo da instituição. Durante essas sessões, foram discutidas dúvidas, críticas e sugestões relacionadas ao processo de elaboração do PDI. Os seminários ocorreram entre outubro e dezembro de 2013.

O levantamento dos elementos para o diagnóstico do ambiente interno e externo foi realizado em diversos campi e na Reitoria por meio de amostragem, visando à formação da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição. Esses dados foram confrontados com os itens apontados nas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), que analisou as mesmas dimensões em toda

a rede federal de educação profissional e tecnológica, possibilitando uma análise mais qualificada do contexto institucional. Ainda no primeiro semestre, durante reuniões com as pró-reitorias, no âmbito da revisão dos itens perenes, procedeu-se ao levantamento dos objetivos estratégicos e das metas institucionais para o PDI 2014-2018. Essa atividade ocorreu em encontros com os comitês de apoio às áreas de gestão, nos quais foram apresentadas as definições preliminares de objetivos e metas e solicitadas contribuições para novas definições a serem incluídas no documento final.

PDI 2019-2023

No que se refere ao PDI 2019-2023, sua elaboração contou com um endereço eletrônico disponibilizado pela Reitoria do IFRS, que centraliza e organiza todo o processo de criação do documento. Ao acessar o portal, a tela inicial apresenta o documento completo do novo PDI aprovado, dividido por capítulos, além de diversas opções de navegação que direcionam o usuário para etapas ou processos específicos da elaboração. O site¹⁵ também disponibiliza as seções “Apresentação” e “Relato PDI 2019-2023”, que contêm informações detalhadas sobre todas as fases e o processo de elaboração do PDI, permitindo uma análise abrangente e a compreensão integral da construção do documento. De acordo com os materiais disponíveis, o processo de elaboração do PDI ocorreu de forma democrática e participativa, buscando a escuta ativa de toda a comunidade dos campi e da Reitoria do IFRS o quadro abaixo demonstra as etapas:

Quadro 6 - Etapas processo de elaboração PDI 2019-2023

Período	Evento
Agosto 2017	Busca de legislação e dados de referência que normatizam o documento.
Setembro 2017	Primeira capacitação sobre PDI (metodologia de elaboração)
Dezembro 2017	Consup aprova metodologia elaborada pelo CODI
Dezembro 2017	Criação comissão de diagnóstico (avalia elaboração e execução do PDI)
Janeiro de 2018	Formadas as comissões central, operacional e temáticas.
Fevereiro 2018	Início dos trabalhos das comissões
Março 2018	Seminário lançamento PDI (capacitação servidores sobre mapas estratégicos)
Abril 2018	Pesquisa junto a toda comunidade escolar sobre “Atuação do IFRS” (três

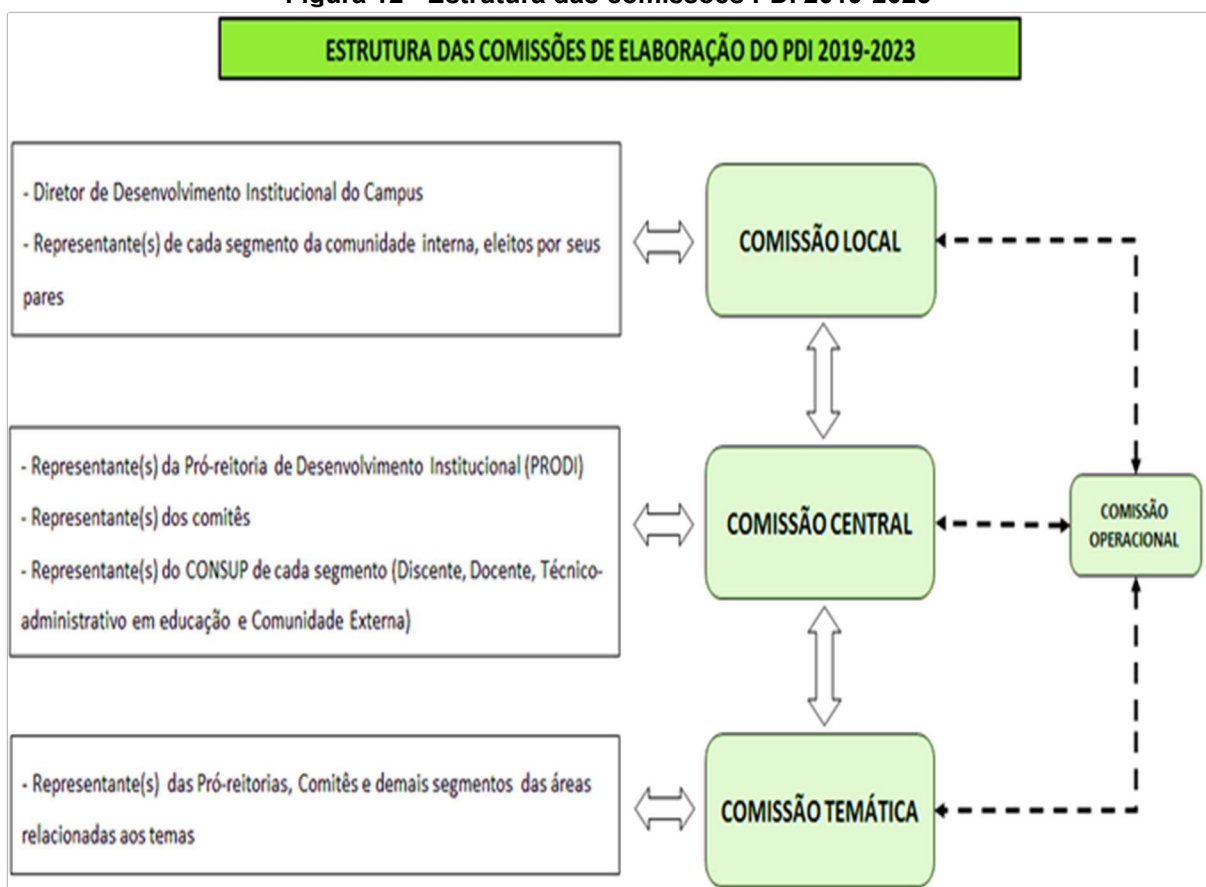
¹⁵ Disponível <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/>

	semanas de duração)
Maio 2018	Capacitação comissões locais (avaliação questionário e proposta de mapa estratégico)
Maio 2018	Em conjunto as comissões Central, Perfil Institucional e Planejamento Estratégico consolidaram e definiram o mapa estratégico do IFRS
Junho a agosto	Pesquisa junto a toda comunidade escolar via formulário online para levantamento de propostas de iniciativas.
Junho a agosto	Comissões locais dos campi realizam plenárias junto à comunidade escolar para levantamento de propostas de iniciativas
Junho a agosto	Comissões temáticas iniciam a elaboração do respectivo capítulo (em acordo com mapa estratégico e diagnóstico PDI 2014-2018)
Agosto 2018	Encontro e apresentação dos trabalhos das comissões temáticas.
Setembro 2018	Comissão central finaliza o PDI e encaminha para consulta pública (online)
Novembro 2018	Comissão central avalia propostas e críticas e encaminha documento final para avaliação do CONSUP

Fonte: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/RET-METODOLOGIA-E-PLANO-DE-TRABALHO-PARA-CONSTRUCAO-DO-PDI-2019-2023.docx>.

O processo de elaboração do PDI do IFRS é trabalhado em formato de comissões, a Figura 12 logo abaixo demonstra sua composição:

Figura 12 - Estrutura das comissões PDI 2019-2023



Fonte: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Relato-PDI-Final_Arial.pdf acesso 06 dez 2024.

Cada uma das comissões possui atribuições próprias, a saber:

- Comissão Central:** coordena e supervisa os trabalhos de preparação e elaboração do PDI, além de orientar, acompanhar e monitorar a execução das atividades das demais comissões. Indica os membros das comissões temáticas, realiza a articulação entre o Conselho Superior (Consup) e os demais órgãos colegiados e realiza a consolidação do documento final do PDI.
- Comissão Temática:** articula discussões temáticas, promove eventos, sistematiza proposições da comunidade advindas de consultas públicas, fórum, audiência e comissões locais e propõe conteúdo para elaboração das minutas parciais do PDI.
- Comissões locais:** divulga e viabiliza atividades e eventos do PDI, sensibiliza a comunidade acadêmica, apoia as comissões temáticas e central, nas propostas demandadas por estas, e auxilia a comissão operacional nos levantamentos de dados que forem solicitados.

- d) Comissão operacional: dá suporte à formatação de documentos e revisão de texto, à realização de eventos e à divulgação de atividades do PDI, ao levantamento de dados e realiza o acompanhamento das etapas do processo descritas no plano de trabalho.

Para elaboração do PDI 2019-2023 manteve-se a estrutura dividida em doze capítulos que serão elaborados e trabalhados por uma comissão temática específica, a saber: perfil Institucional, planejamento estratégico, PPI, organização didática, cronograma de oferta de cursos e vagas, infraestrutura, organização de gestão de pessoa, assuntos estudantis, organização administrativa, políticas de EAD, capacidade e sustentabilidade financeira e finalmente acompanhamento e avaliação institucional.

O capítulo PPI e por consequência a Organização didática não sofreram revisão neste PDI, pois a instituição entendeu ser um momento de consolidação de sua identidade e não de revisão, o PPI e a OD podem ser revisitados, mas com um cronograma mais elástico visando uma adequada e mais aprofundada discussão.

PDI 2024-2028

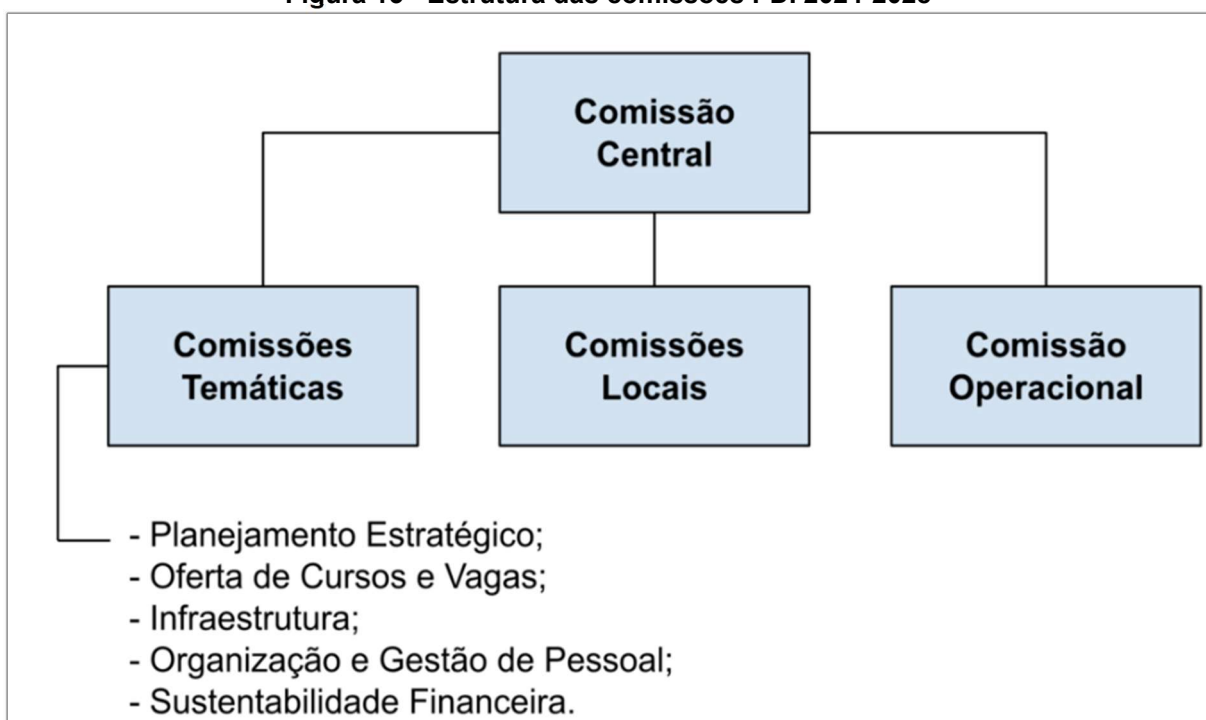
A elaboração do O PDI 2024-2028 mantém seu acesso via link¹⁶ o qual encaminha para o site da Reitoria do IFRS que centraliza e organiza a criação do documento. Porém a estrutura é alterada e deixa de contar com o nível de detalhamento do PDI anterior, é mantida a apresentação do novo PDI aprovado de forma completa e por capítulos discutidos, há também tópicos de acesso com etapas do processo de elaboração, não tão bem aprofundados e com disponibilização de dados e informações como no PDI anterior; e sem os relatórios que consolidam de forma detalhada as etapas e processos desenvolvidos durante a elaboração do documento.

No site temos a informação de que a base de metodologia utilizada contempla a ampla participação da comunidade do IFRS, com a atuação de comissões locais e comissões temáticas, que terão os trabalhos articulados por uma comissão central e apoiados por uma comissão operacional. Dessa forma o IFRS dá continuidade ao

¹⁶ Disponível em: <https://ifrs.edu.br/restinga/di/pdi/pdi-2024-2028/>

formato de comissões conforme observado na Figura 13 logo abaixo:

Figura 13 - Estrutura das comissões PDI 2024-2028



Fonte: <https://pdi.ifrs.edu.br/comissoes/> acesso em 11 dez 2024.

Conforme consta no novo documento incluído no site do PDI 2024-2028, o guia de elaboração do PDI¹⁷ cada uma das comissões possui atribuições próprias, a saber:

- a) Comissão Central: coordenar e supervisionar os trabalhos de preparação e elaboração do PDI, além de orientar, acompanhar e monitorar a execução das atividades das demais comissões.
- b) Comissões Temáticas: Articular as discussões sobre a respectiva temática, sendo responsável pela sistematização das contribuições e redação, em seu âmbito de atuação, do que irá compor a atualização dos capítulos do PDI. A comissão temática de Planejamento Estratégico possui uma atribuição extra que é a classificação dos indicadores e definição das metas institucionais.
- c) Comissões Locais: Divulgar e viabilizar atividades e eventos do PDI, sensibilizar a comunidade acadêmica, apoiar as comissões temáticas e central, nas propostas demandadas por estas, e auxiliar a comissão operacional nos levantamentos de dados que forem solicitados.

¹⁷ Disponível em: <https://pdi.ifrs.edu.br/arquivo-do-guia/>

- d) Comissão Operacional: Dar suporte à formatação de documentos e revisão de texto, à realização de eventos, à divulgação de atividades do PDI e ao levantamento de dados. Realizar o acompanhamento das etapas do processo descritas no plano de trabalho.

O guia informa que em virtude dos impactos da pandemia, após consulta ao Colégio de Dirigentes e Comitê de Desenvolvimento Institucional, optou-se pela prorrogação do PDI 2019-2023, realizando a atualização e discussão para o PDI 2024-2028 dos capítulos Perfil Institucional; Planejamento Estratégico; Cronograma de Oferta de Cursos e Vagas; Planejamento da Infraestrutura; Organização e Gestão de Pessoal; e Capacidade e Sustentabilidade Financeira.

Além disso o guia contém um breve histórico sobre a construção dos PDIs anteriores do IFRS, traz a experiência de construção do PDI em outros IFs, apresenta a metodologia utilizada para a revisão dos capítulos do PDI 2024-2028(propõe ações detalhadas para efetuar a revisão de cada capítulo) e as ferramentas para análise econômica, informa o cronograma.

3.5.4 Avaliação dos acessos as informações no *campus* Restinga

O acesso às informações referentes ao planejamento e à gestão orçamentária no site do *campus* Restinga apresenta-se desorganizado, demandando prévio conhecimento por parte do usuário e podendo resultar em informações incompletas. Tal desorganização decorre da disponibilização dos dados em duas abas distintas, com conteúdo diferentes e sem uma sequência lógica que facilite a busca e compreensão das informações, além da ausência de explicações sucintas acerca do conteúdo de cada documento.

O acesso pela aba “Institucional” é extremamente básico, o que pode conduzir o usuário a obter informações fragmentadas e de baixa qualidade. Essa via disponibiliza poucas informações, restringindo-se ao PDI vigente (2024-2028), acessível por meio de link que direciona ao site da Reitoria, onde constam o processo de elaboração e o plano aprovado. Contudo, essa aba não contempla o Plano de Ação (PA) nem o Relatório de Ações e Resultados (RAR).

O formato atual exige que o usuário possua conhecimentos prévios acerca da estrutura e do funcionamento do IFRS, uma vez que o acesso à aba “Institucional”

pressupõe que o usuário saiba que o PDI é um dos documentos norteadores da instituição; caso contrário, a aba destinada ao PDI vigente (2024-2028) não será acessada. Da mesma forma, o acesso pela aba “Desenvolvimento Institucional” requer que o usuário compreenda que este setor é responsável pela coordenação, consolidação e publicação dos dados e planos de gestão do IFRS.

Na aba “Desenvolvimento Institucional”, a opção “Informações” contém os títulos Relatórios de Ações e Resultados e Indicadores, que são informações relevantes, porém apresentadas de forma desconexa em relação à sua aplicabilidade, além de carecerem de explicações sucintas sobre seu conteúdo. Essa aba, assim como a “Institucional”, traz uma breve descrição do PDI e direciona, por meio de link, ao site da Reitoria, onde constam o processo de elaboração e o plano aprovado. Contudo, a aba “Desenvolvimento Institucional” apresenta informações mais completas, incluindo todos os PDIs aprovados pela instituição.

3.5.5 Avaliação da estrutura e das informações do site do *campus*

Manteremos a avaliação dos acessos via informações contidas na aba “Desenvolvimento Institucional” tendo em vista ter uma estrutura com maior quantidade de informações.

Ao acessá-la temos a primeira opção com o título de “Informações” apresenta dados básicos sobre o setor de Desenvolvimento Institucional(função, equipe, contato etc.) seguido do título “Plano de Desenvolvimento Institucional” com uma breve informação sobre o que é o documento e link para seu acesso(apenas ao PDI vigente 2024-2028), esse cuidado qualifica a informação, pois é possível identificar antecipadamente o tipo de informação que será encontrada, entretanto nos títulos seguintes “Relatório de Ações e Resultados(RAR)” e “Indicadores” não há esse cuidado de informar o que se trata em cada um dos tópicos, importante lembrar que trabalhamos com diferentes públicos e diferentes níveis de conhecimento sobre o tema ou a forma de buscar dados na internet.

O “Relatório de Ações e Resultados (RAR) ” é um relatório extremamente importante e que deve ter um destaque maior, seja como uma opção de acesso direto ou uma vinculação com seu respectivo PA, quanto aos “Indicadores” por se tratar de simples tabelas com dados devem estar ligadas ao capítulo do PDI que subsidiam.

Além de carecerem de maior detalhamento nas informações, estas ficam

deslocadas de uma lógica nas informações prestadas, pois a segunda opção “Plano de Desenvolvimento Institucional”, apresenta novamente o PDI 2024-2028, bem como, os demais PDIs elaborados pelo IFRS.

Como verificado anteriormente a segunda opção “Plano de desenvolvimento Institucional” disponibiliza acesso aos PDIs já elaborados pelo IFRS, destes apenas o PDI 2024-2028 contém uma breve explicação do que é o PDI, os períodos 2019-2023 e 2014-2018 disponibilizam apenas o acesso direto ao site de elaboração do PDI ou outras informações complementares, conforme figuras abaixo:

Novamente identificamos a falta de cuidado em informar o que se trata em cada um dos tópicos, importante lembrar que trabalhamos com diferentes públicos e diferentes níveis de conhecimento sobre o tema ou a forma de buscar dados na internet.

As informações sobre o PDI são centralizadas no site da reitoria, o processo de elaboração do PDI por sua maior complexidade e amplitude gera uma maior atenção e maior clareza no processo, entretanto essa centralização pode gerar uma zona de conforto aos Campis que parecem apenas replicar as instruções e formato apontados pela Reitoria ao tratar do assunto e até mesmo ao elaborar o PA que é sua atribuição.

No processo de comunicação sobre a elaboração do PDI no IFRS podemos notar um processo de evolução, o PDI 2014-2018 foi publicado apenas o documento final com o detalhamento de seu processo de elaboração, no PDI 2019-2023 temos a disponibilização de todo o processo de elaboração no site institucional (centralizado na Reitoria), foi o PDI com a melhor apresentação, possui detalhamento superior, diversos materiais explicativos, de suporte, de consulta, relatos, vídeos e oficinas. Inova ao antes de iniciar o processo de elaboração do PDI questionar a comunidade sobre o que de melhor o IFRS realizou ou está realizando e o que necessita fazer ou melhorar. O PDI 2024-2028 mantém a estrutura básica do período anterior, porém sem o mesmo nível de detalhamento e qualidade na informação, inova ao incluir o manual de elaboração do PDI. Pelo cronograma apresentado não foi possível identificar um processo mais cuidadoso de capacitação nem uma ferramenta que tenha as eventuais dificuldades e resultados obtidos durante a elaboração, pelo vídeo do único curso ministrado o sistema Open Project funciona apenas como uma espécie de controle de agenda onde os participantes informam se cumpriram ou não uma etapa prevista do cronograma (é necessário login e senha para acesso ao sistema).

A terceira e última opção contempla os PAs de 2025 a 2018, diferente dos tópicos anteriores o PA em sua maioria contém uma breve explicação sobre o documento, exceção feita ao período 2018 a 2020 que possui apenas o acesso direto aos tópicos.

Percebe-se que as informações disponíveis no site do *campus* Restinga carecem de melhor organização no seu layout de apresentação, bem como, informações básicas que permitam ao interessado conhecimento prévio do que irá encontrar ao acessar cada página da instituição.

As informações devem ser moldadas partindo do pressuposto que o interessado não possui nenhum conhecimento sobre o assunto e que por esse motivo busca no site institucional a fonte que irá fornecer os dados que irão lhe dar subsídios e despertar maior interesse sobre a gestão do *campus* Restinga.

Durante o acesso ao site institucional foram identificadas diversas falhas nas publicações, por exemplo o link para o RAR de 2013 e 2014 não carrega, as informações, PA de 2018 sofre o mesmo problema, PA de 2022 o documento Anexo II e III foram mal escaneados com diversas páginas em branco ou divididas em formato que compromete a interpretação dos dados.

3.5.6 Observação sobre o processo democrático no IFRS

Antes de entrarmos na análise dos processos democráticos envolvidos na gestão orçamentária abordaremos a gestão democrática da instituição, de forma geral o IFRS atende a lei de sua criação e tem representação da comunidade nas mais diversas instâncias como por exemplo conselho de *campus* (CONCAMP) que é o órgão máximo consultivo, deliberativo e normativo do *campus* e o conselho superior (CONSUP) o qual é o órgão máximo do IFRS, também de caráter consultivo e deliberativo. Estes conselhos possuem representação paritária, tendo o mesmo número de representantes nos segmentos discente, docente, técnico administrativo e comunidade externa.

Os representantes dos conselhos são escolhidos por meio de processo eleitoral realizado entre seus pares, enquanto a comunidade externa participa por meio de edital específico elaborado pelo conselho. Atualmente, no conselho de *campus*, há três membros titulares por segmento, com três membros suplentes. No caso do Conselho Superior, é eleito um representante por segmento e um suplente. Esses

representantes atuam junto à Reitoria, representando cada uma das unidades que compõem o IFRS.

Importante destacar que todas as reuniões do conselho de *campus* são públicas e qualquer interessado pode levantar questionamentos, solicitar maiores informações sobre os temas debatidos, participar dos debates e apresentar pautas ou propostas (as quais devem ser encaminhadas pelo respectivo representante no conselho).

O IFRS também possui comissões internas para diversos assuntos institucionais onde ocorrem a participação da comunidade escolar nos processos, como por exemplo, Comissão Permanente de Avaliação dos Cursos (CPA), Comissão de Acompanhamento de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIAAPE) etc.

Além das comissões a estrutura do IFRS contempla diversos núcleos que buscam a inclusão social, são núcleos que de forma propositiva e consultiva estimulam e promovem ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas em sua temática, atualmente são considerados como básicos o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas(NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas(NEABI), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) e Núcleo de Educação a Distância(NEAD).

O *campus* Restinga possui uma particularidade: a constituição do Grupo Diretivo, um órgão de caráter consultivo e de apoio à Direção-Geral do *campus*. Ele é composto por um representante de cada uma das direções, das coordenações, da comunicação, do gabinete e das coordenações de curso que integram a unidade. Na questão de gestão orçamentária podemos identificar a busca por uma gestão democrática, seja nos documentos institucionais seja nos processos de elaboração orçamentária, entretanto como bem aborda Lück (2013) existem diversas formas de participação no processo de gestão.

O processo de elaboração do PDI é organizado com trabalhos em formato de comissões, esse é um aspecto importante quando tratamos de processos democráticos, entretanto foram identificados pontos de melhora nesse processo.

A elaboração se dá com a criação de três tipos de comissões a comissão central, as comissões temáticas e as comissões locais (campis). Não trataremos da comissão operacional, pois essa é uma comissão eminentemente de suporte técnico, sendo formada por servidores que operam os sistemas de realização das etapas.

Somente no PDI 2019-2023 a comissão central teve uma composição com maior equidade sendo composta por seis representantes da administração e oito representantes do CONSUP (sendo dois por segmento, a saber: discente, docente, técnico administrativo e comunidade externa). No PDI 2014-2018 a comissão central foi composta por dez representantes da administração e três representantes do CONSUP (neste período não tivemos representantes da comunidade externa) e no PDI 2024-2028 a comissão central foi composta por seis representantes da administração e três representantes do CONSUP (neste período não tivemos representantes da comunidade externa).

É de suma importância que a comissão que delibera como se dará o processo de elaboração de PDI da instituição tenha um equilíbrio de forças, de forma que as deliberações tomadas em conjunto tenham o real poder de representação da comunidade escolar, podemos perceber que via de regra há maior representatividade da gestão do IFRS.

Após a comissão central deliberar sobre o formato de elaboração do PDI as comissões temáticas são criadas, observa-se que das nove comissões temáticas apenas uma possui alguma representação da comunidade escolar (Comissão Gestão de Pessoas e Organização Administrativa), sendo composta apenas pelos segmentos docente e técnico administrativo (CIS e CPPD).

Observa-se a manutenção da ideia de que temas considerados complexos não podem ser trabalhados junto à comunidade escolar. Ao manter esse preconceito na abordagem de assuntos supostamente mais complexos a instituição falha em um dos principais conceitos que regem os Institutos Federais que é a ideia do trabalho como princípio educativo.

E finalmente temos as comissões locais, sua composição muda um pouco de acordo com a gestão de cada *campus* (alguns *campus* incluem mais representantes), mas como critério geral é composta por seis membros, dois representantes da gestão do *campus* e quatro representantes da comunidade escolar (membros do conselho de *campus*), percebe-se um maior equilíbrio nestas comissões, porém são comissões com perfil mais operacional o que tende a reforçar a ideia de um preconceito em relação a capacidade dos membros da comunidade escolar.

É inegável que o IFRS possui uma posição de destaque quando abordamos o assunto de gestão democrática, entretanto, este trabalho ao se aprofundar no tema da gestão orçamentária democrática observou a manutenção de princípios estruturais

que não permitem uma efetiva participação da comunidade escolar, um deles é a manutenção de um processo de participação basicamente consultivo, as comissões com poderes de criação e sistematização não possuem equilíbrio na sua representação, dessa forma os temas estruturais e de concepção são centralizados pela gestão do IFRS, durante a análise dos dados disponibilizados pela instituição também foi possível observar diversos apontamentos das comissões locais sobre o pouco tempo para discussão do tema, esse é um aspecto importante, em uma sociedade que de um modo geral todos possuem muitas atribuições e pouco tempo para executá-las é necessário tempo apropriado para poder efetivamente abordar o tema, analisar e propor ideias, outro ponto que carece de atenção, tendo em vista que a comunidade escolar periodicamente sofre processos de mudança, com o ingressos e saídas de alunos ou eleições de conselheiros, é a manutenção de processos mais efetivos e de caráter permanente que envolvam a capacitação ou fornecimento de informações qualificadas que permitam a comunidade compreender o processo de elaboração do orçamento do IFRS, não há como se falar em gestão democrática se a comunidade escolar não possui um real poder de conhecimento sobre o assunto.

Para uma efetiva gestão orçamentária democrática é fundamental duas importantes mudanças, primeira uma representação equilibrada da comunidade escolar em todas as comissões e a segunda que as comissões locais deixem de ser figuras meramente consultivas e de publicação de informações e passem a ter maior participação e poder de elaboração no processo orçamentário institucional, pois estas são a base que constitui o IFRS.

Ao verificar o processo de elaboração do PA no período de 2018 a 2025 sob o viés da gestão democrática, podemos notar um retrocesso em seu formato.

No período de 2018 a 2020 a elaboração do PA ocorreu com a realização de oficinas presenciais de conscientização, discussão, sistematização e elaboração de propostas, que posteriormente eram consolidadas, apresentadas a Gestão do *campus* que organiza e filtra para posteriormente serem aprovadas pelo CONCAMP, a comunidade participava de forma ativa e com conhecimento dos resultados (há um relatório das oficinas e propostas).

A partir do ano de 2021 (com o advento da pandemia) a elaboração sofre mudanças, a Reitoria/Prodi passa a emitir portarias determinando o formato de elaboração do PA, que passa a ser realizada através de formulários on-line (2021 a 2025) e com reuniões virtuais (anos de 2021 e 2022), além disso passa a contar com

nomeação de equipe para elaboração e consolidação do PA, essa equipe é composta por todas as coordenadorias/diretorias de setores, direção geral, além de representantes de áreas estratégicas, como núcleos de ações afirmativas e biblioteca, não contém nenhuma representação dos estudantes ou comunidade externa, essa comissão efetua o filtro das propostas do formulário(não há um relatório sobre as propostas apresentadas) e elabora o documento final a ser aprovado pelo CONCAMP.

Esse novo formato limita a discussão sobre o PA, pois não permite o devido debate e o salutar processo de aprendizagem, toma um formato apenas consultivo em que propostas são efetuadas sem nenhuma discussão ou avaliação de sua viabilidade, importância ou urgência, centralizando a avaliação e organização nas mãos da comissão constituída para esse fim.

Compreende-se a mudança no período de pandemia, mas por qual motivo foi mantida para o período de 2024 a 2025? É necessário rediscutir o modelo atual, principalmente ao verificar os dados apontados pelo questionário em que a grande maioria dos alunos desconhecem esses processos e não demonstram interesse em participar.

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa ocorre através de uma análise qualitativa, a pesquisa qualitativa se mostrou mais adequada ao levar-se em conta que o objetivo deste estudo é compreender o processo de conhecimento de uma determinada população sobre um assunto específico. Conforme destaca Minayo (2012, pág.45), “A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”.

4.1. DELINEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Em relação aos seus objetivos, entende-se como uma pesquisa descritiva, pois tem como principal objetivo a descrição, registro e análise dos fatos e resultados encontrados, incluindo a caracterização dos participantes, do contexto, das variáveis investigadas e suas relações com uso de técnicas padronizadas para a coleta de

dados, como o questionário ou observação sistemática, visando garantir que a intervenção do pesquisador no registro seja minimizada ou eliminada, conforme aponta Andrade 2010:

Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (Andrade, 2010, pág.112).

De acordo com Gil (2008, pág. 58), “[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. Assim, o presente estudo trabalha com a análise do IFRS, *campus* Restinga, o qual tem características próprias e uma comunidade que possui conhecimentos específicos sobre o tema.

4.2. ELABORAÇÃO DO EMBASAMENTO TEÓRICO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo começa com a pesquisa bibliográfica. Essa ferramenta foi utilizada no início deste projeto quando foi realizado o levantamento do estado do conhecimento, o qual, a partir de teses e dissertações sobre o tema, demonstrou que a temática ainda é pouco estudada nos Institutos Federais.

A partir dessa percepção foi realizada revisão bibliográfica por meio da pesquisa junto aos pensadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dos autores das áreas da organização, gestão orçamentária e da gestão de democrática cujos conceitos embasaram esta pesquisa. Também, fez-se um levantamento documental explorando o site institucional, os documentos normativos que regulam o sistema orçamentário nacional e os de planejamento interno do *campus* Restinga (IFRS) como: o PDI, o PPI, e o PA.

Com o objetivo de identificar como se dá o processo de conhecimento sobre o tema orçamento, foi aplicado um questionário junto à comunidade escolar do *campus* Restinga. Para a realização da pesquisa na instituição, foi solicitada autorização conforme Carta de Apresentação e Autorização para Realização de Pesquisa (Apêndice B e C).

As análises dos dados da pesquisa foram organizadas em categorias definidas

a partir da interpretação dos dados coletados no questionário, na análise do levantamento documental e do estudo bibliográfico, buscando a triangulação metodológica, de forma a permitir uma análise do objeto de estudo articulando as vantagens e aplicabilidades combinadas dos diferentes métodos de coleta de dados.

No questionário temos questões diretas de respostas e questões abertas, permitindo que os participantes possam fazer comentários. Dentre as questões algumas partem do modelo da escala de Likert, que é um modelo de escala de questionários usado em pesquisas de opinião e de satisfação, que permite mensurar o ponto de vista e a postura dos participantes de forma escalonada, indo, por exemplo, de “discordo totalmente” a “concordo totalmente.

Através dessa estrutura, o estudo é dividido em duas grandes partes: uma que buscou, através de questionário, levantar como a comunidade escolar do *campus* Restinga percebe sua participação no processo orçamentário, como vê a qualidade da informação e forma de participação no processo orçamentário e qual seu interesse em participar, a outra que através de pesquisa documental, identificou e descreveu como a administração do *campus* Restinga fornece essas informações à comunidade, bem como aprofunda o tema através da literatura e a legislação aplicável ao objeto deste estudo, tendo sempre em vista um processo efetivamente democrático.

4.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA POPULACIONAL INVESTIGADA

Em seguida são apresentados o local da pesquisa, a composição da população e unidade amostral escolhida e a amostra final de alunos da pesquisa.

Local da pesquisa

Está pesquisa foi realizada junto ao IFRS *campus* Restinga localizado na capital do RS, Porto Alegre (zona sul).

O *campus* Restinga oferece cursos de nível superior, médio (EJA) e pós-graduação em nível de especialização, conforme consta em seu estatuto:

Art. 4º O IFRS tem as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

Dessa forma o *campus* Restinga oferece seis cursos de Nível Superior, três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, um curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio, um curso Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio, dois cursos em Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e uma Especialização.

População

A população da pesquisa é composta pela comunidade externa representada através dos conselheiros do *campus* e seus respectivos substitutos¹⁸, pelos servidores docentes e técnicos administrativo¹⁹ conforme constante no site institucional e pelos seus discentes conforme levantamento efetuado junto a Plataforma Nilo Peçanha²⁰, totalizando 1.544 pessoas, distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Distribuição população da pesquisa

Tipo de vínculo	Nr de pessoas
Técnicos Administrativos	45
Docentes Efetivos	67
Comunidade Externa(conselheiros do campus)	6
Discentes	1.426
Total	1.544

Fonte: elaborado pelo autor fonte site IFRS e Plataforma Nilo Peçanha.

O *campus* Restinga está em linha com a lei 11.892/2008 responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação. Dessa forma disponibiliza educação superior, básica e profissional. Para melhor compreensão da população que compõe esta pesquisa demonstramos a distribuição do corpo discente, conforme tabela abaixo:

¹⁸ Disponível em <https://ifrs.edu.br/restinga/institucional/concamp/sobre/>

¹⁹ Disponível em <https://ifrs.edu.br/restinga/institucional/servidores/>

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

Tabela 3 - Distribuição população discente da pesquisa

CURSO	Em Curso		Total
	Em Curso		
	Em fluxo	Retido	
Licenciatura	53	75	128
Técnico	399	255	654
Tecnologia	334	310	644
TOTAL	786	640	1426

Fonte: adaptado pelo autor a partir da Plataforma Nilo Peçanha ano base 2023.

O projeto inicial desta pesquisa trabalhou com a população total da comunidade escolar projetando atingir um significativo grau de participação através do envio de questionário on-line via e-mail institucional, por ser uma ferramenta prática e de fácil acesso, entretanto, a processo de participação teve pouca participação. O primeiro envio ocorreu em 25/09/24 obtendo apenas 15 respostas, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Participação 1ª aplicação questionário on line da pesquisa

Segmento	População	Número Participantes	Grau Participação
Docentes	67	4	5,97%
Técnicos Administrativo	45	6	13,33%
Discentes	1.426	5	0,35%
Comunidade externa	6	0	0,00%
Total	1.544	15	0,98%

Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo em vista a baixa adesão em 02/10/24 foi realizado novo contato via WhatsApp em grupos de servidores, passando a contar com nova participação conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Participação 2ª aplicação questionário on line da pesquisa

Segmento	População	Número Participantes	Grau Participação
Docentes	67	6	8,90%
Técnicos Administrativo	45	11	24,44%
Discentes	1.426	6	0,42%
Comunidade externa	6	0	0,00%
Total	1.538	23	1,50%

Fonte: elaborado pelo autor.

Mantida a baixa adesão em 17/10/24 foi realizado novo envio do formulário via e-mail institucional, bem como, via WhatsApp em grupos de servidores, passando a contar com nova participação conforme tabela abaixo:

Tabela 6 Participação 3ª aplicação questionário on line da pesquisa

Segmento	População	Número Participantes	Grau Participação
Docentes	67	13	19,40%
Técnicos Administrativo	45	16	35,56%
Discentes	1.426	6	0,42%
Comunidade externa	6	0	0,00%
Total	1.538	35	2,28%

Fonte: elaborado pelo autor.

Devido a continuidade do baixo índice de participação dos discentes e comunidade externa, em acordo com o orientador foram revistas a forma de participação e a população da pesquisa. Optou-se por aplicação do questionário de forma presencial junto aos discentes e com revisão da população do segmento discente que passou a ser os alunos matriculados nas licenciaturas, EJA (técnico), subsequente e de tecnologia, buscando a participação dos alunos com mais de 18 anos tendo em vista as dificuldades encontradas para a obtenção de autorização (TCL) dos responsáveis legais. A tabela abaixo demonstra a nova composição da população da pesquisa:

Tabela 7 - Nova população discente para aplicação questionário

CURSO	População Pesquisa On line			População Pesquisa Presencial		
	Em Curso		Total em curso	Em Curso		Total em curso
	Em Curso			Em Curso		
	Em fluxo	Retido	Em fluxo	Retido		
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	135	158	293	135	158	293
Eletrônica Industrial	46	68	114			
Gestão Desportiva e de Lazer	56	40	96	56	40	96
Licenciatura Letras Espanhol	53	75	128	53	75	128
Processos Gerenciais	97	44	141	97	44	141
Técnico em Agroecologia	85	32	117	85	32	117
Técnico em Comércio	54	38	92	54	38	92
EMI - Técnico em Eletrônica	63	63	126			
Sub - Guia de Turismo	27	33	60	27	33	60
Técnico em Informática	111	59	170			
Técnico em informática para Internet		6	6			
Técnico em(EMI Técnico em Lazer)	59	22	81			
Técnico em Recursos Humanos		2	2			
Técnico Redes Computadores			0			0
TOTAL	786	640	1426	507	420	927

Adaptado pelo autor fonte Plataforma Nilo Peçanha²¹ ano base 2023.

Definida a nova população da pesquisa, teve início a aplicação do questionário

²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>

de forma presencial no período de 21/10/24 a 12/11/24, obtendo 185 respostas, segue abaixo tabela com os números finais da aplicação do questionário, descontadas as exclusões pela falta do termo de consentimento dos responsáveis, para os menores de 18 anos:

Tabela 8 - Participação 4ª questionário aplicação presencial e on line da pesquisa

Segmento	População	Número Participantes	Grau Participação
Docentes	67	13	19,40%
Técnicos Administrativo	45	16	35,56%
Discentes	927	153*	16,50%
Comunidade externa	6	0	0,00%
Total	1.039	182	17,52%

Fonte: elaborado pelo autor * Número de participantes encontrado após exclusão de 3 questionários.

4.5 MÉTODO DE ANÁLISE DADOS COLETADOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO

4.5.1 Pesquisa de Campo

Para discutir a gestão orçamentária no *campus* Restinga, a partir de um processo efetivo de gestão democrática, foi elaborado um questionário-escala, o qual será apresentado a seguir, contendo afirmações e questionamentos que visam identificar a opinião da comunidade escolar do *campus* Restinga

4.5.2 Apresentação do Instrumento de Pesquisa

Seguindo apontamento de Anastasi (1967), cabe destacar que, a bem da clareza o instrumento elaborado visa obter:

- a) As características da comunidade escolar, segundo vínculo, idade e representação.
- b) Nível de conhecimento, participação e interesse da comunidade escolar nos processos de gestão orçamentária do *campus* Restinga.
- c) A visão da comunidade escolar quanto a acessibilidade e qualidade da comunicação da gestão sobre o processo orçamentária do *campus* Restinga.

Optou-se pela utilização de um questionário-escala elaborado de acordo com

a escala de Lickert, é um método de mediação de opiniões e atitudes que utiliza uma escala de satisfação, os itens do questionário oscilam entre dois extremos: concordo totalmente a discordo totalmente, variando de um ponto a cinco ou sete pontos. Para essa pesquisa optou-se por trabalhar com cinco pontos. Para cada item da escala foram associados valores de 1 a 5 pontos, tendo a seguinte distribuição: discordo totalmente (1), discordo parcialmente (2), não tenho opinião formada (3), concordo parcialmente (4) e concordo totalmente (5). A resposta da comunidade escolar do *campus* Restinga a cada item consiste na escolha de um desses valores. A soma dos pontos obtidos em cada subescala e, conseqüentemente, na escala total, possibilita obter uma tendência, concordante, neutra ou discordante de cada aluno que respondeu ao instrumento de pesquisa.

Vale ressaltar, que durante a banca de qualificação, o questionário foi repassado a um crivo crítico que resultou nas seguintes alterações: Inclusão do Projeto Pedagógico Institucional em todas as questões relacionadas ao conhecimento ou participação no processo de elaboração orçamentária do *campus* Restinga (questões 4,5,6,11,14,17,e 20), inclusão das questões 7 e 8 que abordam a opinião da comunidade escolar sobre qual o meio mais apropriado para a divulgação e o melhor formato de participação no processo orçamentário do *campus* Restinga.

O questionário é composto por uma breve apresentação dos pesquisadores e do objetivo da pesquisa, sendo composto por vinte e duas questões divididas em seis subescalas conforme abaixo:

- a) Subescala **Identificação**: contém três questões (de números 1 a 3) que tem por objetivo identificar os segmentos e representantes da comunidade escolar participantes da pesquisa.
- b) Subescala **Envolvimento**: contém três questões (de números 4 a 6) que tem por objetivo identificar o nível de conhecimento, participação e interesse da comunidade nos processos de gestão orçamentária do *campus* Restinga.
- c) Subescala **Formas de participação**: contém duas questões (de números 7 e 8) que tem por objetivo identificar qual o sistema de divulgação do processo orçamentário melhor atinge a comunidade escolar, bem como, o formato de participação que mais desperta interesse da comunidade escolar nos processos de gestão orçamentária do *campus* Restinga.

- d) Subescala **Ouvidoria**: contém uma questão (de números 9) que busca ouvir as críticas e propostas de melhoria da comunidade escolar junto aos processos de gestão orçamentária do *campus* Restinga.
- e) Subescala **Comunicação**: contém nove questões (de números 10 a 18) que tem por objetivo identificar o nível de acessibilidade, compreensão e clareza das informações prestadas pela gestão sobre o processo orçamentário.
- f) Subescala **Capacitação**: contém três questões (de números 19 a 21) que tem por objetivo identificar como a comunidade escolar percebe seu nível de conhecimento com vistas a participação na gestão orçamentária.

5 ANÁLISE DE DADOS, DISCUSSÕES E RESULTADOS

As análises da pesquisa apresentadas neste capítulo foram estruturadas em cinco categorias, definidas com base na interpretação dos dados coletados por meio do questionário. Essas análises foram realizadas em consonância com o levantamento documental, as consultas ao site institucional e o estudo bibliográfico, configurando uma triangulação metodológica. Essa abordagem foi adotada por possibilitar uma análise mais abrangente do objeto de estudo, integrando as vantagens e aplicações combinadas dos distintos métodos de coleta de dados (Figaro 2014). O projeto inicial teve como ferramenta de pesquisa junto à comunidade escolar a aplicação de um questionário online, devido à pouca adesão (principalmente da comunidade externa e dos discentes) em conjunto com a orientadora optou-se pela diminuição da população da pesquisa e nova aplicação do questionário de forma presencial.

O questionário foi elaborado sob a ótica de uma gestão democrática, visando participação da comunidade na Gestão Orçamentária do *campus* Restinga, encaminhado para IFRS *campus* Restinga, para atingir esse fim o questionário foi dividido em subescalas como identificação, envolvimento, formas de participação, ouvidoria, comunicação e capacitação.

Os dados coletados serão analisados sempre que possível tanto pelo total da população participante quanto por cada segmento específico. Essa abordagem permite obter uma visão geral, identificando tendências do grupo como um todo, além de possíveis problemáticas e soluções. Também possibilita reconhecer as particularidades de cada segmento, facilitando a utilização de ferramentas mais

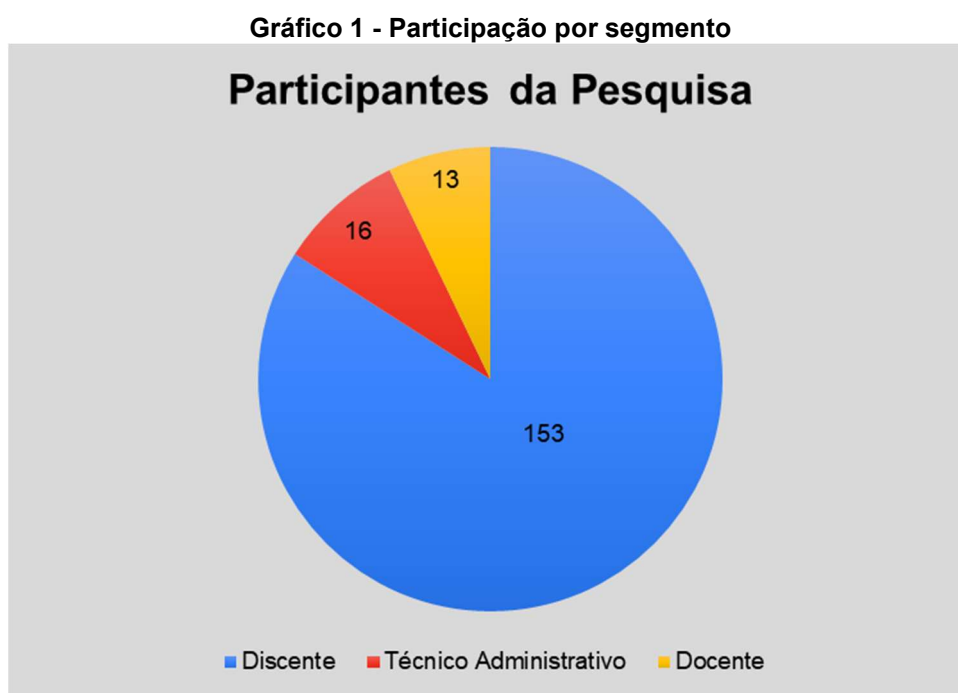
adequadas para cada caso.

5.1 IDENTIFICAÇÃO

Tendo como população final dessa pesquisa a comunidade escolar do IFRS *campus* Restinga, composta pelos docentes, técnicos administrativos, comunidade externa (representada pelos membros que participam do conselho de *campus*) e dos discentes que passaram a ser representados pelos alunos matriculados nas licenciaturas, EJA (técnico), subsequente e de tecnologia, buscou-se a participação dos alunos com mais de 18 anos tendo em vista as dificuldades encontradas para a obtenção de autorização (TCL) dos responsáveis legais.

Para fins de identificação foram elaboradas as questões 1) Qual sua idade, 2) Qual seu vínculo com o *campus* Restinga e 3) Você faz parte do conselho de *campus*?

Após a aplicação dos dois questionários foram obtidas 182 participações conforme o Gráfico 1 abaixo:



Fonte: questionário.

Dentro da população dessa pesquisa temos os representantes do Conselho de *campus*, composto por seu presidente (diretor geral) e seis representantes entre titulares e suplentes para cada um dos segmentos (discentes, comunidade externa,

docentes e técnicos administrativos) totalizando um total de vinte e quatro conselheiros. No grupo de conselheiros foram obtidas 10 participações, no Gráfico 2 abaixo demonstramos a composição:



Fonte: questionário.

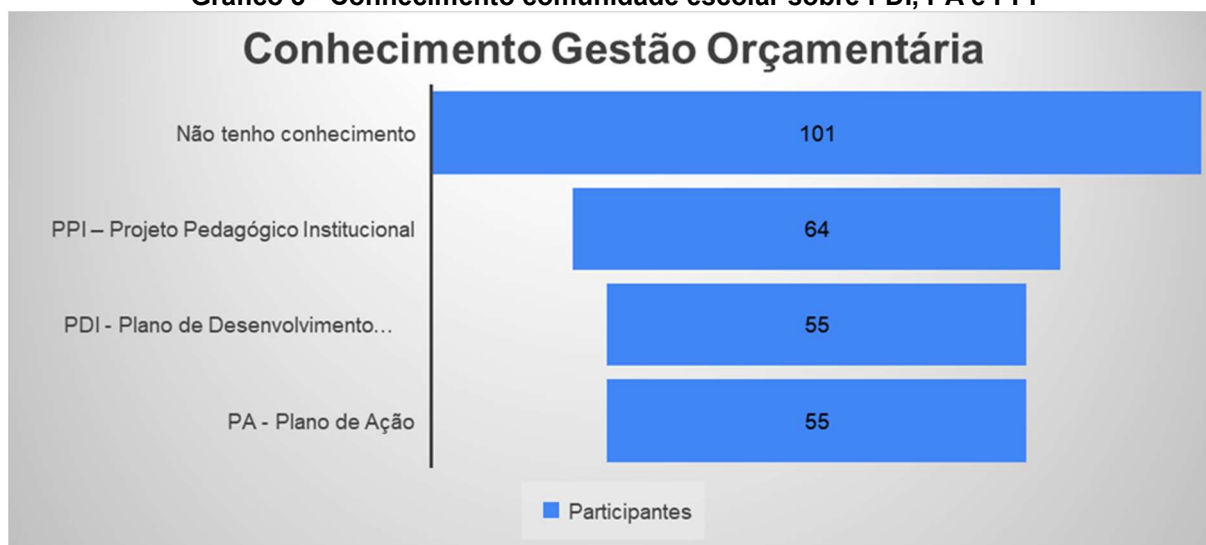
Apesar das diversas tentativas e extensão dos prazos não foi obtida participação dos conselheiros da comunidade externa, essa dificuldade de participação foi presente em todos os segmentos constantes na população da pesquisa.

5.2 ENVOLVIMENTO

Nesse tópico serão analisados o nível de conhecimento sobre os documentos balizares da gestão orçamentária do *campus* Restinga, como PDI, PPI e PA, a participação da comunidade escolar nestes processos e o interesse em participar na gestão orçamentária, por serem questões de múltipla escolha é possível que as respostas sejam superiores a população da amostra.

A questão de número 4) Você sabe o que é: buscou identificar o nível de conhecimento sobre os processos orçamentário o Gráfico 3 apresenta a sua composição junto a toda comunidade escolar:

Gráfico 3 - Conhecimento comunidade escolar sobre PDI, PA e PPI

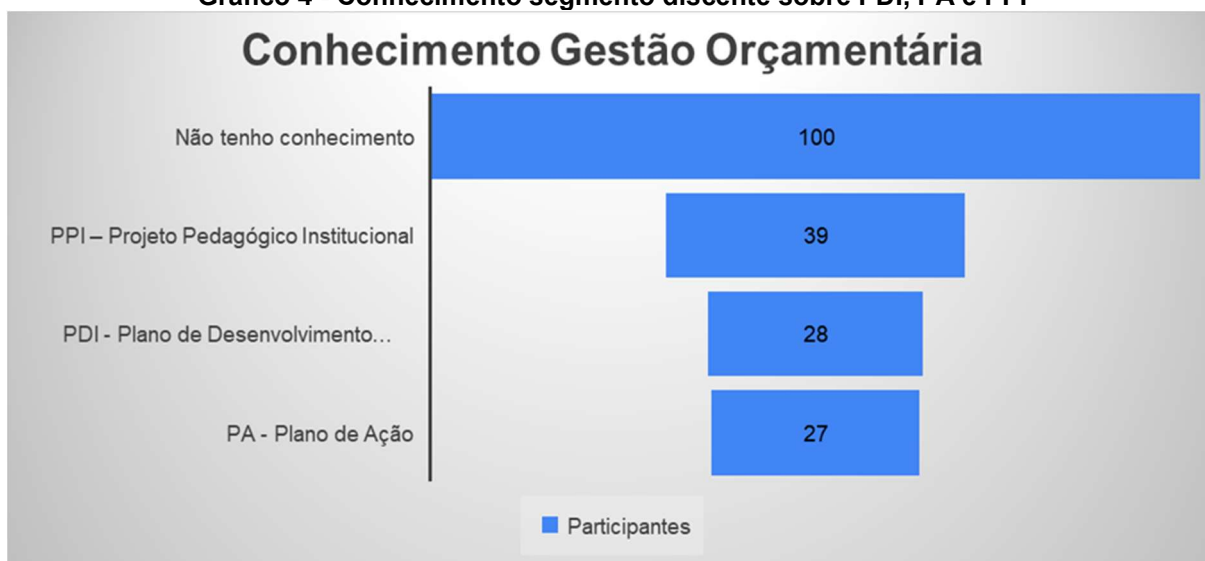


Fonte: questionário.

As respostas preocupam tendo em vista que apontam para um grande número de participantes que não tem conhecimento sobre as três principais ferramentas de participação na gestão orçamentária do *campus* Restinga, a amostra demonstra que 55,49% da comunidade escolar não tem conhecimento sobre qualquer um dos processos de planejamento orçamentário e, em média, apenas um terço da comunidade escolar tem conhecimento de um ou mais processos. Essa amostra demonstra um dado interessante, dentro dos três processos apontados o PPI teve um percentual levemente maior, partindo da premissa de uma identificação maior dessa ferramenta com tipo de educação que buscamos, esse é um dado significativo e positivo.

A partir de apontamento inicial, separamos a amostra por segmento, o Gráfico 4 logo abaixo aponta o nível de conhecimento do grupo discente com uma população de 153 participantes:

Gráfico 4 - Conhecimento segmento discente sobre PDI, PA e PPI

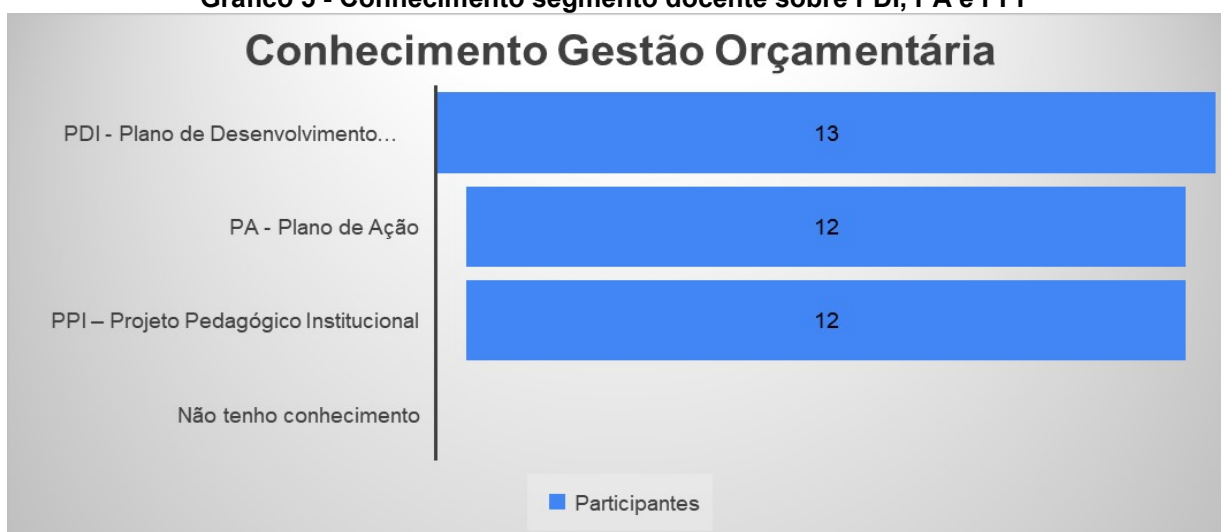


Fonte: questionário.

Tendo em vista ser um grupo com maior rotatividade é esperado ter um nível de conhecimento um pouco inferior, entretanto, o alto número de respostas com 100 discentes que não conhecem nenhum dos processos, alinhado ao fato de que o PA com periodicidade anual (os demais são a cada cinco anos) teve apenas 27 discentes respondendo conhecerem, apontam para um baixo nível de conhecimento sobre os processos orçamentários do *campus* Restinga. A amostra reforça um viés positivo ao identificar o maior índice de conhecimento junto ao PPI.

Seguindo com a análise por segmento, o Gráfico 5 logo abaixo, aponta o nível de conhecimento do grupo docente com uma população de 13 participantes:

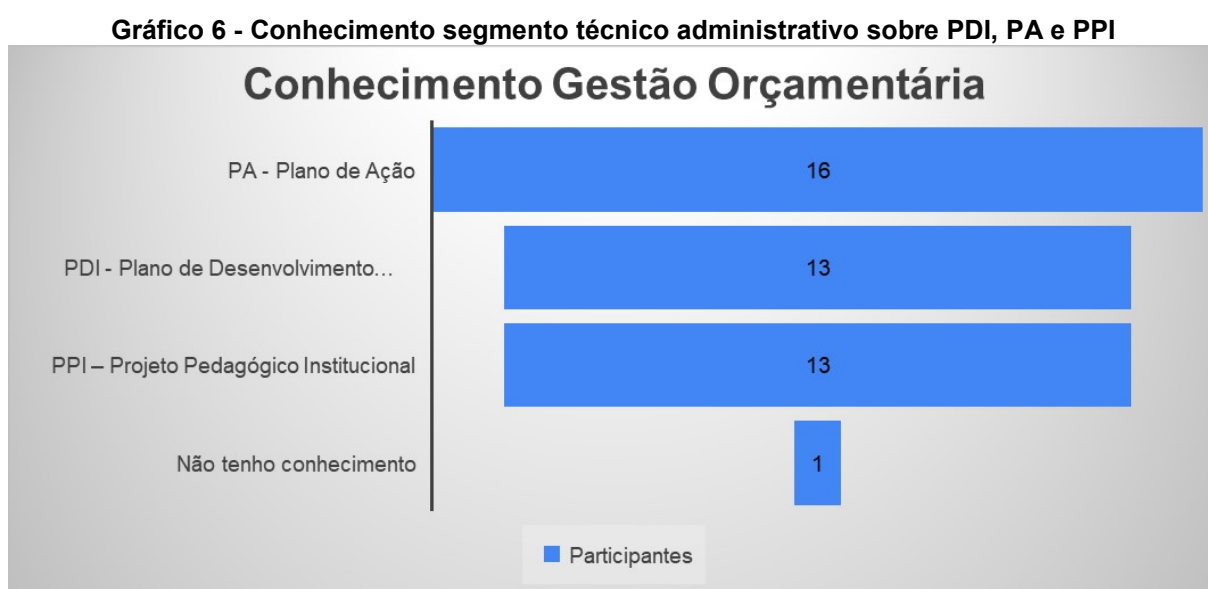
Gráfico 5 - Conhecimento segmento docente sobre PDI, PA e PPI



Fonte: questionário.

Ao separar a análise do segmento discente, a amostra aponta para um equilíbrio no conhecimento dos participantes sobre os processos orçamentários do *campus* Restinga, com números muito próximos em todos os processos, esse é um dado significativo tendo em vista as particularidade e importância de cada um desses processos. Buscar esse equilíbrio é importante, pois o PPI projeta a escola e ensino que desejamos, o PDI é o planejamento para concretização dessa escola e o PA operacionaliza o que foi planejado.

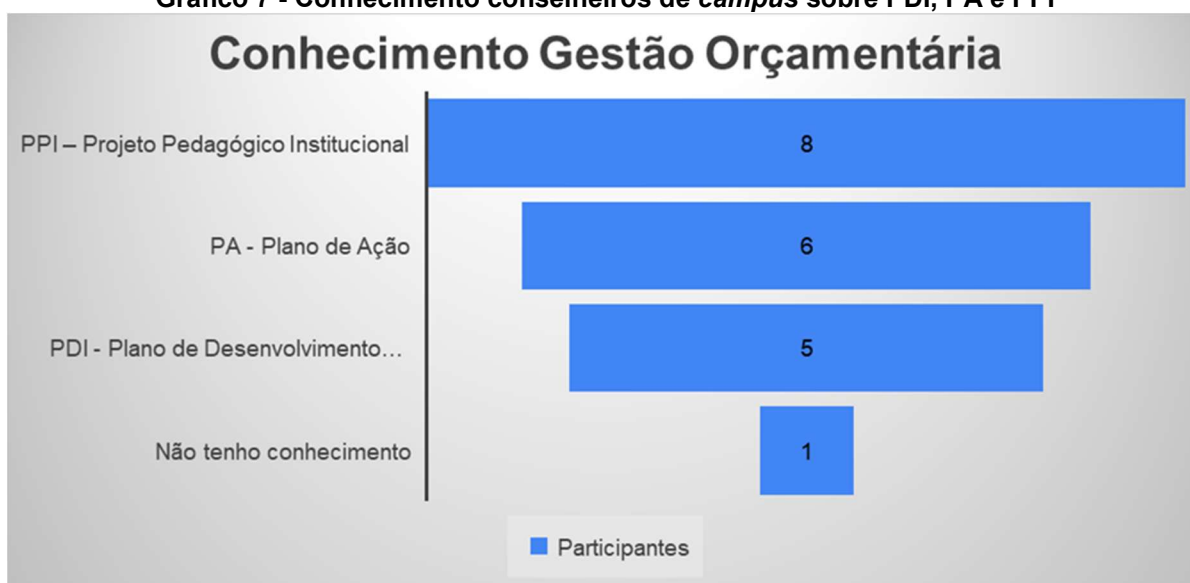
Finalizamos a análise dessa questão junto aos servidores com o Gráfico 6 que aponta o nível de conhecimento do grupo técnico administrativo, com uma população de 16 participantes:



Fonte: questionário.

A amostra do segmento dos técnicos administrativo aponta novamente para um bom equilíbrio nas respostas dos participantes com níveis de conhecimento próximos, com um leve aumento ao tratar do PA, algo natural ao levar em conta as atribuições operacionais do dia a dia dos técnicos administrativos. Mantém o viés de elevado grau de conhecimento sobre os processos orçamentários do *campus* Restinga.

Finalizamos a análise dessa questão com a informações prestadas pelos conselheiros de *campus*, amostra composta por 10 participantes, conforme o Gráfico 7 logo abaixo demonstra:

Gráfico 7 - Conhecimento conselheiros de *campus* sobre PDI, PA e PPI

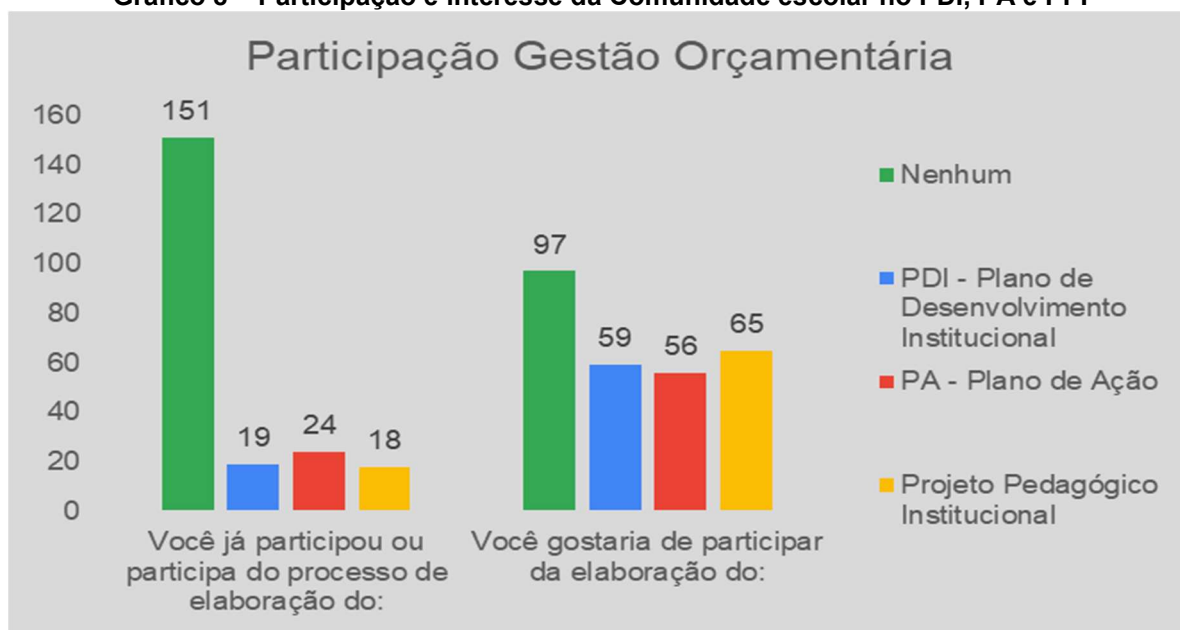
Fonte: questionário.

A amostra dos conselheiros de *campus* aponta para oportunidade de melhora, embora demonstre um significativo nível de conhecimento do PPI (8 dos 10 participantes conhecem), o que remete para a observação anterior sobre a atenção dada ao PPI pela comunidade escolar, em especial os discentes, tendo em vista o tipo de educação que se busca, entretanto, preocupa o fato do PDI que trata do planejamento para atingir essa educação é conhecido por 50% dos participantes, seguido do PA que é a operacionalização com uma pequena melhora. Tendo em vista tratar-se de conselheiros que tem participação mais ativa nesses processos, é necessário reforçar os procedimentos de comunicação e participação junto a essa importante representação.

Embora inicial essas primeiras questões apontam para um trabalho mais direcionado aos discentes e comunidade externa, o que levanta uma questão, qual o processo democrático é aplicado no *campus* Restinga?

As questões de número 5) Você já participou ou participa do processo de elaboração do: e a de número 6) Você gostaria de participar da elaboração do: serão analisadas em conjunto, a análise dos dados fica melhor apresentada, evita repetição de informações e possibilita maior correlação, conforme Gráfico 8 que nos indica o grau de participação e de interesse de participar dos processos orçamentários e apontou a seguinte composição:

Gráfico 8 – Participação e interesse da Comunidade escolar no PDI, PA e PPI

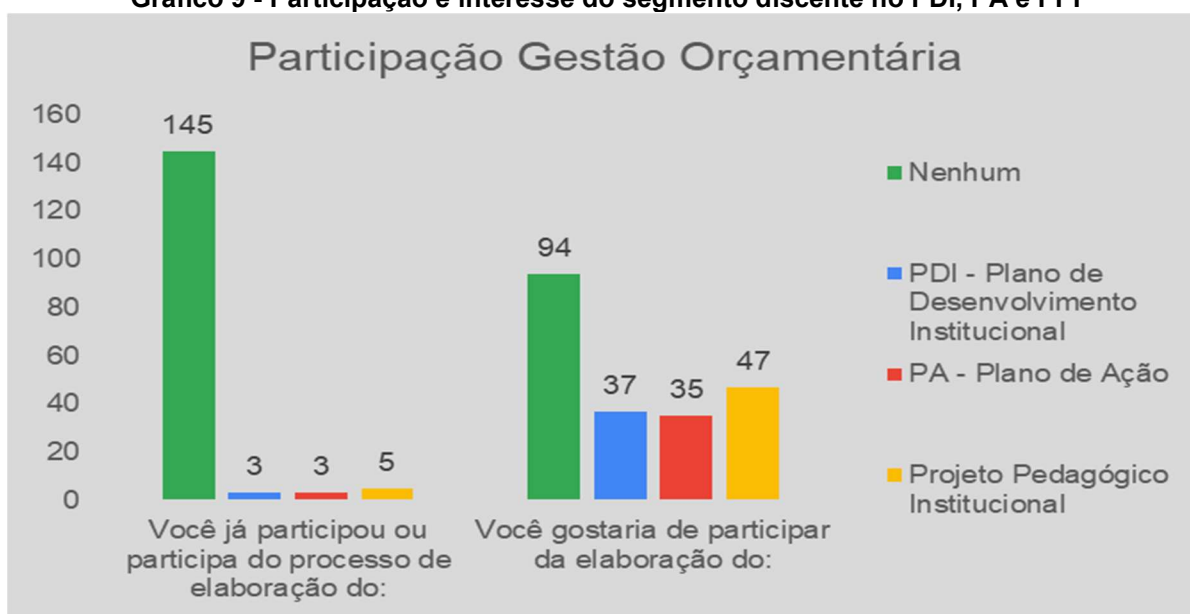


Fonte: questionário.

Os dados levantados pela amostra sobre a participação na gestão orçamentária, preocupam, em primeiro lugar pelo alto número de respostas de que não participam ou participaram de nenhum processo orçamentário com impactantes 151 respostas em um universo de 183 participantes, representado 82,97% da população do questionário. Em segundo lugar ao cruzarmos esses números com os apurados pela pergunta 'você gostaria de participar da elaboração do: em que 97 participantes responderam nenhum interesse em participar em qualquer um dos processos orçamentários, número que representa 53,30% do total de participantes. O conjunto das respostas sinalizam um preocupante cenário de desinteresse pela gestão orçamentária do *campus* Restinga.

No Gráfico 9 apresentado abaixo, iremos iniciar a análise por segmento da população da pesquisa iniciando pelo grupo dos discentes:

Gráfico 9 - Participação e interesse do segmento discente no PDI, PA e PPI

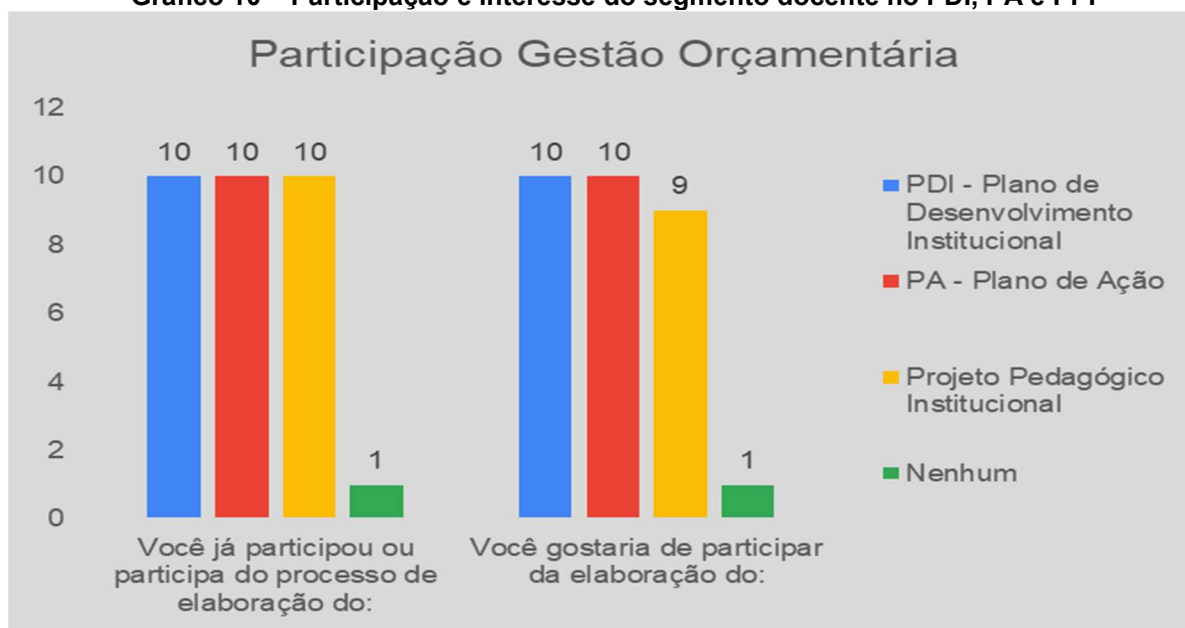


Fonte: questionário.

Ao iniciar a abertura por grupos a amostra indica uma participação quase que inexistente do segmento discente com 145 respostas de nenhuma participação nos processos de gestão orçamentária do *campus* Restinga. Esse número representa incríveis 94,77% da população do questionário, o índice ainda permanece alto quando questionados sobre o interesse em vir a participar dos processos orçamentários, no qual 94 respostas demonstram não haver interesse na participação, atingindo 61,44% da amostra. Embora um índice alto, podemos perceber razoável interesse em vir a participar, com destaque para o PPI com 47 resposta, representando 30,72% da população da amostra.

Passamos a análise do segmento docentes, abaixo temos o Gráfico 10, com os dados levantados pela amostra de 13 docentes:

Gráfico 10 – Participação e interesse do segmento docente no PDI, PA e PPI

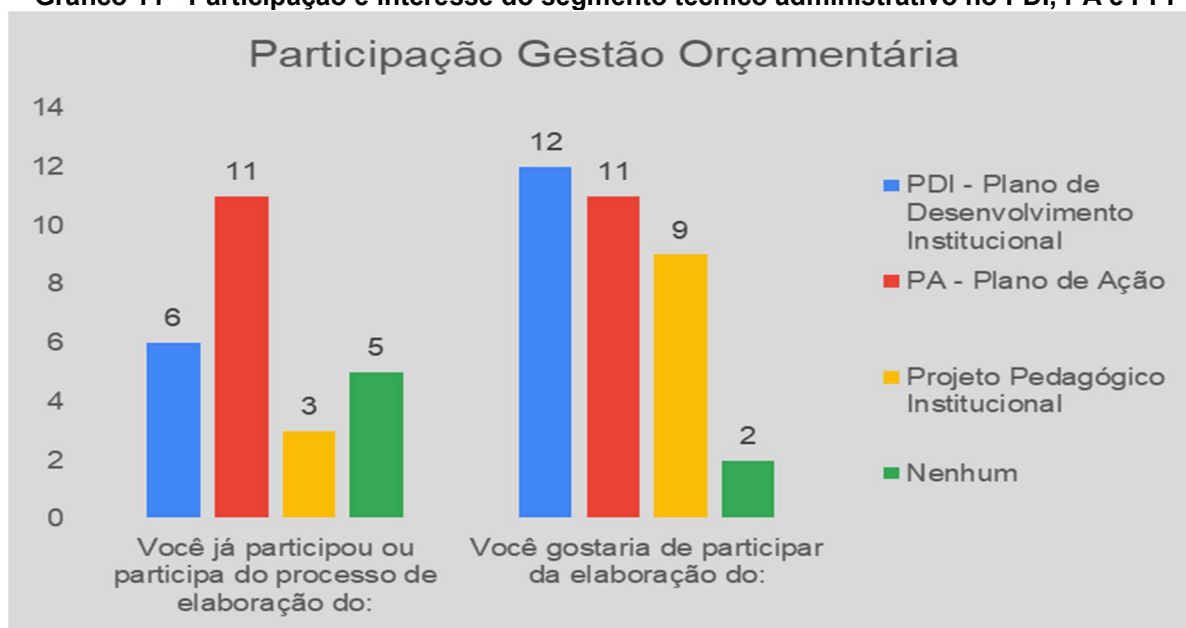


Fonte: questionário.

A amostra aponta uma tendência de equilíbrio entre o conhecimento e o envolvimento do segmento docente nos processos orçamentários do *campus* Restinga, mantendo alinhados o grau de participação e de interesse nos três processos orçamentários. Essa tendência é importante, pois os três processos de gestão orçamentária estão interligados e o conhecimento sobre estes favorece ao desenvolvimento equilibrado da instituição

Partimos para a análise dos dados do segmento técnico administrativo o Gráfico 11 que apresenta os dados obtidos sobre a participação e interesse do segmento nos processos de gestão orçamentária:

Gráfico 11 - Participação e interesse do segmento técnico administrativo no PDI, PA e PPI

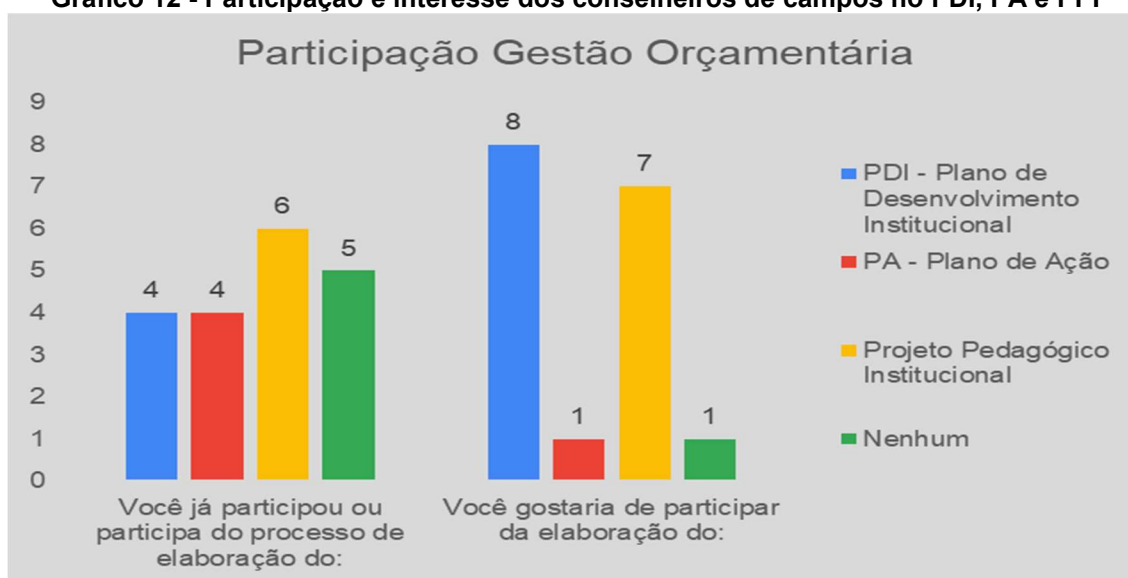


Fonte: questionário.

A amostra do segmento técnico administrativo de um modo geral demonstra um menor grau de participação, como exceção o PA que aponta para um maior envolvimento. Embora a amostra do questionário aponte uma menor participação nos processos orçamentários do *campus* Restinga, ele indica um interesse equilibrado em vir a participar em todos o processo de gestão orçamentária, essa é uma tendência importante.

Finalizamos essas questões com a análise dos dados dos conselheiros de *campus* conforme Gráfico 12 abaixo:

Gráfico 12 - Participação e interesse dos conselheiros de campos no PDI, PA e PPI



Fonte: questionário.

Considerando a importância da atuação e a representatividade dos conselheiros de *campus* os dados apontados pelo questionário indicam a necessidade de trabalho junto a esse segmento, pois a participação nos processos de gestão orçamentária oscilou entre 40% e 60% de participação, além de apontarem um índice de interesse muito baixo na participação das futuras elaborações do PA, o que preocupa pois é a operacionalização de todo o planejamento elaborado.

Finalizamos análise dos dados apontados pelas questões elaboradas a fim de perceber o envolvimento da comunidade escolar do *campus* Restinga na gestão orçamentária do *campus* com os seguintes apontamentos:

- 1) Um nível de envolvimento significativo por parte dos servidores docentes e técnicos administrativos, com um ponto de melhora a ser trabalhado junto aos técnicos administrativos, pois apesar de ter interesse na participação, esse segmento teve menor participação efetiva, exceção ao PA que por seu próprio formato tem maior participação dos técnicos administrativos.
- 2) O segmento discente tem envolvimento quase que inexistente e não demonstra interesse em se envolver futuramente, esse segmento necessita de um trabalho específico para identificar e propor processos que os incluam e incentivem a sua participação.
- 3) O segmento dos conselheiros de *campus* demonstra razoável envolvimento, entretanto, dada a importância da sua atuação e a sua representatividade, é

necessário um trabalho específico para obter maior envolvimento, esse ponto ganha maior relevância ao perceber que os conselheiros que representam a comunidade externa não participaram da pesquisa.

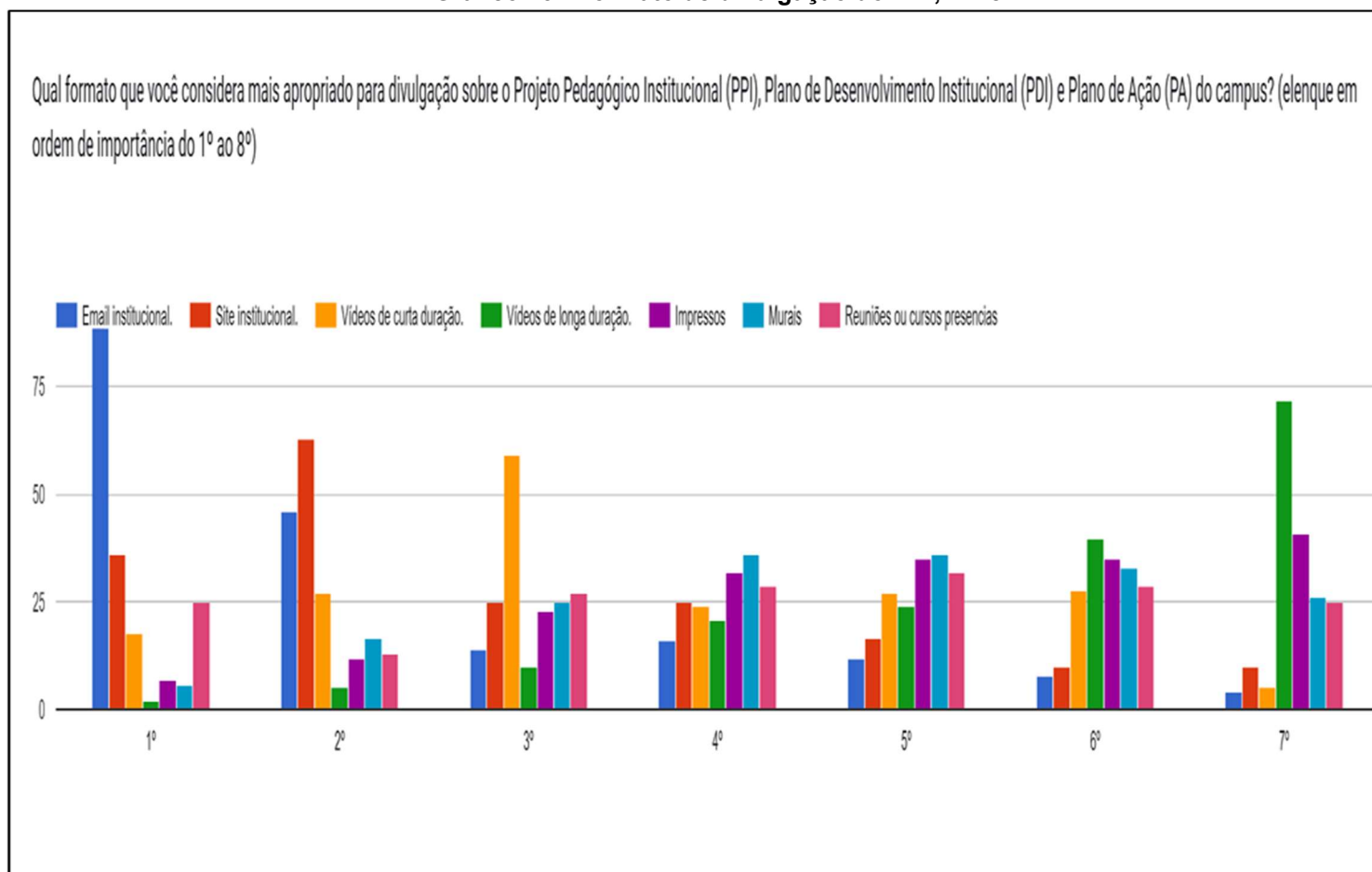
5.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Essa etapa do questionário visa identificar formas de participação que a comunidade escolar do *campus* Restinga julgue a mais apropriadas, para atingir esse objetivo foram elaboradas as questões de números 7) Qual formato mais apropriado para a de divulgação sobre o processo orçamentário? (PDI, PA e PPI) e 8) Qual a forma de participação mais efetiva em relação ao PDI, PA e PPI do *campus*?

A questão de número 7 foi elaborada em forma de um rol de alternativas nas quais o participante elenca suas opções em ordem de importância do 1º ao 7º, já a questão de número 8, apresenta três opções de escolha, as duas primeiras parametrizadas pelo pesquisador e a terceira em aberto para sugestão dos participantes.

Estas questões buscam identificar a opinião da comunidade escolar do *campus* Restinga, por esse motivo, a análise será apenas do grupo que respondeu ao questionário, sem individualizar percepções por segmento participante. O Gráfico 13 logo abaixo demonstra o resultado da questão de número 7) Qual formato mais apropriado para a de divulgação sobre o processo orçamentário PDI, PA e PPI?

Gráfico 13 - Formato de divulgação do PDI, PA e PPI

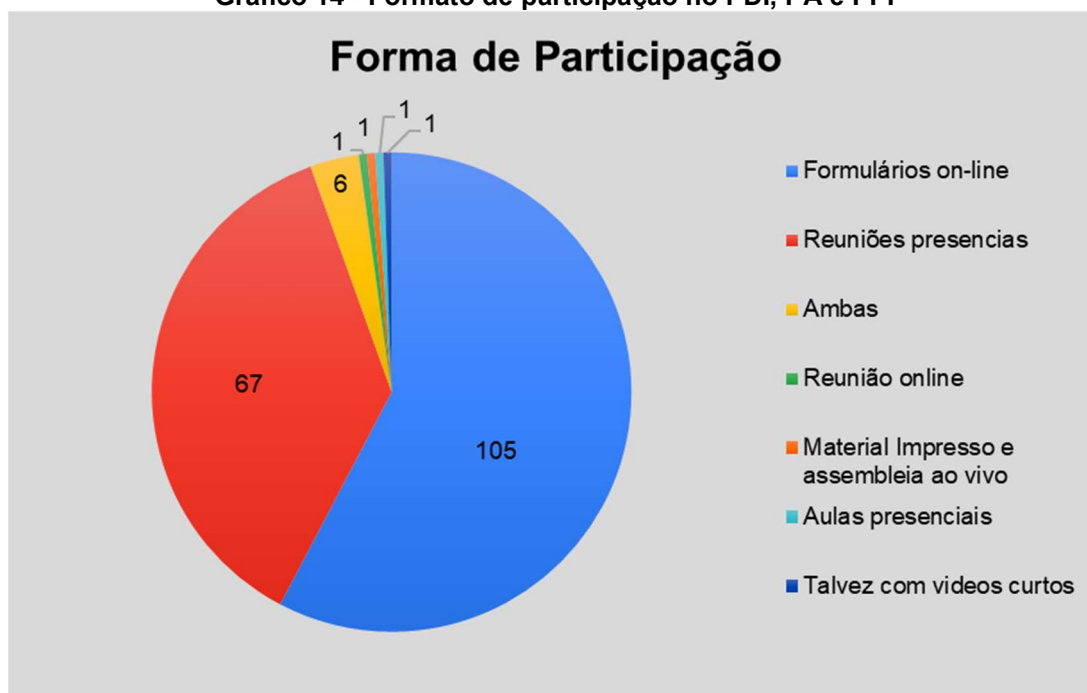


Fonte: questionário.

Os dados do Gráfico 13 apontam para a preferência de divulgação dos processos de forma digital, vindo em primeiro lugar o e-mail institucional com 89 votos, em segundo lugar o site institucional com 63 votos e em terceiro lugar vídeos de curta duração com 59 votos, reuniões ou cursos presenciais aparece apenas na sexta posição.

O Gráfico 14 logo abaixo demonstra os resultados da questão de número 8) Qual a forma de participação mais efetiva em relação ao PDI, PA e PPI do *campus*?

Gráfico 14 - Formato de participação no PDI, PA e PPI



Fonte: questionário.

Os dados obtidos reforçam a percepção de que estamos inseridos na era digital, uma vez que, assim como na questão anterior, a maioria dos participantes demonstrou preferência pela participação on-line, correspondendo a 57,69%, seguida da participação presencial, com 36,81%.

Apesar dessa preferência pelo formato on-line, a experiência desta pesquisa, bem como estudos de outros pesquisadores consultados na elaboração do estado do conhecimento, indica dificuldades e baixa adesão a esse modo de participação. Tal cenário sugere que a solução possa estar na proposta emergente da própria comunidade escolar, que aponta para a adoção de um formato híbrido, ou, conforme sugerido, a opção por “ambas” as modalidades.

Essa questão apresenta-se como um possível ponto de partida para futuras pesquisas, dado que existe aparente contradição entre a preferência manifestada pela comunidade escolar e sua efetiva participação. Em um contexto marcado pela abundância de informações e pelo conceito de multitarefa, observa-se uma tendência à sobrecarga informacional, contrastando com o tempo limitado e a capacidade reduzida de concentração necessários para uma participação efetiva nos processos.

5.4 OUVIDORIA

Composta por uma questão aberta, de número 9) Você tem alguma crítica ou proposta em relação ao processo de laboração do PDI, PA e PPI do *campus* Restinga? Essa questão busca ouvir as críticas e propostas, a fim de identificar falhas e pontos de melhora pela visão da comunidade escolar.

Para esta questão tivemos 80 respostas negativas (não, nenhum, nenhuma, no momento não etc.) e 69 respostas em branco

As respostas com propostas ou críticas foram separadas em grandes grupos de objetivo e iremos citar apenas alguma delas para não tornar o texto muito extenso:

Falta ou melhor comunicação (10 respostas):

- 1) Falta divulgação.
- 2) Não tenho, pois, desconheço os planos
- 3) Não vejo divulgação
- 4) Nunca fui comunicado ou convidado a participar de elaboração, portanto não sou capaz de opinar.

Formato de elaboração e participação (19 respostas):

- 1) Cada turma eleger um participante para representar.
- 2) Convite nas salas das turmas de ambos os turnos.
- 3) Devemos ter reuniões presenciais agendadas e priorizadas no calendário acadêmico com os 3 segmentos.
- 4) Tenho para o plano de orçamento fazer reuniões em grupos. Acho que recolheria umas boas propostas.

Prazo (4 respostas):

- 1) Divulgação com maior tempo para discussão do PA.
- 2) Acho que seria importante passarmos a realizar oficinas de construção desses documentos, principalmente do PA. Mas também é preciso termos mais tempo, pois os prazos são sempre curtíssimos, o que inviabiliza um melhor desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, recorrendo-se ao recurso on-line.
- 3) Para participarmos efetivamente teríamos que ter mais tempo dedicado a

isso, principalmente PDI e PPI. Minha percepção é que a maioria dos servidores estão alienados das discussões, por alta demanda de trabalho.

4) Prazos maiores para discussão.

De um modo geral ao propor novas ideias ou críticas ao processo atual os participantes indicam a necessidade de mais reuniões, a falta de debates e explicações sobre os processos, melhor comunicação e maior prazo para participação. Além dessas linhas gerais apontadas pela comunidade escolar do *campus* Restinga, destacamos algumas respostas que suscitam importante reflexão:

- a) Tenho uma crítica institucional quanto a metodologia adotada pelo IFRS, não apenas o *campus* Restinga: deveria ser obrigatória a participação dos servidores em reuniões e debates sobre PDI, PA, PPI. Nos moldes como foi feito sobre a reforma da OD.

A proposta traz um aspecto interessante, dada a falta de servidores é normal a sobrecarga de trabalho, dessa forma os servidores conseguem participar de forma efetiva dos processos orçamentários? Tornar esses processos uma etapa fundamental e inclusa nas atribuições dos servidores, não tornariam mais efetivo os processos?

- b) Não. Mas penso que a participação fica prejudicada quando o limite orçamentário impede de atender as demandas da comunidade.

Ponto importante, a falta de interesse dos discentes pode estar ligado ao fato de os seguidos cortes orçamentário inviabilizarem alterações significativas no orçamento e dessa forma gerar a sensação de não terem ouvidas as suas propostas?

- c) Acho que deveria ser dialogado com cada curso, por turnos por exemplo. Inclusive explicando para os alunos as políticas da instituição e como elas são construídas. Uma escola necessita ser um espaço de conhecimento em diferentes vertentes. Logo, os educandos precisam saber sobre os custos da instituição. Assim como existe o impostômetro. Deveria ter em cada instituição os valores gastos com a manutenção do espaço público. Bem como, os

objetivos e metas a serem atingidas. Destacaria inclusive projetos que visem explorar a evasão escolar, êxito e permanência. Já que, o IFRS tem a oferta do auxílio escolar. Ou seja, quantos estudantes que recebem auxílio se formam por ano? Esse benefício social contribui ou não no êxito e permanência. Os valores gastos com a merenda suprem as necessidades dos estudantes? As políticas pedagógicas desenvolvidas estão a contento da comunidade educativa? Muitas indagações, entretanto, espero ter contribuído.

Importante reflexão aborda um formato de participação, bem como, propõe sua inclusão junto ou como um processo de ensino, de forma a incluir os alunos nas políticas e custos da instituição.

d) Sim, as demandas dos estudantes não são ouvidas.

Questão sensível que demanda atenção, é fundamental que a comunidade se sinta ouvida pela instituição, não se trata de ter demandas atendidas, mas sim a compreensão de que foram ouvidas e analisadas todas as questões levantadas, para isso é fundamental disponibilizar informações claras e acessíveis, desenvolver processos efetivos de comunicação e de transparência são a base para gerar o envolvimento e sentimento de participação por parte da comunidade escolar.

5.4 COMUNICAÇÃO

Neste item serão avaliadas nove questões (de números 10 a 18) que tem por objetivo identificar o nível de compreensão, acessibilidade e clareza das informações prestadas pela gestão do *campus* Restinga sobre o processo orçamentário.

Essas questões serão avaliadas de acordo com a escala de Likert, dessa forma os gráficos terão as seguintes siglas em sua apresentação:

DT – Discordo totalmente.

DP – Discordo parcialmente.

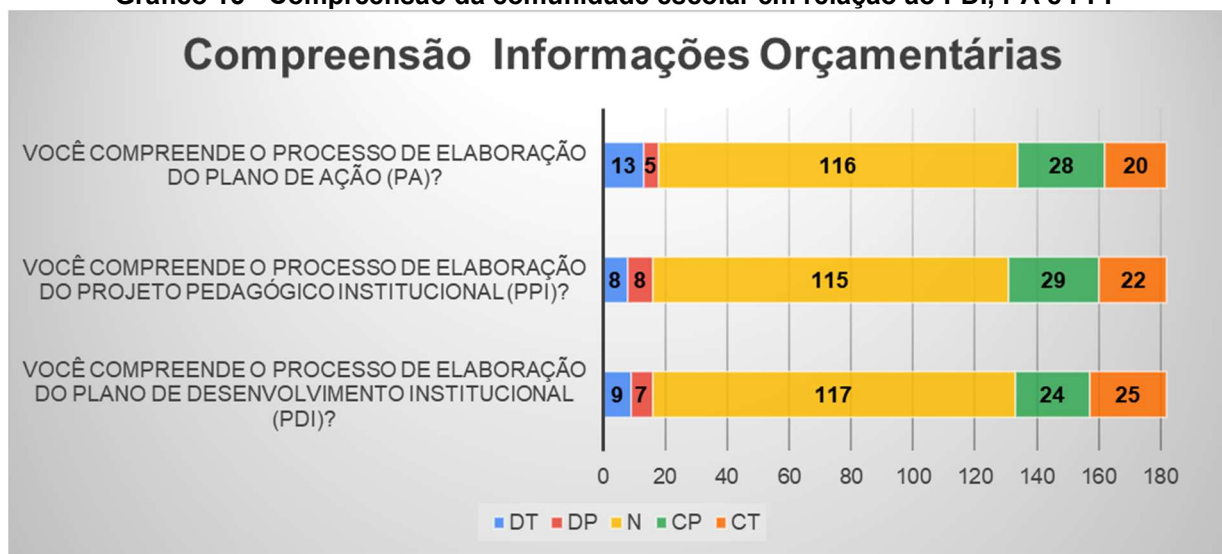
N – Não tenho opinião formada (neutro).

CP – Concordo parcialmente.

CT – Concordo totalmente.

Iniciamos a análise pela questão de números 10 a 12 partindo da amostra da comunidade escolar e passando por todos os segmentos participantes que responderam à pergunta: Você compreende o processo de elaboração do PDI, PPI e PA? O Gráfico 15 nos apresenta o posicionamento da comunidade escolar do *campus* Restinga.

Gráfico 15 - Compreensão da comunidade escolar em relação ao PDI, PA e PPI



A amostra indica uma posição neutra em relação a compreensão do processo orçamentário, tendo em vista que entre 115 e 117 participantes responderam não ter opinião formado sobre o assunto, é um índice alto, mas esperado, tendo em visto o baixo grau de participação e conhecimento levantado nas questões anteriores.

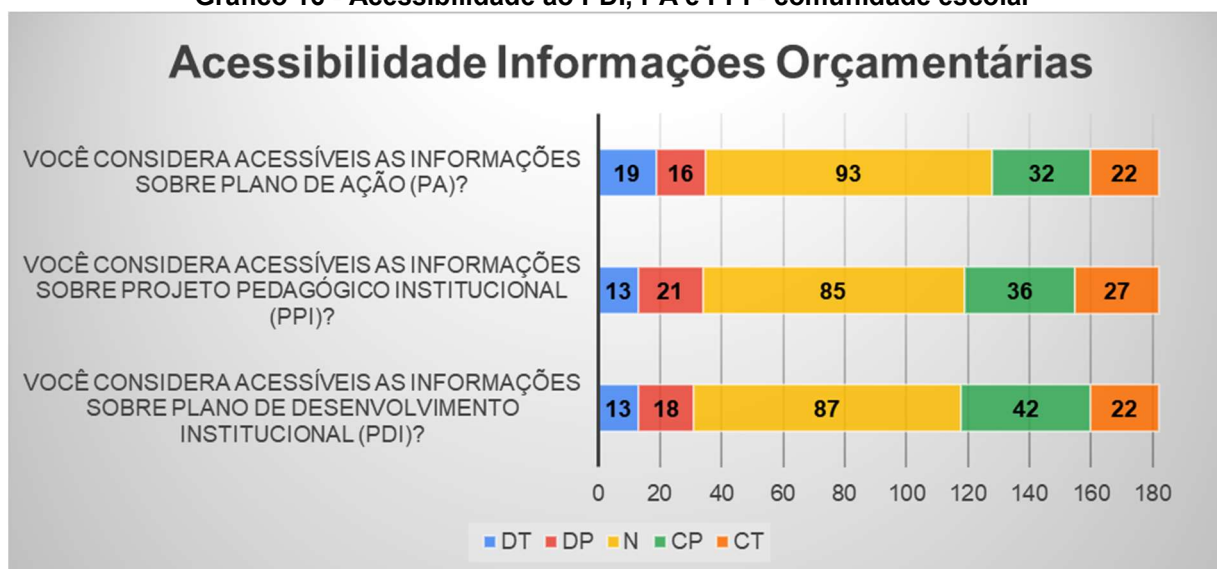
Em uma segunda análise, podemos perceber que as respostas com viés de concordância são bem superiores às com viés de discordância. Dessa forma, podemos perceber que, no universo daqueles que se envolvem nos processos orçamentários, a maior parte consegue obter compreensão dos mesmos.

É possível verificar um grande equilíbrio sobre as avaliações dos três processos orçamentários, considerando o somatório das avaliações de concordância e discordância. No polo discordando temos o PA 18 avaliações, PPI 16 avaliações e PDI 16 avaliações. Para o polo concordando temos o PA 48 avaliações, PPI 51 avaliações e PDI 49 avaliações.

As questões de números 13 a 15 abordam se o participante considera acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 16 abaixo demonstra a

composição das respostas da comunidade escolar do *campus* Restinga:

Gráfico 16 - Acessibilidade ao PDI, PA e PPI - comunidade escolar



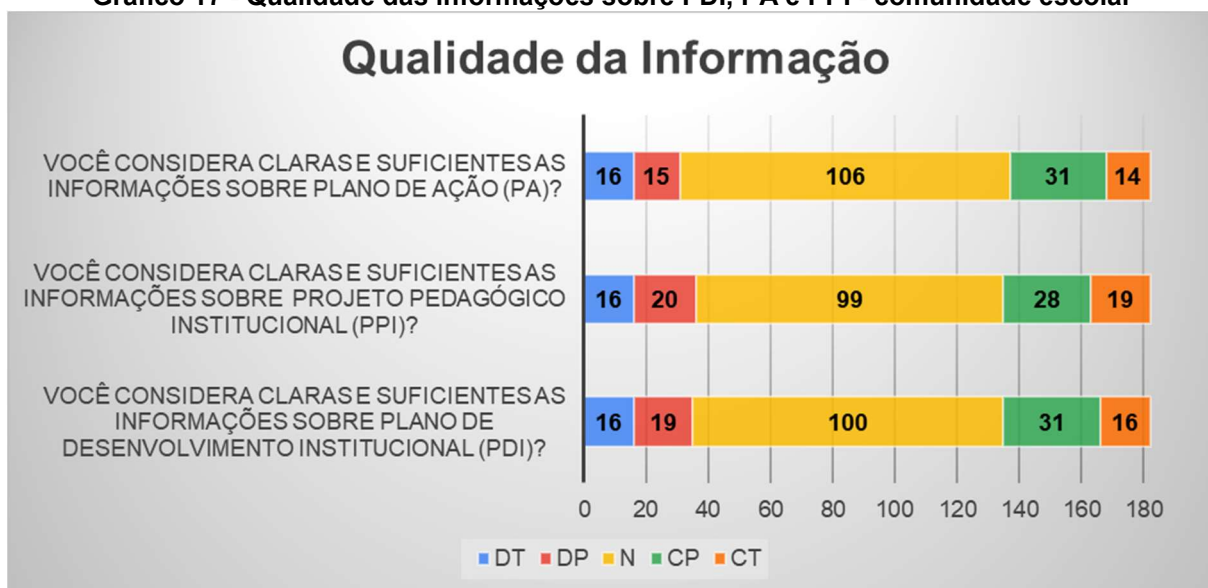
A amostra indica uma posição ainda majoritariamente neutra em relação a acessibilidade aos processos orçamentários, tendo em vista que entre 85 e 93 participantes responderam não ter opinião formado sobre o assunto, entretanto, notamos uma queda no seu índice e o aumento nas repostas que concordam ou discordam da acessibilidade as informações.

Esses dados indicam que embora haja pouca participação, há uma procura maior pela informação, resultando em um maior poder de opinião sobre o assunto.

Em uma segunda análise, podemos perceber que em números absolutos houve a manutenção das respostas com viés de concordância superiores às com viés de discordância. Entretanto, enquanto as de viés de discordância praticamente duplicaram em relação as questões de número 16 a 18 as de viés positivo oscilaram no máximo em 30,61 %. Dessa forma, podemos apurar que, a maioria dos participantes que na questão sobre a compreensão do processo orçamentária não tinham opinião formada, entendem que a as informações não são acessíveis.

As questões de números 16 a 18 abordam se o participante considera claras e suficientes as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 17 abaixo demonstra a composição das respostas da comunidade escolar do *campus* Restinga:

Gráfico 17 - Qualidade das informações sobre PDI, PA e PPI - comunidade escolar



Fonte: questionário.

A amostra indica uma posição ainda majoritariamente neutra em relação a qualidade da informação dos processos orçamentários, tendo em vista que entre 99 e 106 participantes responderam não ter opinião formada sobre o assunto, entretanto, notamos uma queda no seu índice e o aumento nas repostas que concordam ou discordam da acessibilidade as informações.

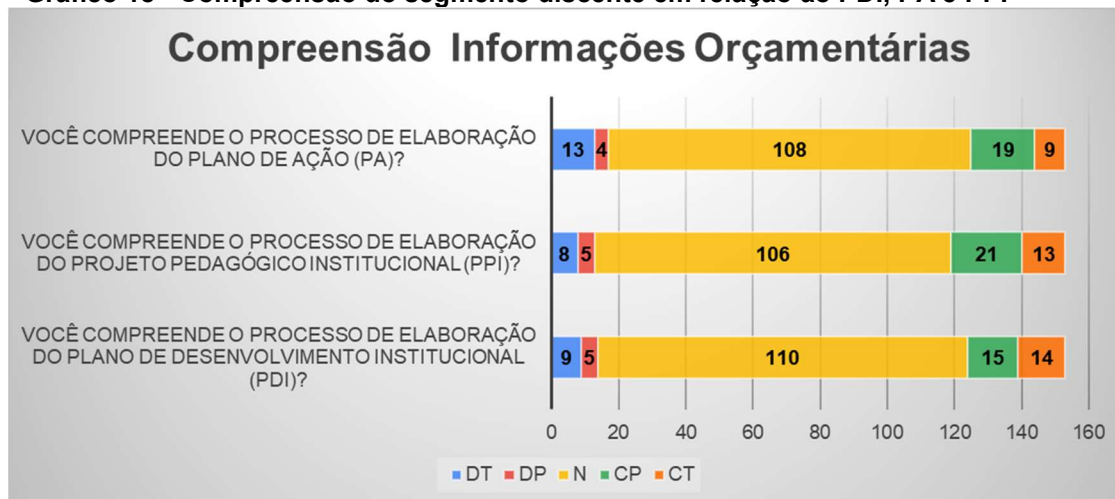
Como apontado na questão anterior é possível perceber que em números absolutos houve a manutenção das repostas com viés de concordância superiores às com viés de discordância. Entretanto, foi mantida a migração da maioria dos participantes que na questão sobre a compreensão do processo orçamentária não tinham opinião formada, entendem que a as informações não são claras e suficientes.

De um modo geral a prevalência da comunidade escolar em não ter uma opinião formada sobre o processo de comunicação está alinhada com o baixo grau de envolvimento já identificado nas questões anteriores, entretanto percebemos que as eventuais diminuições nessa prevalência foram em sua maioria absorvidas pelo viés de discordância, esse dado aponta para a necessidade de melhoria no processo de comunicação, a partir de uma comunicação mais acessível é possível aumentar o grau de participação da comunidade escolar nos processos de gestão.

Dando prosseguimento a análise por segmento foram avaliadas as questões de números 10 a 12 aplicadas junto ao segmento discente que responderam à pergunta: Você compreende o processo de elabora do PDI, PPI e PA? Gráfico 18

abaixo demonstra a composição das respostas do segmento discente do *campus* Restinga: Compreensão da comunidade escolar em relação ao PDI, PA e PPI.

Gráfico 18 - Compreensão do segmento discente em relação ao PDI, PA e PPI

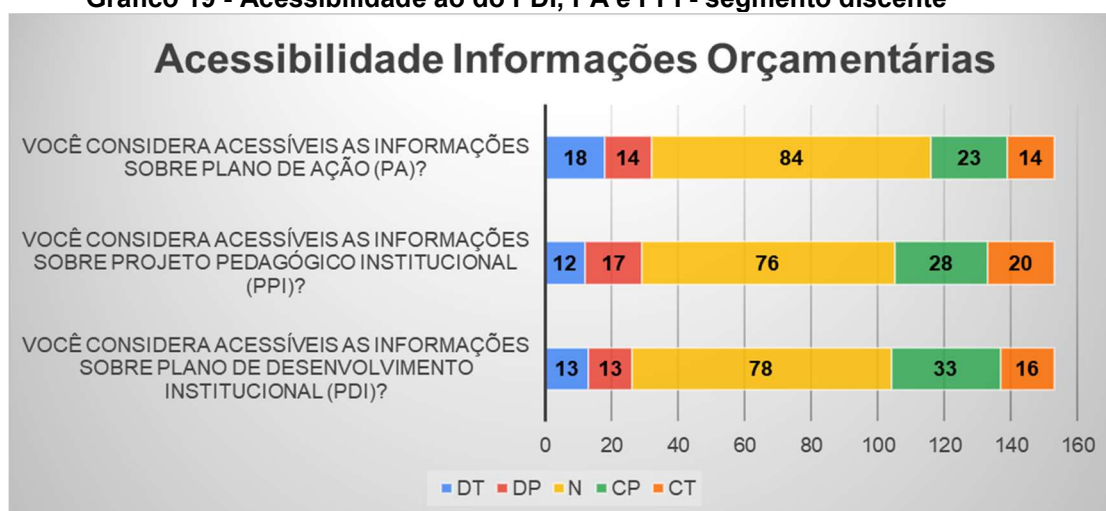


Em virtude de o segmento discente compor a maior parte da população participante, a amostra agora analisada mantém, assim como a anterior, uma posição neutra em relação a compreensão do processo orçamentário, tendo em vista que entre 108 e 110 participantes responderam não ter opinião formado sobre o assunto. É um índice alto, mas esperado, tendo em visto o baixo grau de participação e conhecimento levantado nas questões anteriores.

Em uma segunda análise, podemos perceber que as respostas com viés de concordância são bem superiores às com viés de discordância. Dessa forma, podemos identificar que, no universo daqueles que se envolvem nos processos orçamentários, a maioria consegue obter a compreensão dos mesmos.

Partimos para as questões de números 13 a 15, que abordam se os discentes consideram acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 19 abaixo demonstra a composição das respostas do segmento discente do *campus* Restinga:

Gráfico 19 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI - segmento discente



Fonte: questionário.

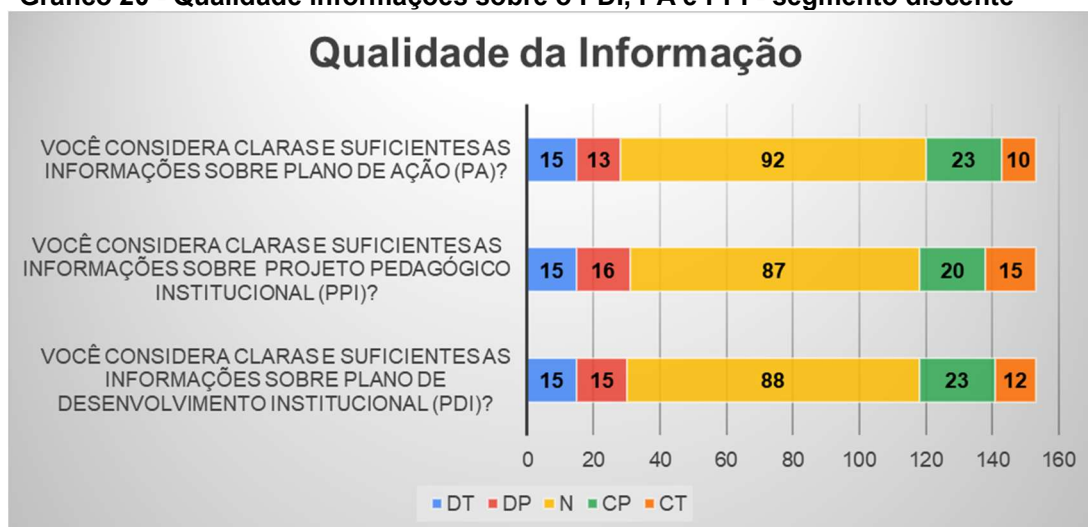
A amostra indica uma posição ainda majoritariamente neutra em relação a acessibilidade aos processos orçamentários, entretanto, houve significativa queda nesse viés diminuindo entre 22% e 29 % quando comparada a pergunta inicial que abordou a compreensão do processo orçamentário, tendo em vista que entre 76 a 84 dos discentes responderam não ter opinião formado sobre a acessibilidade. Essa queda foi distribuída entre as respostas de viés de discordância ou concordância de forma irregular, observamos que todas as opções tiveram incremento sem apontar uma tendência mais perceptível.

Podemos perceber que em números absolutos houve a manutenção das respostas com viés de concordância superiores às com viés de discordância.

Esses dados indicam que embora haja pouca participação, há uma procura maior pela informação, resultando em um maior poder de opinião sobre o assunto.

Analisamos as questões de números 16 a 18, que abordam se os discentes consideram claras e acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 20 abaixo demonstra a composição das respostas do segmento discente do *campus* Restinga:

Gráfico 20 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento discente

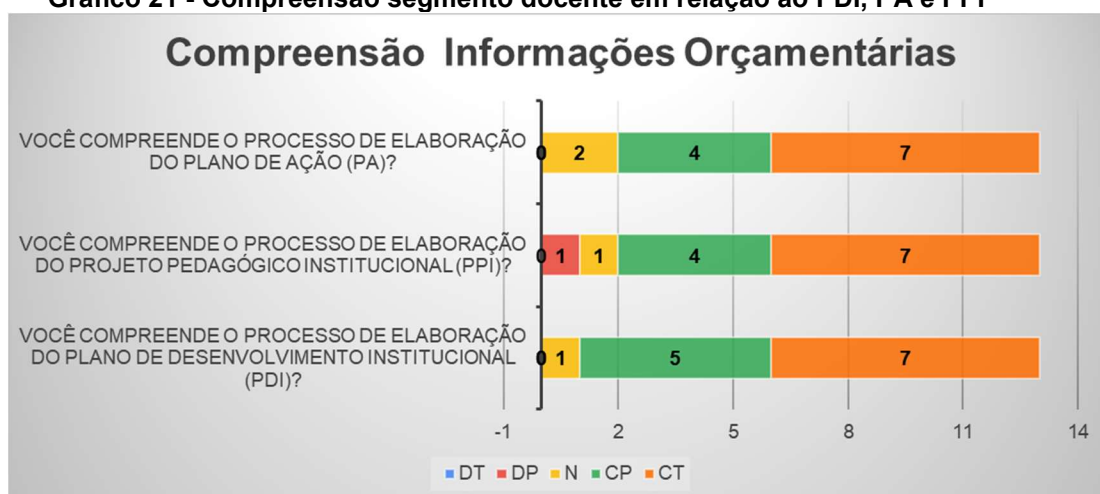


A amostra mantém posição ainda majoritariamente neutra em relação a clareza e suficiência das informações dos processos orçamentários, tendo em vista que entre 88 e 92 participantes responderam não ter opinião formada sobre o assunto, entretanto, notamos ligeiro aumento no seu índice, alimentado basicamente pela queda nas avaliações que concordam. As avaliações que discordam, ficaram praticamente estáveis em relação a pergunta.

Como apontado nas questões anteriores é possível perceber que em números absolutos houve a manutenção das respostas com viés de concordância superiores às com viés de discordância. Entretanto, como observado no parágrafo anterior houve queda nas avaliações que concordam, as quais migraram para opção não ter opinião formada sobre o assunto, esse dado aponta para a necessidade de melhoria no processo de comunicação, a fim de trazer maior clareza e suficiências nas informações sobre a gestão orçamentária.

Dando prosseguimento a análise por segmento foram avaliadas as questões de número 10 a 12 aplicadas junto aos docentes que responderam à pergunta: Você compreende o processo de elaboração do PDI, PPI e PA? O Gráfico 21 apresenta os dados levantados:

Gráfico 21 - Compreensão segmento docente em relação ao PDI, PA e PPI

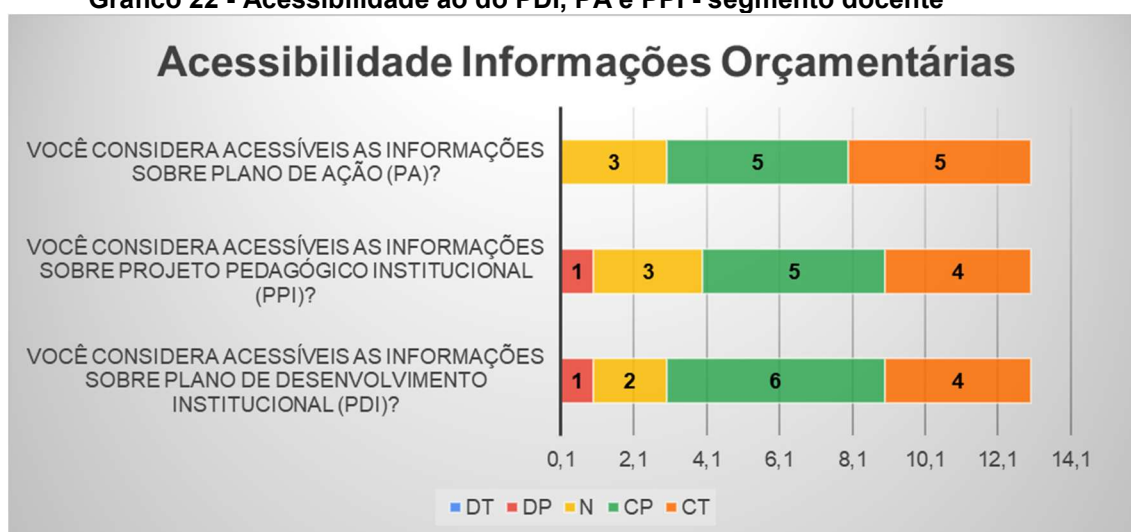


Fonte: questionário.

A amostra indica alto índice de compreensão por parte do segmento docente, sobre os processos de gestão orçamentária com impressionantes 11 a 12 respostas com viés de concordância e apenas uma resposta com viés de discordância. É possível identificar uniformidade nos conhecimentos, tendo em vista o equilíbrio das respostas para os três processos orçamentários.

Passamos a análise das questões de números 13 a 15, que abordam se os docentes consideram acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 22 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 22 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI - segmento docente



Fonte: questionário.

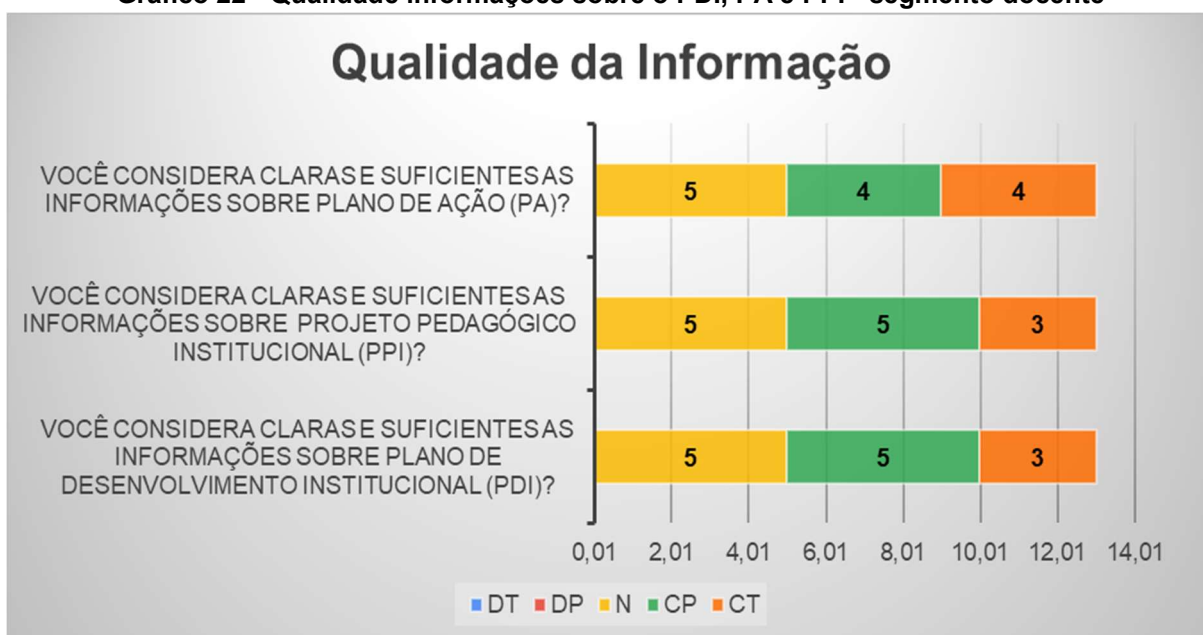
A amostra mantém o viés de concordância sobre a acessibilidade aos

processos de gestão orçamentária com 9 a 10 respostas que concordam com a questão. Porém ocorre um aumento nas respostas de viés neutro com a resposta de não ter opinião formada, bem como, as de viés discordante. Novamente observa-se a uniformidade nos conhecimentos, tendo em vista o equilíbrio das respostas para os três processos orçamentários.

Assim como identificado na análise geral e na do segmento discente, o segmento docente também aponta uma queda nas avaliações quando tratamos da acessibilidade as informações sobre os processos de gestão orçamentária.

Foram analisadas as questões de números 16 a 18, que abordam se os docentes consideram claras e acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 23 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 22 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento docente



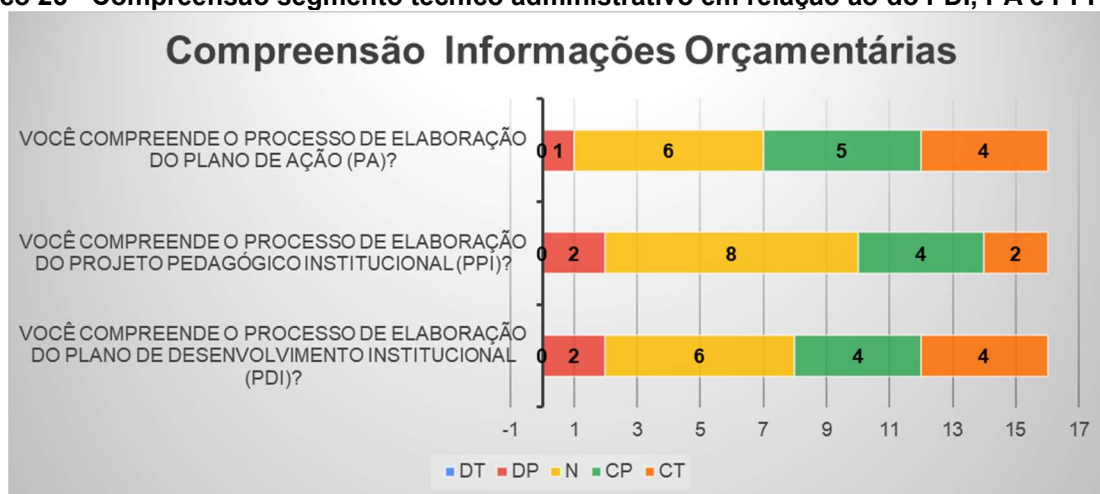
A amostra mantém o viés de concordância sobre a clareza e suficiência das informações sobre os processos de gestão orçamentária, com 8 respostas que concordam com a questão. Porém novamente ocorre um aumento nas respostas de viés neutro com a resposta de não ter opinião formada. Observa-se a manutenção da uniformidade dos conhecimentos do segmento docente, tendo em vista o equilíbrio das respostas para os três processos orçamentários.

As respostas do segmento docente de um modo geral são de concordância com a clareza e suficiência das informações sobre os processos de gestão

orçamentária, entretanto apontam para a necessidade de melhora, tendo em vista o número significativo de respostas de não ter opinião formada com até 38,36% das respostas do questionário.

As próximas análises foram efetuadas sobre as questões de números 10 a 12 aplicadas junto ao segmento técnico administrativo que responderam à pergunta: Você compreende o processo de elaboração do PDI, PPI e PA? O Gráfico 24 apresenta os dados levantados:

Gráfico 23 - Compreensão segmento técnico administrativo em relação ao do PDI, PA e PPI

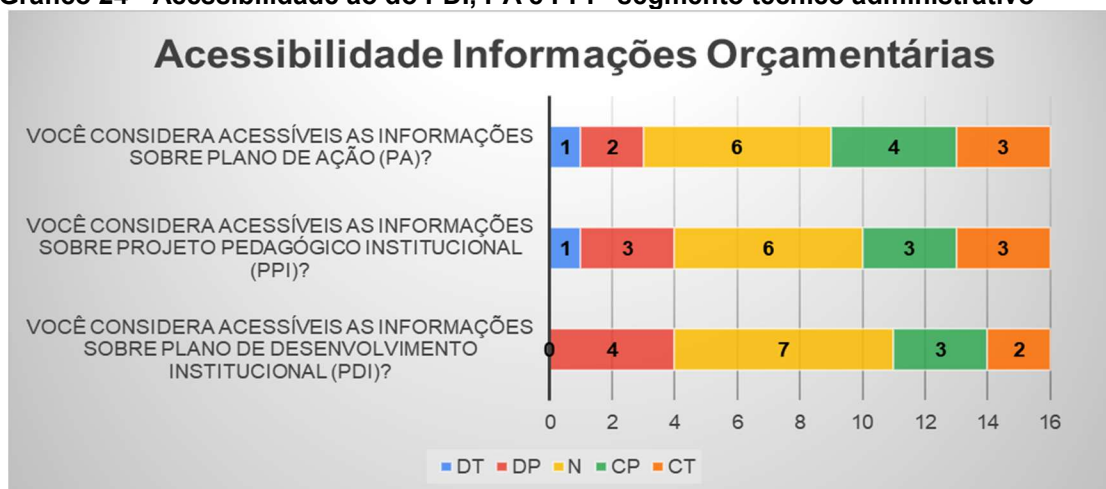


Fonte: questionário.

A amostra indica um viés de concordância, entretanto essa superioridade não é significativa, estando muito próximo do viés de não ter opinião formada, chegando a ser superado quando se trata da compreensão sobre o PPI. Diferente dos docentes, o segmento técnico administrativo também apresenta respostas junto ao viés de discordância, dessa forma, o segmento apresenta uma maior dificuldade de compreensão dos processos de gestão orçamentária, destacando-se a baixa compreensão junto ao PPI.

A baixa compreensão junto ao PPI aponta para a necessidade de um trabalho mais específico junto a esse segmento, pois é através da elaboração do PPI que projetamos o tipo de ensino a ser buscado pela instituição, tornando peça fundamental para a elaboração dos demais processos de gestão orçamentária.

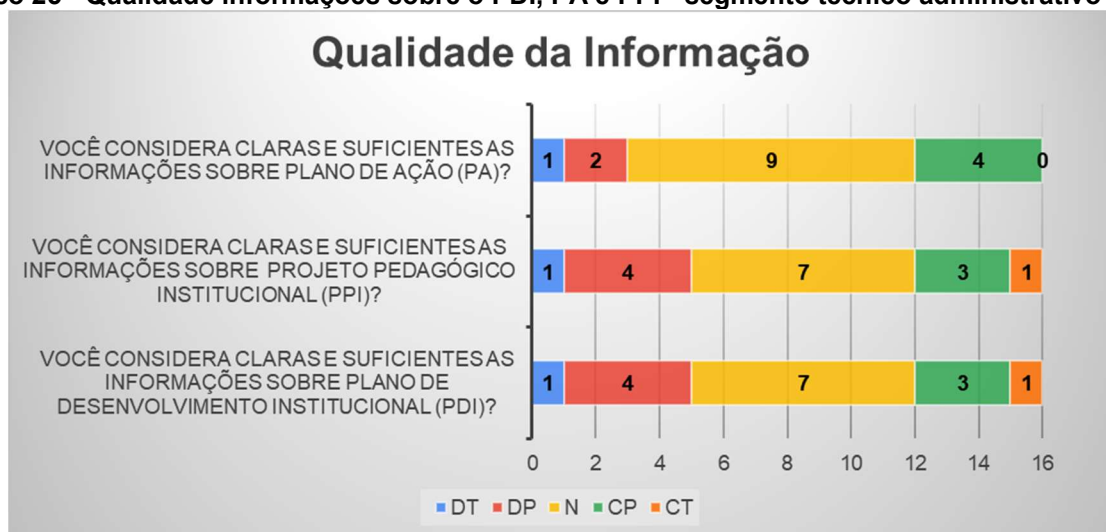
As questões de números 13 a 15, que abordam se os técnicos administrativos consideram acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, apontou a composição que o Gráfico 25 demonstra abaixo:

Gráfico 24 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI - segmento técnico administrativo

Fonte: questionário.

O segmento técnico administrativo mantém um equilíbrio entre os vieses de concordância e de não ter opinião formada, entretanto nota-se o crescimento do viés de discordância. Dessa forma apresenta uma maior dificuldade no acesso as informações dos processos de gestão orçamentária, com aumento da discordância juntos aos três processos de gestão orçamentária.

Serão analisadas as questões de números 16 a 18, que abordam se os técnicos administrativos consideram claras e acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 26 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 25 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - segmento técnico administrativo

Fonte: questionário.

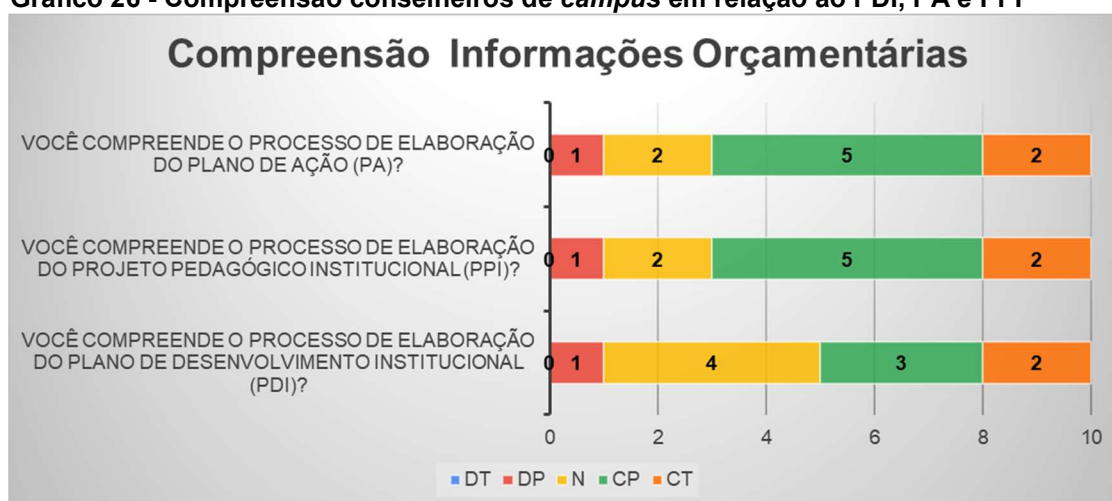
O segmento técnico administrativo mantém a percepção de aumento nas dificuldades, na avaliação da clareza e suficiência das informações. Temos o viés de concordância com os menores números, seguido pelo viés de discordância e encontrado os maiores números junto ao viés de não ter opinião formada.

Dessa forma compreende como baixa a qualidade das informações sobre os processos de gestão orçamentária, com um novo leve aumento da discordância juntos aos três processos de gestão orçamentária.

Um dado interessante é que o segmento encontra dificuldades também junto a elaboração e participação no PA, que teoricamente é um processo em que o segmento atua de forma mais constantes.

As próximas análises foram efetuadas sobre as questões de números 10 a 12 aplicadas junto aos conselheiros de *campus* que responderam à pergunta: Você compreende o processo de elaboração do PDI, PPI e PA? O Gráfico 27 demonstra a composição das respostas:

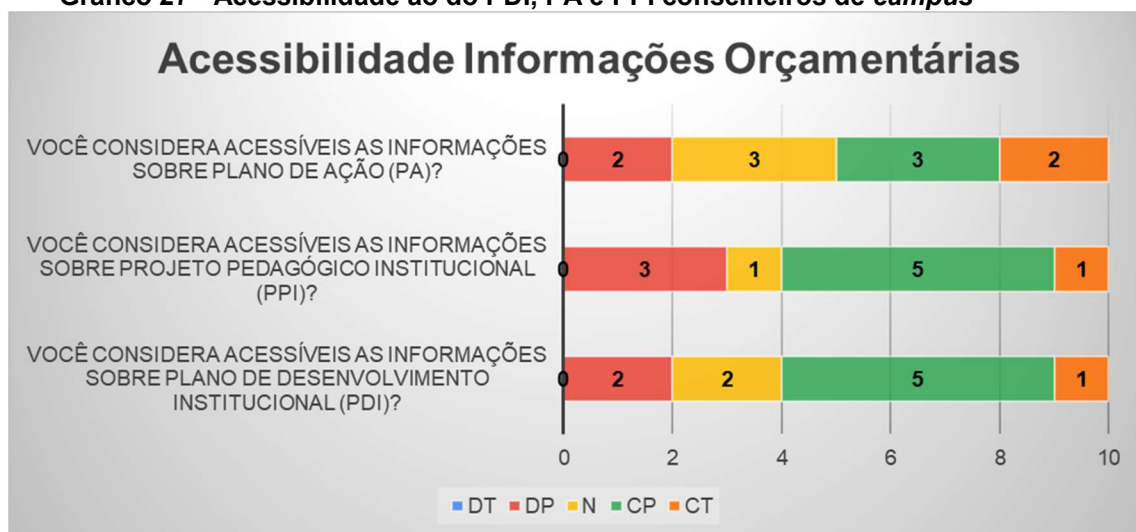
Gráfico 26 - Compreensão conselheiros de *campus* em relação ao PDI, PA e PPI



Fonte: questionário.

A amostra indica um bom nível de compreensão dos processos de gestão orçamentária, com a maioria dos participantes apontando um viés de concordância, esse dado é importante tendo em vista o grau de participação e a representatividade que caracterizam os conselheiros.

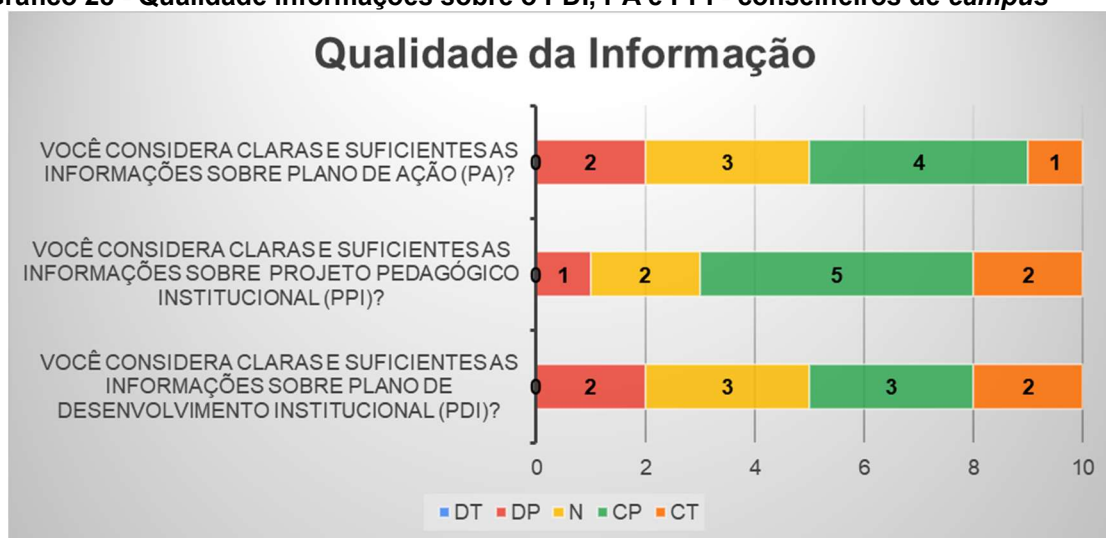
Foram analisadas as questões de números 13 a 15, que abordam se os conselheiros de *campus* consideram acessíveis as informações sobre o PPI, PA e PDI, o Gráfico 28 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 27 - Acessibilidade ao do PDI, PA e PPI conselheiros de *campus*

A amostra revela uma predominância do viés de concordância; entretanto, observou-se, de forma geral, um aumento no viés de discordância. Essa mudança ocorreu de maneira distinta entre os processos analisados. Nos casos do PA e do PPI, o incremento do viés de discordância foi acompanhado pela redução tanto do viés de ausência de opinião formada quanto do viés de concordância, indicando um aumento na participação dos respondentes e a identificação de dificuldades no acesso às informações.

No que se refere ao processo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), houve crescimento simultâneo nos vieses de concordância e discordância, ambos decorrentes da diminuição do viés de não ter opinião formada. Devido ao pequeno tamanho amostral e à dispersão dos dados, não foi possível determinar com precisão as causas dessa variação.

Foram analisadas as questões 16 a 18, que investigam se os conselheiros administrativos dos campi consideram as informações referentes ao PPI, PA e PDI claras e acessíveis. O Gráfico 29, apresentado a seguir, ilustra a composição das respostas obtidas.

Gráfico 28 - Qualidade informações sobre o PDI, PA e PPI - conselheiros de *campus*

As respostas obtidas sustentam a superioridade do viés de concordância, como nas demais perguntas, entretanto, se somados os dados das opções de discordância ou de não ter opinião formada chegamos há um índice de 50%, analisando sob o ponto de vista da importância dos conselheiros de *campus*, esse é um índice baixo de clareza e suficiência das informações sobre os processos de gestão orçamentária.

Ao finalizar o processo de análise das questões que envolvem como se dá a comunicação julgamos importante destacar que para composição da tabela de Likert a resposta de ‘não tenho opinião formada’ tem um caráter neutro, entretanto para a uma pesquisa que busca identificar a participação e compreensão sobre a gestão orçamentária do *campus* Restinga por parte da comunidade, esta resposta possui uma tendência negativa, pois indica a falta de conhecimento ou desinteresse por determinado assunto, dessa forma para esta pesquisa essa resposta será considerada como um aspecto que merece melhoria.

Realizada essa consideração podemos destacar os seguintes pontos:

- 1) Tendo em vista a participação quase inexistente do segmento discente nos processos de gestão orçamentária do *campus* restinga, as respostas as questões sobre compreensão, acessibilidade e qualidade da informação apontaram naturalmente para altos índices de não ter opinião formada ou de viés de discordância, dessa forma é necessário um trabalho específico junto a este segmento que é a maior população da comunidade escolar

venha a participar efetivamente dos processos e possamos ter efetivamente uma gestão democrática.

- 2) Os segmentos discentes e técnico administrativo apresentaram bons níveis de compreensão, entretanto quando abordados sobre a acessibilidade e qualidade da informação apontaram que estes processos necessitam de melhora.
- 3) Junto ao segmento conselheiro de campos a ausência de participação dos conselheiros que representam a comunidade externa, pode ser um problema, o qual indica a necessidade de um trabalho específico junto a esses representantes. Este segmento apresentou boa compreensão sobre os processos orçamentários, entretanto a questões sobre acessibilidade e qualidade das informações apresentando percentuais entre 40% e 50% dos participantes indicando não ter opinião formada ou de viés de discordância, são índices altos para o grau de participação dos conselheiros no processo e a sua representatividade junto à comunidade escolar. Esses números reforçam os dados apresentados pelos segmentos docentes e técnicos administrativos.

5.5 CAPACITAÇÃO

Essa etapa avalia três questões (de números 19 a 21) que tem por objetivo identificar como a comunidade escolar do *campus* Restinga percebe seu nível de conhecimento com vistas a participação na gestão orçamentária. Essas questões serão avaliadas de acordo com a escala de Likert, dessa forma os gráficos terão as seguintes siglas em sua apresentação:

DT – Discordo totalmente.

DP – Discordo parcialmente.

N – Não tenho opinião formada (neutro).

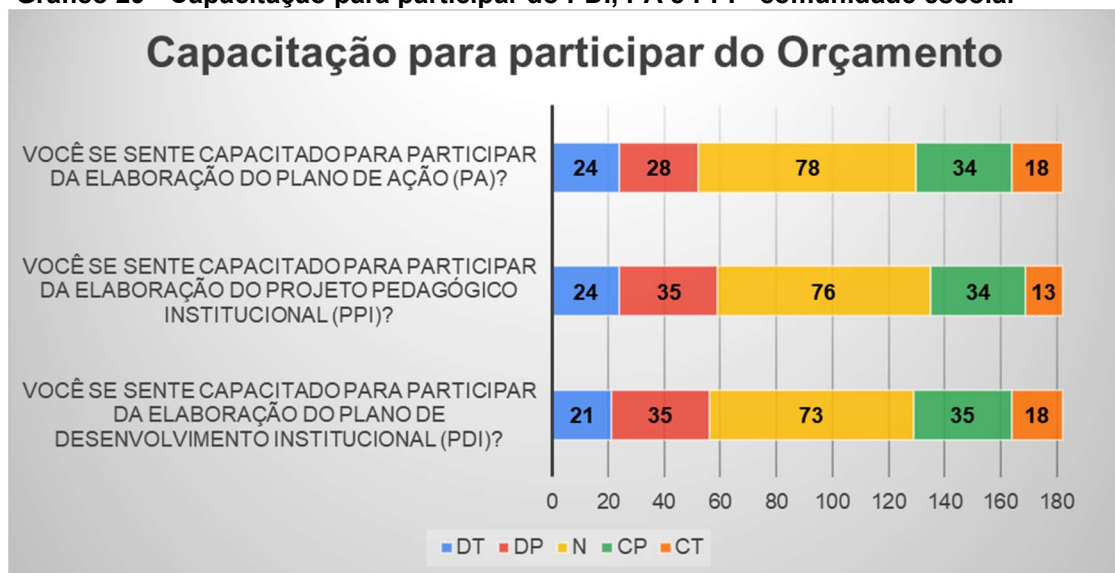
CP – Concordo parcialmente.

CT – Concordo totalmente.

Iniciamos análise pela população total do questionário, para posteriormente analisar os dados por segmento participante da pesquisa, o gráfico abaixo aponta os

números obtidos para a questão aplicada a toda comunidade escolar: Você se sente capacitado para participar da elaboração do PA, PPI e PDI? O Gráfico 30 apresenta os dados coletados:

Gráfico 29 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - comunidade escolar



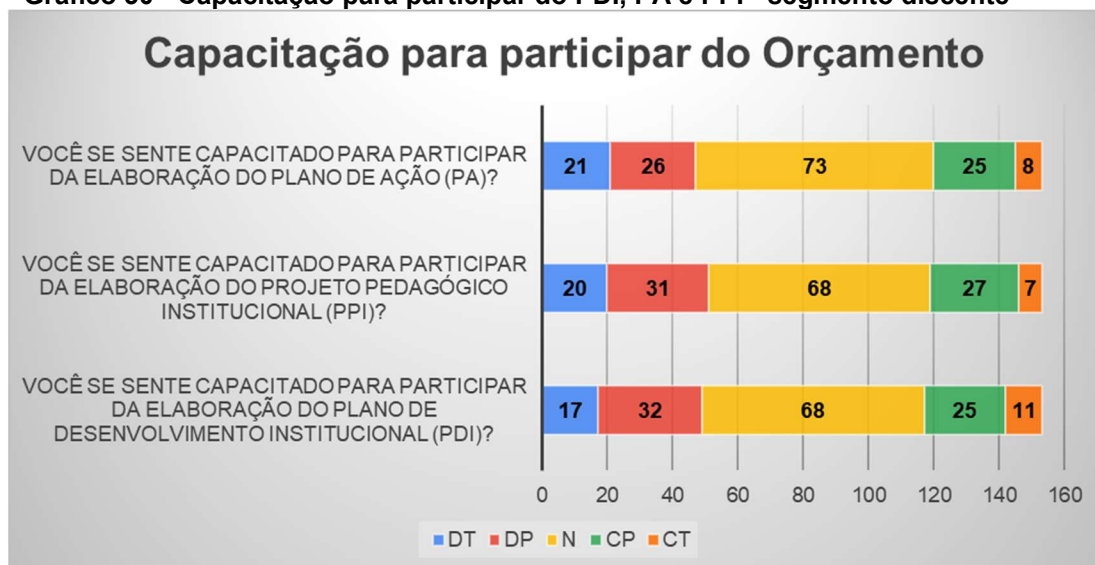
Fonte: questionário.

A amostra indica uma posição neutra em relação a capacidade de participar no processo orçamentário, tendo em vista que entre 73 e 78 participantes responderam não ter opinião formada sobre o assunto, seguido pelo viés de discordância que é um pouco superior ao de concordância. É um índice alto, mas esperado, tendo em visto o baixo grau de participação e conhecimento levantado em questões anteriores.

É possível verificar um grande equilíbrio sobre as avaliações do PA e PDI, considerando o somatório das avaliações de concordância e discordância. No polo discordando temos o PA 52 avaliações e PDI 56 avaliações. Para o polo concordando temos o PA 52 avaliações e PDI 53 avaliações. O PPI é a exceção dos processos de gestão orçamentária, pois o polo discordando tem 59 avaliações e o polo concordando tem 47 avaliações, tal variação é justificando tendo em vista que entre os três processos de gestão orçamentária o PPI é o de menos informações disponíveis nos canais institucionais. São números representativos que podem indicar uma necessidade de investimento em capacitação junto à comunidade escolar.

Apresentamos a análise das questões de números 19 a 21, que abordam se os discentes do *campus* Restinga se sentem capacitados para participar da elaboração do PA, PPI e PDI. O Gráfico 31 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 30 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - segmento discente



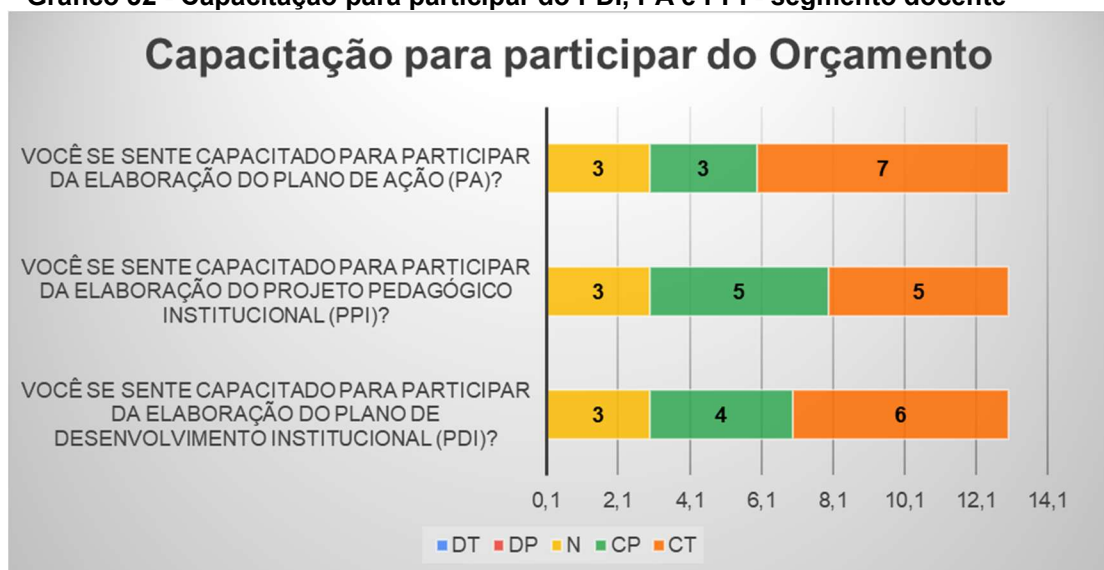
Fonte: questionário.

Os discentes representam a maior fatia dos participantes do questionário, dessa forma é natural que os números obtidos sejam semelhantes à da questão anterior que trata de toda população da pesquisa, por este motivo é natural a manutenção do viés neutro com a resposta não tenho opinião formada, seguido pelo viés de discordância que é um pouco superior ao de concordância, percebe-se a diminuição nos números totais, mas mantida a ordem de capacitação junto aos processos.

Percebe-se a manutenção da tendência de necessidade de uma maior capacitação, tendo em vista os baixos índices do viés de concordância.

Apresentamos a análise das questões de números 19 a 21, que abordam se os docentes do *campus* Restinga se sentem capacitados para participar da elaboração do PA, PPI e PDI. O Gráfico 32 abaixo demonstra a composição das respostas:

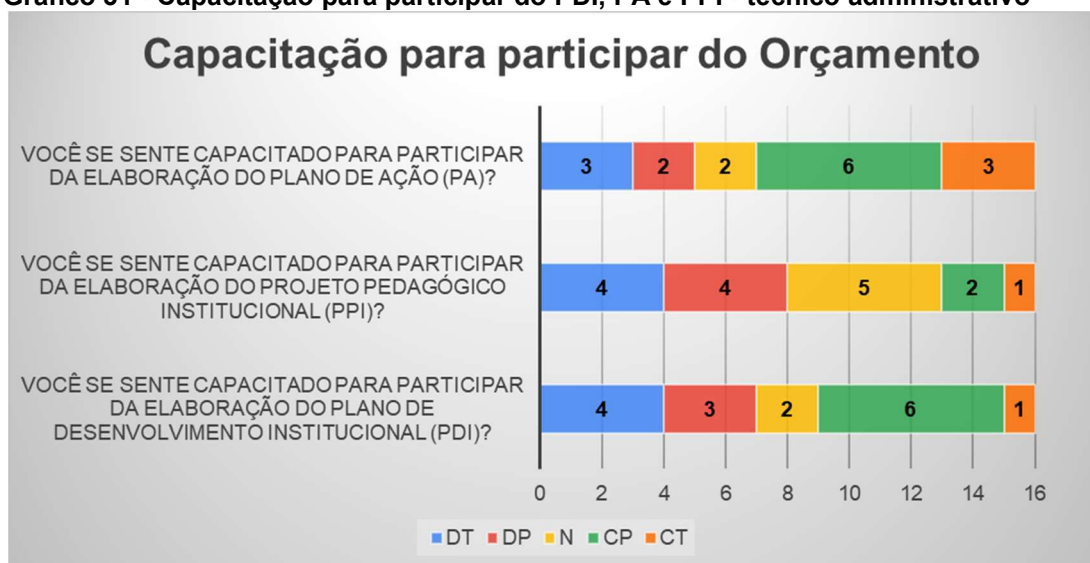
Gráfico 32 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - segmento docente



A amostra do segmento demonstra um ótimo nível de capacitação com o viés de concordância em 76,92% das respostas e não tendo nenhuma resposta com viés de discordância, esses números permitem ao segmento uma participação segura e com boa contribuição.

Os dados apontam para um bom equilíbrio entre os conhecimentos dos três processos de gestão orçamentária, trazendo número muito próximos em todos os processos de gestão orçamentária.

Apresentamos a análise das questões de números 19 a 21, que abordam se os técnicos administrativos do *campus* Restinga se sentem capacitados para participar da elaboração do PA, PPI e PDI. O Gráfico 33 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 31 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - técnico administrativo

Diferente do segmento docente que apresenta uma regularidade nas respostas sobre a capacidade de participação, o segmento técnico administrativo apresenta variação em suas repostas, trazendo número diferentes para cada um dos processos de gestão orçamentária.

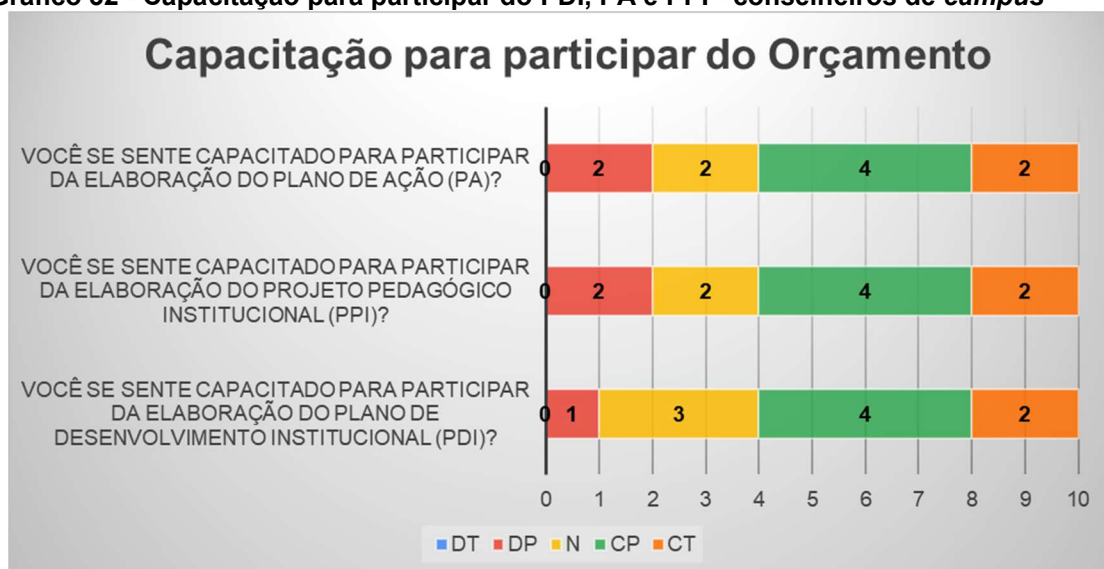
O processo de gestão orçamentária referente ao PA possui o maior viés de concordância, sendo e de maior número em termos absolutos, o que de certa forma é natural tendo em vista que este segmento tem maior contato com o tema em seu dia a dia, entretanto em segundo lugar vêm as respostas de viés negativo, o que pode apontar a necessidade de um reforço nesse tema junto ao segmento.

O processo de gestão orçamentária referente ao PPI apresenta números opostos ao PA por exemplo, a amostra indica um viés de discordância maior, vindo em segundo lugar as respostas de viés neutro com a resposta de não tenho opinião formada e em último lugar as com viés de concordância, dessa forma, fica clara a limitação do segmento em discutir o tema PPI, situação já pontada em questões anteriores.

E por último processo de gestão orçamentária referente ao PDI que apresenta números semelhantes entre o viés de concordância e de discordância deixando esse processo em um equilíbrio que dificulta a interpretação dos dados, o que é um fato interessante tendo em vista que após a análise das informações institucionais o PDI é o processo que goza de maior publicidade e material de consulta, dessa forma deveria ter a tendência a uma posição mais clara sobre o assunto.

Apresentamos a análise das questões de números 19 a 21, que abordam se os conselheiros do *campus* Restinga se sentem capacitados para participar da elaboração do PA, PPI e PDI. O Gráfico 34 abaixo demonstra a composição das respostas:

Gráfico 32 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI - conselheiros de *campus*



Fonte: questionário.

O segmento dos conselheiros tem mantida a regularidade de manter suas respostas com superioridade do viés de concordância, como nas demais perguntas, entretanto, se somados os dados das opções de discordância ou de não ter opinião formada chegamos há um índice de 40%, analisando sob o ponto de vista da importância dos conselheiros de *campus*, esse é um índice que merece atenção no sentido de buscar reforçar o conhecimento dos processos de gestão orçamentária.

As análises sobre a capacitação da comunidade escolar do *campus* Restinga para o envolvimento junto aos processos de gestão orçamentária, identificou a necessidade da gestão do *campus* Restinga investir mais na capacitação de sua comunidade escolar, dos segmentos analisados apenas os docentes apresentaram um bom nível de capacitação, os demais segmentos apontaram para a necessidade de maior capacitação.

Finalizadas as análises sobre as respostas da comunidade escolar do *campus* Restinga, observados os apontamento deste pesquisador sobre a informações disponibilizadas pela gestão do *campus* Restinga, bem como o formato de elaboração dos processos orçamentários e levantados os conceitos e formatos de gestão

democrática junto aos estudiosos do tema, podemos responder à questão que direcionou este estudo: O modo como a administração do IFRS, *campus* Restinga, compartilha as informações sobre o processo orçamentário, possibilita à comunidade compreender e participar ativamente da gestão orçamentária do *campus*?

A resposta encontrada, a partir da pesquisa realizada, é de que as informações são insuficientes. Atualmente as informações orçamentárias estão desorganizadas e abordadas de forma superficial. Os processos de participação ocorrem de forma basicamente consultiva, sem discussão aprofundada, e não há um retorno a comunidade escolar. Embora existam espaços disponibilizados para a participação, não há um trabalho efetivo voltado ao envolvimento real da comunidade escolar na gestão orçamentária do *campus* Restinga.

Com base nesses apontamentos, elaboramos um produto educacional que reorganiza as informações, as disponibiliza de forma mais qualificada e busca incentivar a participação nos processos de gestão orçamentária, de acordo com o canal de comunicação escolhido pela comunidade escolar do *campus* Restinga.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com o documento de área CAPES nº. 46, o produto educacional é entendido como:

[...]produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores ou outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. Serão considerados produtos educacionais aqueles que tenham aderência ao Ensino e alinhadas à proposta, [...] (Brasil, 2023, p. 11).

Dessa forma compreende-se que o Produto Educacional tem como objetivo facilitar o processo de aprendizagem, promovendo novas formas de reflexão por meio da análise crítica do conteúdo. O Produto Educacional foi desenvolvido a partir da pesquisa que resultou na dissertação do mestrado profissional, atuando como um complemento, mas também com caráter independente.

A fim manter conexão com a pesquisa, a proposta inicial do Produto Educacional foi revista e ajustada, considerando que o questionário aplicado junto à comunidade escolar do *campus* Restinga apontou para dificuldades de acesso e compreensão das informações de gestão orçamentária, além de um expressivo desinteresse pelo tema por parte dos discentes.

A proposta inicial de criar uma guia sobre a processo de elaboração e execução orçamentária do IFRS, *campus* Restinga, foi repensada. A alteração do produto educacional foi embasada no questionário diagnóstico, apresentado no Apêndice A, que proporcionou informações adicionais para aprimorar a maneira como o tema da pesquisa deveria ser abordado.

O questionário revelou dados importantes como a preferência da comunidade escolar do *campus* Restinga por informações e participação por meios digitais, apontando um grande interesse por processos via site institucional ou e-mail institucional. Também apontou dificuldades no acesso e na compreensão das informações sobre gestão orçamentária, além de um preocupante desinteresse da comunidade discente no envolvimento com o tema gestão orçamentária.

Os dados mostram a importância de adotar uma nova abordagem na oferta de informações claras e acessíveis sobre a gestão orçamentária nesse contexto específico, de modo a atender às necessidades da comunidade escolar do *campus* Restinga.

Considerando esses apontamentos, o produto educacional foi reformulado e passou a se estruturar em duas frentes principais. A primeira consiste na reestruturação do site institucional, com o intuito de melhorar a acessibilidade e a qualidade das informações disponibilizadas pelo *campus* Restinga. A segunda tem como foco estimular a participação da comunidade escolar do *campus* Restinga por meio de vídeos institucionais que apresentem, de forma simples, informações básicas sobre a gestão orçamentária e os canais de acesso a esses dados.

A primeira frente foi desenvolvida com alguns princípios como, centralização das informações de gestão orçamentária, conforme figura abaixo:

Figura 14 - Centralização informações



Fonte: elaborado pelo autor.

Com essa alteração do site institucional todas as informações ligadas a gestão orçamentária ficam centralizadas na aba de Desenvolvimento Institucional (até então eram disponibilizadas em duas abas), sendo dividida em três grandes grupos, a Coordenação de Desenvolvimento Institucional que contém informações sobre o setor e formas de contato, o Planejamento Estratégico que contém conceitos, informações e acessos aos diversos processos de gestão orçamentária do IFRS *campus* Restinga e a Avaliação Institucional que contém o conceito e os relatórios de avaliação institucional.

Conforme a figura 15 a nova aba "Planejamento Estratégico" contém as informações sobre PDI, PA, PLS, RAR e Relatório de Gestão Anual, bem como a inclusão da aba "Saiba Mais" que aprofunda as informações sobre cada um dos relatórios orçamentários em um só lugar.

Figura 15 - Informações aba Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico ✓
Saiba Mais
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
Plano de Ação
Plano de Logística Sustentável (PLS)
Relatório de Gestão Anual
Relatório de Ações e Resultados

Fonte: elaborado pelo autor.

A aba *Saiba Mais* reúne definições e informações detalhadas sobre todos os relatórios de gestão orçamentária, proporcionando à comunidade escolar do *campus* Restinga um maior entendimento dos processos envolvidos. Além disso, disponibiliza os links de acesso para a elaboração desses relatórios ou para a consulta de seus dados.

Há também a inclusão de informações ou conceitos básicos sempre que o usuário efetua o acesso a um dos processos ou relatórios de gestão orçamentária, conforme exemplo abaixo:

Figura 16 - Texto introdutório padrão telas de acesso ex: Plano de Ação

O Plano de Ação apresenta o planejamento das ações da Reitoria e dos campi do IFRS, o que inclui o *Campus* Restinga. Sua execução se dá no ano seguinte ao de sua elaboração sendo aprovado através de uma Resolução do Conselho Superior. O processo é coordenado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e pelos gestores de Desenvolvimento Institucional de cada *campus*.

Os objetivos estratégicos do IFRS estão centrados na melhoria da qualidade e oferta do ensino, fortalecimento da pesquisa e da extensão, ampliação da infraestrutura, entre outros. Para alcançar tais objetivos, o IFRS anualmente apresenta um planejamento de ações táticas e operacionais alinhadas com a missão e visão da instituição. Este plano de ação apresenta um conjunto de iniciativas que visam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos de forma a contemplar as necessidades identificadas e aproveitar as oportunidades existentes. Além disso, especifica os recursos necessários e a programação orçamentária de funcionamento, investimentos e resoluções do Consup

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa forma de organização das informações permite que a comunidade escolar tenha sempre acesso a um conteúdo básico e introdutório sobre o relatório ou processo que deseja consultar, possibilitando uma breve compreensão do tema, facilitando a navegação e tornando o acesso às informações mais fluido e direcionado ao que o usuário realmente busca.

A segunda frente foi trabalhada com a elaboração de quatro vídeos institucionais de pequena duração, três deles trazem informações básicas e conceito sobre os principais processos de gestão orçamentária e incentivam a participação da comunidade escolar (PA, PDI e PPI); e um trás o passo a passo para acessar as informações sobre gestão orçamentária do *campus* Restinga, após realização das alterações sugeridas pela pesquisa.

Os vídeos elaborados estão disponíveis na plataforma EduCAPES no link <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000929>, no site institucional do *campus* Restinga e deverão ser enviados via e-mail institucional sempre que iniciar o período de elaboração de um dos Planos do IFRS *campus* Restinga. Os vídeos buscam incentivar a participação da comunidade escolar e instruir o acesso as informações e processos disponibilizados pela instituição.

Essas duas frentes têm como objetivo atender às demandas apontadas pelo questionário aplicado junto à comunidade escolar do *campus* Restinga, que demonstrou preferência pelas formas de participação digitais ou online. Nesse sentido, o produto educacional foca em melhorias no site institucional e na utilização do e-mail institucional para o envio de vídeos das informações, alinhando-se aos formatos de comunicação considerados mais eficazes e acessíveis pela comunidade.

6.2 APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido foi disponibilizado via processo digital, no período de 13/05/2025 a 27/05/2024, de acordo com preferência apontada pelo questionário de pesquisa, para isso foram elaborados vídeos contendo informações sobre o PA, PDI e PPI, esses vídeos contém informações básicas sobre o processo, a importância de participar e forma de acessar os processos, além desses foi elaborado um quarto vídeo contendo o formato atual de acesso as informações disponíveis no site do *campus* Restinga, bem como a proposta de alteração do site para maior fluidez e qualificação da informações para a comunidade escolar. O

material foi encaminhado via e-mail institucional do campus Restinga juntamente com questionário de avaliação do Produto Educacional proposto. Foram obtidas quarenta e três respostas o gráfico 33 demonstra sua composição.

Gráfico 33 - Participação Questionário Produto Educacional



Fonte: questionário avaliação PE.

A pesquisa apontou pouca participação da comunidade escolar e falta de interesse em participar, após a aplicação do PE o gráfico 34 aponta as respostas a questão “Os vídeos despertam (ou podem) interesse em participar da elaboração do”

Gráfico 34 – Interesse em participar do processo orçamentário- após aplicação PE



Fonte: questionário avaliação PE.

As respostas a questão apontam para uma significativa aceitação dos vídeos por parte da comunidade escolar, despertando maior interesse em todos os processos orçamentários do *campus* Restinga, a ferramenta apontada pela própria comunidade obteve ótima aceitação.

Para avaliar a parte do educacional que visa a melhoria nas informações prestadas no site institucional do *campus* Restinga, foram elaboradas questões que buscam identificar se houve melhoria nos processos de compreensão, acessibilidade e clareza das informações prestadas pela gestão do *campus* Restinga sobre o processo orçamentário.

Essas questões serão avaliadas de acordo com a escala de Likert, dessa forma os gráficos terão as seguintes siglas em sua apresentação:

DT – Discordo totalmente.

DP – Discordo parcialmente.

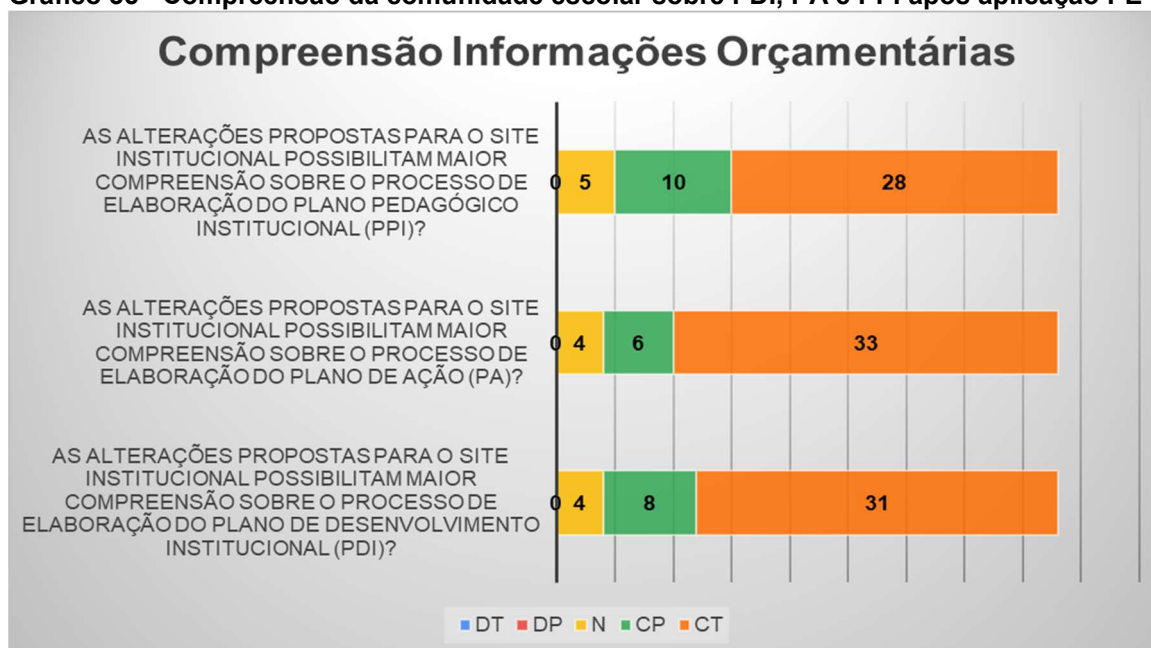
N – Não tenho opinião formada (neutro).

CP – Concordo parcialmente.

CT – Concordo totalmente.

O gráfico 34 aponta a composição das respostas da comunidade escolar a questão “As alterações propostas para o site institucional do *campus* Restinga possibilitam maior compreensão sobre o processo de elaboração...?”

Gráfico 35 - Compreensão da comunidade escolar sobre PDI, PA e PPI após aplicação PE

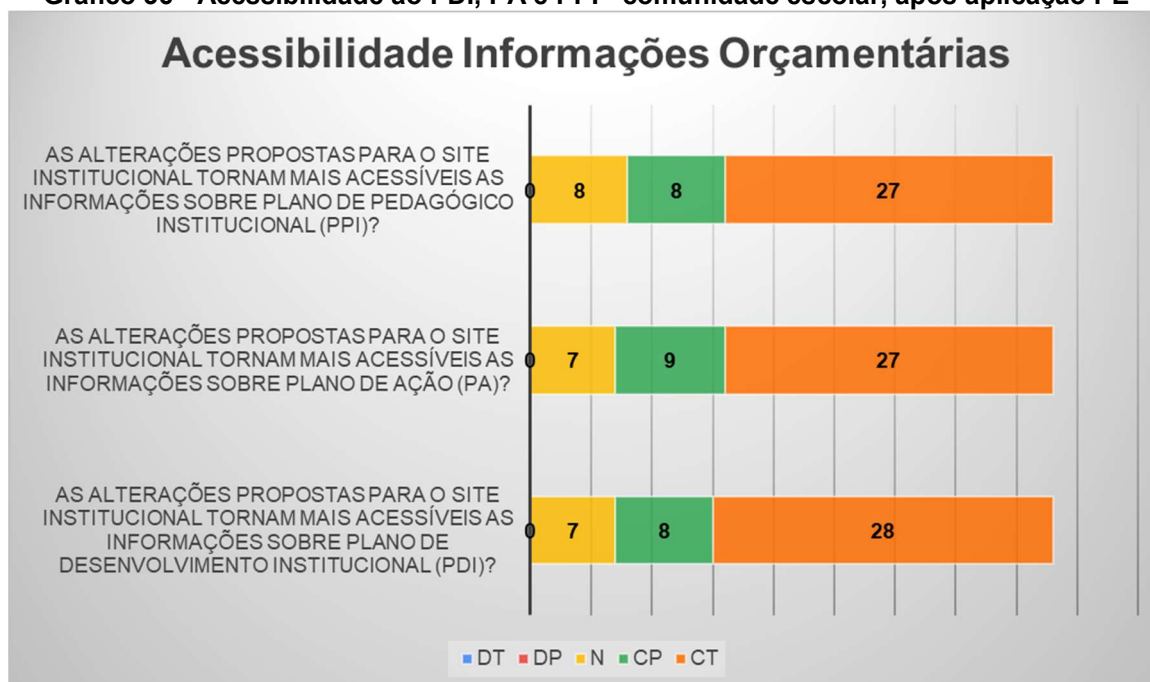


Fonte: questionário avaliação PE.

Os dados apontam para uma melhoria significativa, com diminuição na avaliação neutra(N), aliada ao aumento da avaliação concordo totalmente(CT).

O gráfico 35 aponta a composição das respostas da comunidade escolar a questão “. As alterações propostas para o site institucional do *campus* Restinga tornam mais acessíveis as informações sobre...? ”

Gráfico 36 - Acessibilidade ao PDI, PA e PPI - comunidade escolar, após aplicação PE

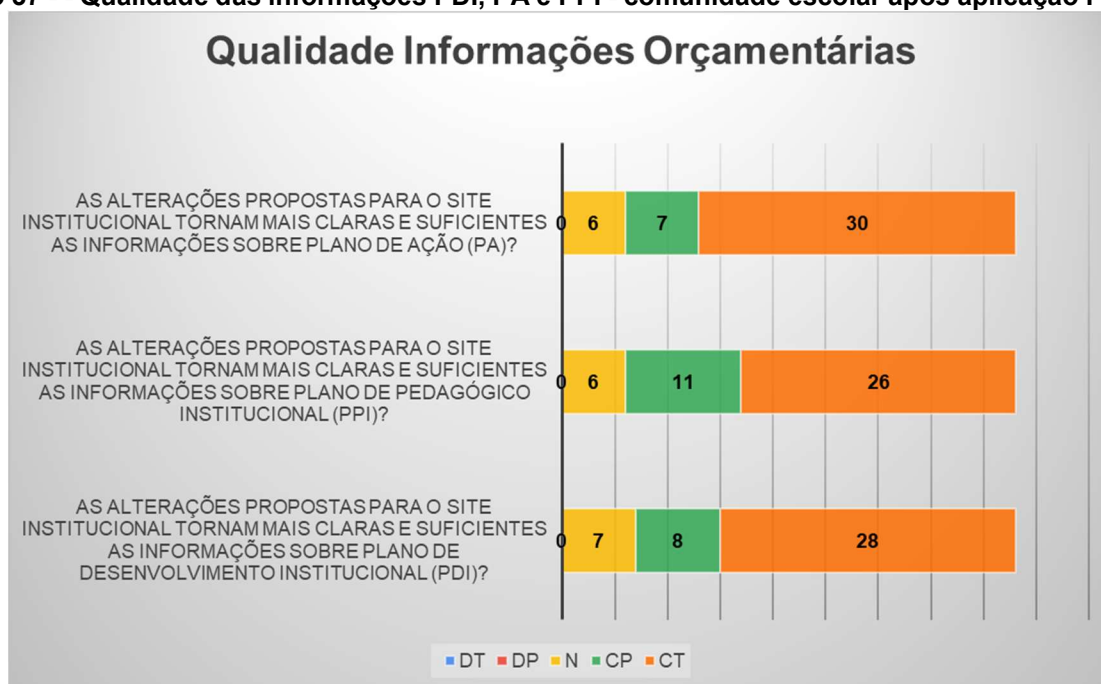


Fonte: questionário avaliação PE.

Os dados apontam para uma melhoria significativa, com diminuição na avaliação neutra(N), aliada ao aumento da avaliação concordo totalmente(CT), percebe-se uma realtiva permanência na avaliação concordo parcialmente(CP).

O gráfico 36 aponta a composição das respostas da comunidade escolar a questão “As alterações propostas para o site institucional do *campus* Restinga tornam mais claras e suficientes as informações sobre...? ”

Gráfico 37 - - Qualidade das informações PDI, PA e PPI - comunidade escolar após aplicação PE

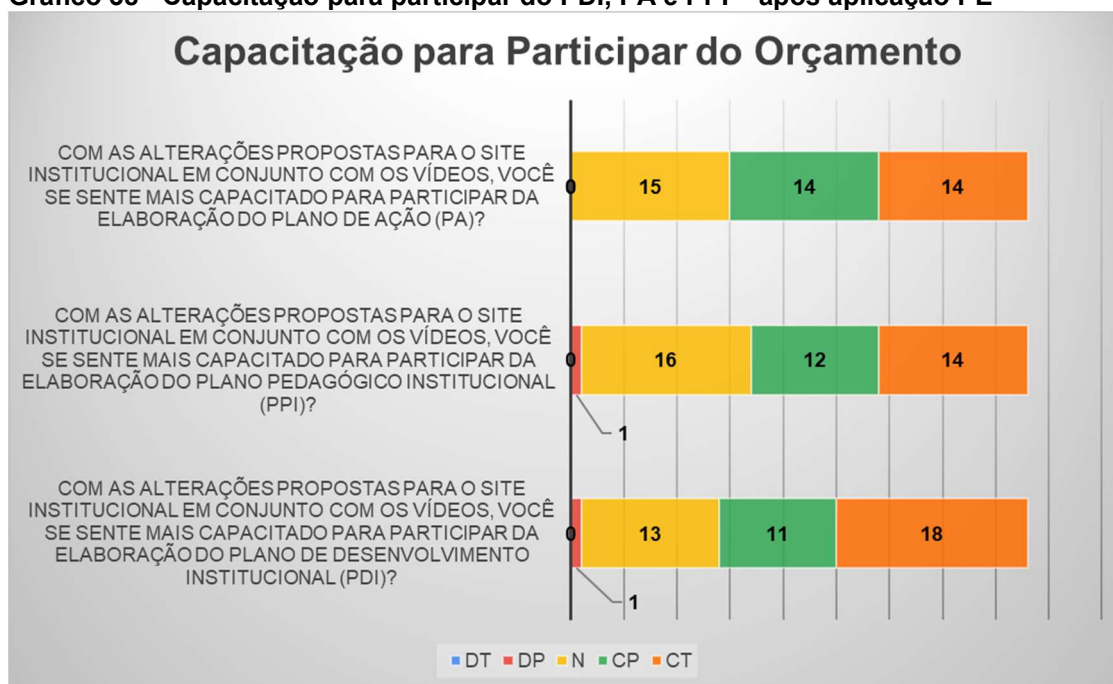


Fonte: questionário avaliação PE.

A última questão sobre as melhorias no site institucional do *campus* Restinga encerra também com o viés de avaliações positivas, mantendo a migração das avaliações neutras (N) para avaliações concordo totalmente, bem como a ausência de avaliação negativas, como discordo parcialmente (DP) e discordo totalmente (DT).

A questão que encerra a avaliação do produto educacional visa identificar se as alterações no site institucional do *campus* Restinga aliadas aos vídeos sobre o processo orçamentário auxiliaram na capacitação da comunidade escolar o gráfico 37 demonstra a avaliação.

Gráfico 38 - Capacitação para participar do PDI, PA e PPI – após aplicação PE



Fonte: questionário avaliação PE.

Embora com grau variação menor, houve melhora na avaliação do processo de capacitação, diferente das questões anteriores o viés de avaliação neutro (N) se manteve estável, a variação ocorreu nas avaliações negativas, com ausência de discordo totalmente (DT) e apenas uma de discordo parcialmente (DP).

Finalizamos as análises sobre o produto educacional com a apresentação da tabela 9, que contém a composição das respostas da comunidade escolar do *campus* Restinga em valores percentuais, antes e após a aplicação do PE.

Quadro 7- Comparativo dados pesquisa após aplicação Produto Educacional

AMOSTRA QUESTIONÁRIO PESQUISA						AMOSTRA QUESTIONÁRIO PRODUTO EDUCACIONAL						
182						43						
COMPREENSÃO INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS												
	PA	%	PPI	%	PDI	%	PA	%	PPI	%	PDI	%
DT	13	7,14%	8	4,40%	9	4,95%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
DP	5	2,75%	8	4,40%	7	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
N	116	63,74%	115	63,19%	117	64,29%	4	9,30%	5	11,63%	4	9,30%
CP	28	15,38%	29	15,93%	24	13,19%	6	13,95%	10	23,26%	8	18,60%
CT	20	10,99%	22	12,09%	25	13,74%	33	76,74%	28	65,12%	31	72,09%
ACESSIBILIDADE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS												
	PA	%	PPI	%	PDI	%	PA	%	PPI	%	PDI	%
DT	19	10,44%	13	7,14%	13	7,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
DP	16	8,79%	21	11,54%	18	9,89%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
N	93	51,10%	85	46,70%	87	47,80%	7	16,28%	8	18,60%	7	16,28%
CP	32	17,58%	36	19,78%	42	23,08%	9	20,93%	8	18,60%	8	18,60%
CT	22	12,09%	27	14,84%	22	12,09%	27	62,79%	27	62,79%	28	65,12%
QUALIDADE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS												
	PA	%	PPI	%	PDI	%	PA	%	PPI	%	PDI	%
DT	16	8,79%	16	8,79%	16	8,79%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
DP	15	8,24%	20	10,99%	19	10,44%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
N	106	58,24%	99	54,40%	100	54,95%	6	13,95%	6	13,95%	7	16,28%
CP	31	17,03%	28	15,38%	31	17,03%	7	16,28%	11	25,58%	8	18,60%
CT	14	7,69%	19	10,44%	16	8,79%	30	69,77%	26	60,47%	28	65,12%
CAPACITAÇÃO PARA PARTICIPAR DO ORÇAMENTO												
	PA	%	PPI	%	PDI	%	PA	%	PPI	%	PDI	%
DT	24	13,19%	24	13,19%	21	11,54%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
DP	28	15,38%	35	19,23%	35	19,23%	0	0,00%	1	2,33%	1	2,33%
N	78	42,86%	76	41,76%	73	40,11%	15	34,88%	16	37,21%	13	30,23%
CP	34	18,68%	34	18,68%	35	19,23%	14	32,56%	12	27,91%	11	25,58%
CT	18	9,89%	13	7,14%	18	9,89%	14	32,56%	14	32,56%	18	41,86%

Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos perceber que o Produto Educacional aponta para uma melhora significativa no processo de comunicação e acessibilidade em relação a comunidade escolar, cabe salientar que o quesito capacitação tem espaço para melhoria, trata-se se um processo mais complexo que exige maior investimento de tempo, formato apropriado aos diversos perfis da comunidade escolar e material a ser aplicado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução da pesquisa se provou desafiadora, a dificuldade de obter a participação da comunidade escolar do *campus* Restinga foi um complicador para obter os dados da realidade local, situação essa que merece atenção do meio acadêmico, pois ao verificar o estado do conhecimento, a fim de melhor delinear o objeto dessa pesquisa, foi possível identificar esse mesmo obstáculo em diversos trabalhos acadêmicos.

Apesar de a comunidade escolar, objeto desta pesquisa, demonstrar preferência por participar dos processos via consulta ou informação digital, o formulário de pesquisa enviado via google doc., obteve-se baixa participação, apesar da insistência do pesquisador.

Superado esse complicador foram identificadas duas realidades, a dos servidores que possuem um conhecimento e interesse pela gestão orçamentária de razoável a bom, já os discentes e comunidade externa o conhecimento e interesse pela gestão orçamentária é quase nulo. Esse último dado levou o pesquisador a trabalhar um produto educacional mais direcionado a essa população, sem desconsiderar a parcela com maior conhecimento sobre o assunto.

Dessa forma surgiu o produto educacional desse estudo que trabalha com duas premissas principais: a primeira dialogar com a comunidade escolar (principalmente discentes e comunidade externa), para esse fim foram elaborados os vídeos de curta duração sobre os processos orçamentários, e a segunda premissa: tornar a informação sobre a gestão orçamentária acessível e qualificada, sendo que para atingir esse objetivo serão realizadas alterações no site do *campus* Restinga, como resultado do produto idealizado a partir dessa pesquisa, as quais já estão autorizadas conforme documento apêndice E.

Apesar da pesquisa apontar para a preferência de participação através dos meios digitais como e-mail e o site institucional, quando o questionário levantou a questão da capacitação, esta teve um grau de conformidade inferior as demais questões, essa dado indica a necessidade de processos de participação híbridos, nos quais é possível levantar dados e indicar tendências de forma digital, porém a discussão qualificada, o processo de troca de ideias e de aprendizagens ainda necessitam de uma participação presencial.

Ao efetuar a fundamentação teórica junto aos estudiosos da Gestão Democrática como Paro, Lück e Libâneo foi possível identificar que existem diversos tipos e etapas na Gestão Democrática. Ao confrontar essa literatura com os procedimentos orçamentários do *campus* Restinga, foi possível identificar que a gestão democrática do orçamento do *campus* Restinga funciona basicamente de forma consultiva, há uma preponderância da Gestão do *campus* Restinga sobre os procedimentos de elaboração do orçamento, cabendo a comunidade escolar basicamente a anuência.

Em termos de período histórico a Gestão Democrática, principalmente em

questões orçamentárias é recente, portanto, é natural que estejamos com dificuldades para sua implementação, uma gestão efetivamente democrática, demanda tempo, estrutura adequada e disponibilidade ao diálogo.

Durante a elaboração dessa pesquisa todos os setores, servidores e a administração se demonstraram solícitos e abertos a processos de melhoria na gestão orçamentária, portanto o espaço está disponível para a busca de maior tempo e estrutura adequada para elaboração de um processo efetivamente participativo e democrático.

Cabe ressaltar que apesar da avaliação positiva do Produto Educacional, este deve ser apenas um início de um processo de comunicação, discussão e inclusão da comunidade escolar na gestão orçamentária, como todo processo de aprendizagem é necessário ter continuidade, pois é fundamental a conexão com outras práticas que promovam a integração de novos saberes, em um processo de retroalimentação, onde os conhecimentos absorvidos são compartilhados com a comunidade escolar.

Como sugestão de novas pesquisas relacionadas a temática que contemplem processos de capacitação, elaboração de canais institucionais de comunicação e integração junto à comunidade escolar, de forma que a instituição saia de um polo passivo de Gestão Democrática, em que apenas distribui informações e passe a atuar como criador de espaços e políticas de integração democrática, onde a comunidade é instigada a participar e desenvolver projetos, de curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BENDER, Daiane. **A apropriação do orçamento dos Institutos Federais numa perspectiva de gestão democrática**. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Charqueadas, RS, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11348130. Acesso em: 15 jul. 2023.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf . Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal: concepção e diretrizes**. Brasília, 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. PGC: planejamento e gerenciamento de contratações. *In*: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL. Brasília, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sistema-de-planejamento-e-gerenciamento-de-contratacoes>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL. Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União. **Orçamento público**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico> . Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011.** Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011a. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7581.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10024.htm. Acesso em 15 jul.2023

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 15 jul.2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.313, de 22 de setembro de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7313.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27 dez.2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.** Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Brasília, 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 4 nov. 2023.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/conselheiros-as-voltam-a-se-reunir-presencialmente-e-orcamento-da-rede-federal-domina-a-pauta-do-encontro>. Acesso em 01 abr. 2024.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional e tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 331-355, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i24.44200>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FATTORELLI, Maria Lucia. O gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida está correto. *In*: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Brasília, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-acd/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GAEZLER, Schirlei. **O planejamento orçamentário como instrumento da gestão democrática**: uma proposta para o IFSul campus Sapucaia do Sul. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Câmpus Charqueadas, Charqueadas, RS, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=13645796. Acesso em: 27 dez. 2023.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia**: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16658>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Emeline Maria Santana Benjamin. **Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática**: um estudo no Instituto Federal da Paraíba. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21451>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Cadernos de Gestão, v. III).

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2014. (Série Cadernos de Gestão, v. I).

MARQUES, Márcia Danielle Rodrigues. **Planejamento e gestão orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande/PB**: proposição de um modelo participativo. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade, Federal de Campina Grande, Campus Sousa, Sousa, PB, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17199>. Acesso em: 20 maio 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 20 maio 2023.

MOTA, Marcus Vinícius Guedes da. **Orçamento participativo e ensino médio integrado**: uma proposta para o IFNMG campus Montes Claros-MG. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, Montes Claros, MG, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11344755. Acesso em: 11 nov. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Acesso em: 11 nov. 2023.

NUNES, Mirelle Barcos. **Trajetórias educacionais e profissionais de egressos do curso técnico em guia de turismo** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Restinga (Porto Alegre, RS, Brasil). 2018. 234 f. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8259>. Acesso em 11 mar.2025.

OLIVEIRA, Guilherme Brandt de. **A implementação de um curso de Ensino Médio Integrado na modalidade EJA: contexto da prática do Câmpus Restinga (IFRS).** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/94747>. Acesso em 28 fev.2025

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora.** Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2017.

PEDROSA, Fábio do Egito. **Orçamento participativo, da elaboração à avaliação: uma proposta para o campus Picuí do Instituto Federal da Paraíba.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23729>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RECH, Tiago Bassani. **O afeto, o pertencimento e o lugar de ação política em uma periferia urbana: a implantação do Campus Restinga – IFRS.** 2021. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234399>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RODRIGUES, Ana Paula Alves. **Gestão democrática, transparente e estratégica: a qualificação do investimento educacional passa pela comunicação efetiva dos processos orçamentários.** 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13258501. Acesso em: Acesso em: 27 dez. 2023.

SANTOS, Leonardo Bruno Ramos dos. **Gestão orçamentária participativa na educação superior: um diagnóstico na Universidade Federal da Paraíba.** 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25139>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Maria José de Ribamar Nascimento. **Clima e cultura organizacional: Implicações na gestão democrática no contexto da escola pública.** 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/2988>. Acesso em 12 fev. 2025

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO DO IFRS, *CAMPUS* RESTINGA

Meu nome é Pedro Sérgio Mendes Leite e sou pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT, do IFSul-rio-grandense, sob orientação da prof^a Dra. Luciana Neves Loponte. Convidamos você a participar da pesquisa sobre "Orçamento Público na EPT" que tem como objetivo principal delinear como a administração do IFRS-Restinga, envolve a comunidade escolar na gestão orçamentária do *campus*.

E-mail: _____

1) Qual sua idade?

() Tenho até 17 anos

() Tenho 18 anos ou mais.

2) Qual seu vínculo com o *campus* Restinga?

() TAE () Docente () Discente (Aluno) () Comunidade externa

3) Você faz parte do conselho de *campus* (*titular ou suplente*)?

() Sim () Não

4) Você sabe o que é:

() PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

() PA - Plano de Ação

() PPI – Projeto Pedagógico Institucional

() Não tenho conhecimento.

5) Você já participou ou participa do processo de elaboração do:

() PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

() PA - Plano de Ação

() PPI – Projeto Pedagógico Institucional

() Nenhum

6) Você gostaria de participar da elaboração do:

- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PA - Plano de Ação
- PPI – Projeto Pedagógico Institucional
- Todos
- Não tenho interesse.

7) Qual formato você mais apropriado para divulgação sobre o processo orçamentário Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Ação (PA) do *campus*? (Elenque em ordem de importância do 1º ao 8º)

- Email institucional.
- Site institucional.
- Vídeos de curta duração.
- Vídeos de longa duração.
- Impressos
- Murais
- Reuniões ou cursos presenciais

Outro _____

8) Qual a forma de participação mais efetiva em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Ação (PA) do *campus*?

- Formulários on-line
- Reuniões presenciais

Outro _____

9) Você tem alguma crítica ou proposta em relação ao processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Ação (PA) do *campus*?

10) Você compreende o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

11) Você compreende o processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

12) Você compreende o processo de elaboração do Plano de Ação (PA)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

13) Você considera acessíveis as informações sobre Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

14) Você considera acessíveis as informações sobre Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

15) Você considera acessíveis as informações sobre Plano de Ação (PA)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

16) Você considera claras e suficientes as informações sobre Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

17) Você considera claras e suficientes as informações sobre Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

18) Você considera claras e suficientes as informações sobre Plano de Ação (PA)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

19) Você se sente capacitado para participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

20) Você se sente capacitado para participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

21) Você se sente capacitado para participar da elaboração do Plano de Ação (PA)?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CAMPUS CHARQUEADAS

Do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
 ProfEPT / IFSul

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS
 Campus Restinga
 Diretor Geral Rudinei Muller

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caro Diretor(a), vimos por meio deste apresentar a intenção de pesquisa do mestrando Pedro Sérgio Mendes Leite conforme abaixo. Solicitamos análise quanto ao pedido e emissão de aceite quanto a realização da pesquisa na instituição.

Título do trabalho: Orçamento Público na EPT: Conhecimento e participação na gestão orçamentária do IFRS Campus Restinga.

Objetivo: O objetivo principal deste estudo consiste em delinear como a Administração do IFRS Campus Restinga, sob a ótica da Gestão Democrática, compartilha suas informações orçamentárias. Buscaremos avaliar a clareza dessas informações e determinar se elas suscitam interesse por parte da comunidade escolar em participar de maneira efetiva na gestão orçamentária do campus.

Forma de obtenção de dados: Pesquisa bibliográfica, pesquisa junto aos documentos institucionais, publicações, site e questionário a ser aplicado junto a comunidade escolar(servidores, alunos e conselheiros)

Público-alvo: Comunidade escolar do campus (alunos, professores e conselheiros)

Desde já agradecemos.

gov.br Documento assinado digitalmente
 PEDRO SERGIO MENDES LEITE
 Data: 16/04/2024 10:31:38-0300
 Verifique em <https://validar.ifrs.gov.br>

Pesquisador principal Pedro Sérgio Mendes Leite

gov.br Documento assinado digitalmente
 LUCIANA NEVES LOPONTE
 Data: 16/04/2024 16:40:09-0300
 Verifique em <https://validar.ifrs.gov.br>

Orientadora Profa. Dra. Luciana Neves Loponte

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CAMPUS CHARQUEADAS**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa

Autorização para a Realização da Pesquisa

Eu, Rudinei Muller, diretor responsável do Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul IFRS, venho por meio desta informar que autorizo o pesquisador, Pedro Sérgio Mendes Leite, aluno do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – IFSul, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada "Orçamento Público na EPT: Conhecimento e participação na gestão orçamentária do IFRS Campus Restinga" sob orientação da Profa. Dra. Luciana Neves Loponte. Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/16. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso de resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Porto Alegre 16, abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br RUDINEI MULLER
Data: 16/04/2024 18:23:52 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Assinatura e carimbo do responsável legal da instituição

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL DO IFRS, CAMPUS RESTINGA

Meu nome é Pedro Sérgio Mendes Leite e sou pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT, do IFSul-rio-grandense, sob orientação da prof^a Dra. Luciana Neves Loponte. Convidamos você a participar da avaliação do Produto Educacional resultante da pesquisa sobre "Orçamento Público na EPT" que teve como objetivo principal delinear como a administração do IFRS-Restinga, envolve a comunidade escolar na gestão orçamentária do *campus*.

1) Qual seu vínculo com o *campus* Restinga?

TAE Docente Discente (Aluno) Comunidade externa

2) Você faz parte do conselho de *campus* (*titular ou suplente*)?

Sim Não

3) As alterações propostas para o site institucional possibilitam maior **compreensão** sobre o processo de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**?

Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente

4) As alterações propostas para o site institucional possibilitam maior **compreensão** sobre o **Plano de Ação (PA)**?

Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente

5) As alterações propostas para o site institucional possibilitam maior **compreensão** sobre o **Plano Pedagógico Institucional (PPI)**?

Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente

6) As alterações propostas para o site institucional tornam mais **acessíveis** as informações sobre o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**?

Concordo Totalmente

- Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 7) As alterações propostas para o site institucional tornam mais **acessíveis** as informações sobre o **Plano de Ação (PA)**?
 Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 8) As alterações propostas para o site institucional tornam mais **acessíveis** as informações sobre o **Plano Pedagógico Institucional (PPI)**?
 Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 9) As alterações propostas para o site institucional tornam mais **claras e suficientes** as informações sobre o Plano de **Desenvolvimento Institucional (PDI)**?
 Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 10) As alterações propostas para o site institucional tornam **mais claras e suficientes** as informações sobre o **Plano Pedagógico Institucional (PPI)**?
 Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 11) As alterações propostas para o site institucional tornam mais **claras e suficientes** as informações sobre o **Plano de Ação (PA)**?
 Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Não tenho opinião formada
 Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
- 12) Os vídeos despertam (ou podem) interesse em participar da elaboração do:
 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
 PA - Plano de Ação
 PPI – Projeto Pedagógico Institucional
 Todos
 Nenhum

13) Com as alterações propostas para o site institucional em conjunto com os vídeos, você se sente **capacitado** para participar da elaboração do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

14) Com as alterações propostas para o site institucional em conjunto com os vídeos, você se sente **capacitado** para participar da elaboração do **Plano Pedagógico Institucional (PPI)**?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

15) Com as alterações propostas para o site institucional em conjunto com os vídeos, você se sente **capacitado** para participar da elaboração do **Plano de Ação (PA)**?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

16) Você tem alguma sugestão, crítica ou observação sobre o produto educacional (às alterações efetuadas no site ou aos vídeos elaborados)?

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL JUNTO AO IFRS, CAMPUS RESTINGA



Pedro Sérgio Mendes Leite <pedro.leite@restinga.ifrs.edu.br>

Autorização para Aplicação Produto Educacional Mestrado em Educação ProfEPT

2 mensagens

Pedro Sérgio Mendes Leite <pedro.leite@restinga.ifrs.edu.br> 13 de junho de 2025 às 10:27
Para: Rudinei Muller <direcao.geral@restinga.ifrs.edu.br>, Luciana Neves Loponte <lucianaloponte@ifsul.edu.br>, IFRS Campus Restinga <comunicacao@restinga.ifrs.edu.br>

Prezado Diretor

Primeiramente gostaríamos de agradecer pela autorização e apoio para realização desta pesquisa junto ao Campus Restinga.

O Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT possui entre seus requisitos a geração, aplicação e disponibilização de um Produto Educacional.

Para conclusão deste projeto geramos um Produto Educacional dividido em duas partes:

- A primeira propõe a **reformulação no site do campus** para organizar, centralizar e aprofundar as informações sobre os processos de gestão orçamentária (após alteração será gerado um vídeo com instruções de acesso às informações orçamentárias).

- A segunda é composta por **três vídeos de curta duração** que trazem informações básicas e convocam a comunidade a participar dos principais processos de gestão orçamentária (**PDI, PA e PPI**). Estes vídeos ficarão disponíveis no site institucional e também devem ser encaminhados por e-mail sempre que tiver início a elaboração do processo orçamentário.

Em 13/05/2025, enviamos um email (cópia em anexo) à comunidade escolar do Campus Restinga e solicitamos que assistissem aos vídeos e respondessem ao questionário de avaliação do Produto Educacional, disponibilizado via link constante no corpo do mesmo.

Segue em anexo arquivo com a consolidação da avaliação do Produto Educacional efetuada pela comunidade escolar, a qual foi positiva, sendo assim, solicitamos sua autorização para implantação das alterações propostas no site, bem como a disponibilização dos vídeos (sob a orientação e coordenação do setor de comunicação do Campus).

E para finalizar anexamos arquivo com o texto base a ser incluído na nova aba "Saiba Mais" que conterá informações sobre os processos orçamentários do IFRS

Atenciosamente

Pedro Sérgio Mendes Leite
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Campus Restinga | Contadoria
Rua Alberto Hoffmann, NR 285 - Loteamento Industrial da Restinga, CEP 91791-508
Porto Alegre/RS
Telefone: (51) 32478416 - Site Eletrônico: www.restinga.ifrs.edu.br

3 anexos

GRAFICOS RESPOSTAS QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PE.docx
644K

EMAIL APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL.pdf
518K

SAIBA MAIS IFRS FINAL.docx
25K

Diretor Geral <direcao.geral@restinga.ifrs.edu.br>
Para: Pedro Sérgio Mendes Leite <pedro.leite@restinga.ifrs.edu.br>

13 de junho de 2025 às 10:54

Cc: Luciana Neves Loponte <lucianaloponte@ifsul.edu.br>, IFRS Campus Restinga <comunicacao@restinga.ifrs.edu.br>

Bom dia, Pedro e demais colegas.

Conversei com a servidora Andreza, Jornalista, do Setor de Comunicação e entendemos que as sugestões são ótimas e vão melhorar o acesso das informações sobre orçamento, PA e PDI no site.

Lhe parabenizamos pela iniciativa e contribuição à nossa comunidade.

Autorizamos implementar as melhorias, conforme proposta.

Att.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Rudinei Müller
Diretor Geral
IFRS Campus Restinga